

**UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO  
GRANDE DO SUL  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: PLANEJAMENTO E GESTÃO  
LINHA DE PESQUISA: POLITICAS PUBLICAS, PLANEJAMENTO URBANO  
E GESTÃO DO TERRITÓRIO**

**CAROLINA CASARIN GAI**

**BENS CULTURAIS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS COMO PROMOTORES DO  
TURISMO NA ROTA DAS ÁGUAS, CULTURAS E SABORES NA REGIÃO DO  
COREDE NOROESTE COLONIAL, RIO GRANDE DO SUL**

**IJUÍ – RS, 2026**

**CAROLINA CASARIN GAI**

**BENS CULTURAIS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS COMO PROMOTORES DO  
TURISMO NA ROTA DAS ÁGUAS, CULTURAS E SABORES NA REGIÃO DO  
COREDE NOROESTE COLONIAL, RIO GRANDE DO SUL**

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional, Área de Concentração - Planejamento e Gestão; Linha de Pesquisa - Políticas Públicas, Planejamento Urbano e Gestão Territorial, da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Tarcisio Dorn de Oliveira

**IJUÍ – RS, 2026**

## Catálogo na Publicação

G137b

Gai, Carolina Casarin.

Bens culturais tangíveis e intangíveis como promotores do turismo na rota das águas, culturas e sabores na região do Corede Noroeste Colonial, no Rio Grande do Sul / Carolina Casarin Gai. – Ijuí, 2026.

132 f. ; il.

Dissertação (mestrado) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Campus Ijuí). Desenvolvimento Regional.

“Orientador: Prof. Dr. Tarcisio Dorn de Oliveira”.

1. Turismo cultural. 2. Planejamento territorial. 3. Desenvolvimento regional. I. Oliveira, Tarcisio Dorn de. II. Título.

CDU: 379.85

Cristina Libert Wiedtkenper

CRB10/2651

**UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO  
GRANDE DO SUL**

**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO, *STRICTO SENSU*, MESTRADO E  
DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

A Banca examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação

**BENS CULTURAIS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS COMO PROMOTORES DO  
TURISMO NA ROTA DAS ÁGUAS, CULTURAS E SABORES NA REGIÃO DO  
COREDE NOROESTE COLONIAL, RIO GRANDE DO SUL**

**Elaborado por:**

**CAROLINA CASARIN GAI**

Como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestra em  
Desenvolvimento Regional

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Tarcisio Dorn de Oliveira – Orientador PPGDR/Unijuí  
Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí, Ijuí/RS

---

Prof. Dr. Nelson José Thesing – Membro Interno PPGDR/Unijuí  
Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí, Ijuí/RS

---

Prof. Dr. Carlos Eduardo Ruschel Anes – Membro Externo PPGDPP/UFFS  
Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, Cerro Largo /RS

---

Prof. Dr. Marcos Paulo Dhein Griebeler – Membro Externo PPGDR/FACCAT  
Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT, Taquara /RS

Ijuí – RS, 13 de fevereiro de 2026.

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho à minha família, pelo apoio incondicional, pela compreensão nos momentos de ausência e pelo incentivo constante que tornou possível a realização desta etapa tão significativa da minha trajetória acadêmica.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, primeiramente, a Deus, pela vida, pela saúde e pela força concedida ao longo desta caminhada, especialmente nos momentos de incerteza e desafios.

Aos colegas do mestrado, pelo convívio, pelas trocas de experiências, pelo apoio mútuo e pelos aprendizados compartilhados, que tornaram essa trajetória mais leve e significativa. Professor Dr. Tarcisio Dorn, de Oliveira, meu Orientador, pelas valiosas palavras de incentivo, pela orientação atenta e pela confiança depositada no meu trabalho.

Meu sincero agradecimento ao professor Nelson Thesing, pelo acompanhamento atento, pela disponibilidade, pelo incentivo constante e pelas contribuições fundamentais desde a construção da temática da pesquisa até a etapa final deste trabalho. Sua orientação foi essencial para o amadurecimento teórico e metodológico da dissertação.

Agradeço, de forma especial, aos gestores públicos, arquitetos, turismólogos e representantes das Secretarias de Turismo e Cultura que aceitaram participar da pesquisa, compartilhando suas experiências, percepções e conhecimentos. A colaboração de cada um foi indispensável para a realização deste estudo e para a compreensão das dinâmicas territoriais e culturais analisadas.

Por fim, agradeço a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a concretização desta dissertação e para a conclusão de mais uma etapa da minha trajetória acadêmica.

## RESUMO

A presente dissertação analisa os bens culturais tangíveis e intangíveis como promotores do turismo na Rota das Águas, Culturas e Sabores, na região do Corede Noroeste Colonial (RS), a partir da identificação e interpretação das percepções de gestores municipais, representantes das Secretarias de Turismo e Cultura, arquitetos e turismólogos acerca do processo de implementação da Rota das Águas, Culturas e Sabores. Para responder a esse objetivo, a pesquisa caracteriza-se como de natureza aplicada, com abordagem qualitativa, valendo-se de procedimentos bibliográficos e documentais, bem como da coleta de dados, mediante com um roteiro de entrevistas semiestrutura e a análise categorial. Os resultados demonstram que a região apresenta um mosaico diversificado de bens culturais, incluindo museus, edificações históricas, paisagens naturais, festas étnicas, tradições gastronômicas e modos de vida comunitários, os quais possuem potencial para sustentar estratégias de turismo cultural de caráter sustentável. Todavia, também evidenciam fragilidades de ordem estrutural, institucional e operacionais, que dificultam a conversão desse potencial em produtos turísticos articulados.

A análise das quatro categorias temáticas revela: (1) limitações significativas de infraestrutura, tais como acessos precários, ausência de sinalização integrada e carência de equipamentos de apoio ao turismo; (2) baixa estruturação econômica dos produtos culturais e ausência de integração regional; (3) fragilidades na preservação cultural, marcadas por insuficiência de políticas consistentes, risco de descaracterização e falta de manutenção dos bens; e (4) desigualdade na participação comunitária, associados à escassez de mecanismos de diálogo e à ausência de programas contínuos de educação patrimonial. Conclui-se que a consolidação da Rota das Águas, Culturas e Sabores como produto turístico regional depende da articulação entre patrimônio cultural, planejamento territorial, governança intermunicipal e participação comunitária. A integração entre políticas públicas de turismo e cultura, aliada ao fortalecimento institucional e à qualificação de produtos turísticos, constitui condição essencial para transformar o potencial identificado em desenvolvimento regional sustentável, fundamentado na identidade e na valorização do patrimônio cultural.

**Palavras-chave:** turismo cultural; planejamento territorial; desenvolvimento regional

## ABSTRACT

This dissertation analyzes tangible and intangible cultural assets as promoters of tourism along the Águas, Culturas e Sabores Route in the Corede Noroeste Colonial region (RS), based on the identification and interpretation of the perceptions of municipal managers, representatives of the Municipal Departments of Tourism and Culture, architects, and tourism professionals regarding the process of implementing the route. To achieve this objective, the research is characterized as applied in nature, with a qualitative approach, employing bibliographic and documentary procedures, as well as data collection through semi-structured interviews and categorical analysis.

The results indicate that the region presents a diverse mosaic of cultural assets, including museums, historic buildings, natural landscapes, ethnic festivals, gastronomic traditions, and community ways of life, which hold significant potential to support sustainable cultural tourism strategies. However, the findings also reveal structural, institutional, and operational weaknesses that hinder the transformation of this potential into articulated tourism products.

The analysis of the four thematic categories reveals: (1) significant infrastructure limitations, such as poor access conditions, lack of integrated signage, and a shortage of tourism support facilities; (2) low economic structuring of cultural products and a lack of regional integration; (3) weaknesses in cultural preservation, marked by insufficient consistent policies, risks of loss of authenticity, and inadequate maintenance of cultural assets; and (4) inequalities in community participation, associated with the scarcity of dialogue mechanisms and the absence of continuous heritage education programs.

It is concluded that the consolidation of the Águas, Culturas e Sabores Route as a regional tourism product depends on the articulation between cultural heritage, territorial planning, intermunicipal governance, and community participation. The integration of tourism and cultural public policies, combined with institutional strengthening and the qualification of tourism products, is an essential condition for transforming the identified potential into sustainable regional development grounded in identity and the valorization of cultural heritage.

**Keywords:** cultural tourism; territorial planning; regional development.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa do Brasil com destaque a Região Noroeste do RS .....	55
Figura 2: Capela Santo Antônio, Cachoeira Linha 24, Museu Municipal Hugo Adolfo Kocourek .....	61
Figura 3: Igreja Matriz São José, Árvore de Páscoa (Osterbaum), Natal Vida. ....	63

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1: Secretárias e Conselhos Municipais .....	48
Quadro 2: Panorama dos bens culturais e potencial turístico dos municípios do Corede Noroeste Colonial .....	56

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMUPLAN	Associação dos Municípios do Planalto Médio
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CNFCP	Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular
COMTUR	Conselho Municipal de Turismo
DPI	Departamento do Patrimônio Imaterial
DTI	Destinos Turísticos Inteligentes
IECLB	Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil
INRC	Inventário Nacional de Referências Culturais
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPM	Inspetoria de Monumentos Nacionais
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
MTur	Ministério do Turismo
OMT	Organização Mundial do Turismo
PNPI	Programa Nacional de Patrimônio Imaterial
PNT	Plano Nacional do Turismo
REP7	Região Funcional de Planejamento 7
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UETI	União das Etnias de Ijuí
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
1.1 APRESENTAÇÃO DO TEMA .....	16
1.2 PROBLEMA .....	22
1.3 OBJETIVOS .....	23
<b>1.1.1 Objetivo Geral.....</b>	<b>24</b>
<b>1.3.2 Objetivos Específicos .....</b>	<b>24</b>
1.4 JUSTIFICATIVA.....	24
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>27</b>
2.1 BENS CULTURAIS E TURISMO.....	27
<b>2.1.1 Bens culturais imateriais/intangíveis .....</b>	<b>29</b>
<b>2.1.2 Bens culturais materiais/tangíveis .....</b>	<b>31</b>
<b>2.1.3 Turismo Cultural .....</b>	<b>32</b>
2.2 TURISMO E CONSERVAÇÃO.....	34
<b>2.2.1 Turismo cultural: relações preservacionistas .....</b>	<b>36</b>
<b>2.2.2 Turismo cultural: interconexões com políticas públicas participação popular e planejamento urbano/regional .....</b>	<b>38</b>
<b>2.2.3 Turismo cultural: tendências e desafios aliados ao desenvolvimento local/regional .....</b>	<b>42</b>
<b>3 METODOLOGIA.....</b>	<b>45</b>
3.1 QUANTO À NATUREZA .....	45
3.2 QUANTO À ABORDAGEM .....	46
3.3 QUANTO AOS OBJETIVOS.....	46
3.4 QUANTO AOS PROCEDIMENTOS .....	46
3.5 PARTICIPANTES DA PESQUISA .....	47
3.6 COLETA DE DADOS .....	49
3.7 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS .....	50
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>54</b>
4.1 CATALOGAÇÃO DO PATRIMÔNIO TANGÍVEL E INTANGÍVEL COMO BASE PARA A IDENTIDADE E SUSTENTABILIDADE TURÍSTICA .....	55
<b>4.1.1 Município de Ajuricaba.....</b>	<b>59</b>
<b>4.1.2 Município de Augusto Pestana .....</b>	<b>61</b>
<b>4.1.3 Município de Bozano .....</b>	<b>63</b>
<b>4.1.4 Município de Catuípe .....</b>	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
<b>4.1.5 Município de Condor .....</b>	<b>68</b>
<b>4.1.6 Município de Coronel Barros .....</b>	<b>70</b>
<b>4.1.7 Município de Ijuí.....</b>	<b>72</b>

<b>4.1.8 Município de Jóia</b> .....	75
<b>4.1.9 Município de Nova Ramada</b> .....	77
<b>4.1.10 Município de Panambi</b> .....	80
<b>4.1.11 Município de Pejuçara</b> .....	82
<b>4.2 POTENCIALIDADES TURÍSTICAS NA PERSPECRIVA DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL</b> .....	85
<b>4.2.1 Infraestrutura</b> .....	85
<b>4.2.2 Economia Local</b> .....	89
<b>4.2.3 Preservação Ambiental</b> .....	91
<b>4.2.4 Conscientização e Socialização</b> .....	95
<b>4.2.5 Categoria emergente: Percepções sobre a Promoção do Bens Culturais Tangíveis e Intangíveis da Rota</b> .....	99
<b>4.3 DESAFIOS E POTENCIALIDADES PARA A INTEGRAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO REGIONAL</b> 101	
<b>4.3.1 Infraestrutura</b> .....	101
<b>4.3.2 Economia Local</b> .....	104
<b>4.3.3 Preservação Ambiental</b> .....	106
<b>4.3.4 Conscientização e Socialização</b> .....	109
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	112
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	116

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 APRESENTAÇÃO DO TEMA

O patrimônio representa a presença do ser humano ao longo da história, refletindo não apenas os valores do passado, mas constituindo-se também como uma herança para as futuras gerações. Pode manifestar-se por meio de bens culturais, naturais ou mistos. Embora muitos desses bens se percam ao longo do tempo, outros permanecem até os dias atuais. Uma das formas de garantir o reconhecimento da importância do patrimônio consiste em sua exposição, pois esta possibilita a transmissão de valores que necessitam ser preservados e compartilhados, evitando que se percam no esquecimento (Gerardo; Pinheiro, 2010).

Nesse sentido, a exposição do patrimônio torna-se ainda mais eficaz quando mediada pelo turismo, uma vez que permite aos turistas vivenciar diretamente as manifestações culturais e históricas de um lugar. O turismo configura-se, assim, uma ferramenta relevante não apenas para a preservação do patrimônio, mas também para a valorização e disseminação dos elementos que constituem a identidade de uma comunidade.

O patrimônio, em suas diversas formas, é um reflexo das identidades culturais e históricas de uma comunidade. Para Carvalho *et al.* (2017), a relação com o passado está sempre presente nas diferentes formas de apresentação do patrimônio, sendo que a memória é um dos elementos essenciais desse processo. No contexto do turismo, essa relação manifesta-se tanto patrimônio tangível quanto intangível, produzindo efeitos concretos nas pessoas e os próprios bens patrimoniais.

Portanto, a preservação do patrimônio, seja tangível<sup>1</sup> ou intangível<sup>2</sup> é fundamental para fortalecer a identidade de uma comunidade. O turismo, ao aproximar visitantes das manifestações culturais, fortalece a memória coletiva e sensibiliza para a proteção dos legados culturais, tornando o patrimônio um instrumento fundamental para preservar

---

<sup>1</sup> UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura): Em sua Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (1972), define bens culturais tangíveis como aqueles que têm uma forma física concreta, como monumentos, edifícios, paisagens culturais e objetos que têm valor cultural e histórico. A classificação de bens tangíveis inclui, portanto, construções, esculturas, pinturas, utensílios e outras manifestações culturais materiais.

<sup>2</sup> UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura): define bens culturais intangíveis como práticas, representações, expressões, conhecimentos e habilidades que comunidades, grupos e, em alguns casos, indivíduos reconhecem como parte de seu patrimônio cultural. Exemplos incluem danças tradicionais, músicas, festividades, rituais, artesanato e línguas.

identidades diante dos impactos da globalização que transformam as dinâmicas sociais, culturais, econômicas e ambientais nos territórios turísticos.

Além de seu papel cultural e social, o turismo atua também como um setor econômico relevante, gerando empregos, dinamizando a economia local e estimulando investimentos em infraestrutura e preservação. De acordo com Brito (2004), o turismo é amplamente reconhecido como um setor econômico, capaz de impulsionar o desenvolvimento social e promover a valorização cultural. Pode ser compreendido tanto como uma atividade econômica quanto um fenômeno social, uma vez que envolve diferentes atores, motivações e expectativas, relacionados a uma ampla gama de práticas e experiências. Assim, é possível entender que o turismo vai além de uma simples atividade comercial, envolvendo uma complexa rede de interações sociais e culturais, ele não apenas gera impacto econômico, mas promove o intercâmbio de experiências e conhecimentos entre os turistas e as comunidades locais

Nesse sentido, é possível considerar que a escolha do destino turístico é influenciada por uma combinação de fatores pessoais, culturais e expectativas de experiências, sendo que o turista pode ser atraído pelo patrimônio cultural, belezas naturais, eventos ou ofertas de lazer, também é possível considerar fatores como custo, acessibilidade, segurança e recomendações de outros turistas, especialmente nas redes sociais. Levando em consideração a imagem das cidades ou destinos turísticos, podem-se destacar três dimensões analíticas, conforme sistematização apresentada por Carvalho *et al.* (2016), a partir de contribuições de Walker (2010) e Carvalho *et al.* (2011): 1) Congruência – os envolvidos no turismo devem garantir que a marca e a experiência oferecida estejam alinhadas, priorizando o autoconhecimento da comunidade local; 2) Sentido de pertencimento – é importante ressaltar o aspecto temporal do pertencimento das comunidades, pois as imagens e marcas turísticas muitas vezes são apoiadas por representações orgânicas e autênticas dentro dessas comunidades; 3) Comunidade local – ao criar uma imagem ou marca cultural para uma cidade, os responsáveis pelo turismo devem considerar o impacto dessa imagem em toda a população local, levando em conta as consequências para os cidadãos como um todo. Assim, ao criar a imagem de um destino, é essencial alinhar a experiência turística com a identidade local, garantindo benefícios para a comunidade e preservando sua autenticidade.

O objeto de estudo desta pesquisa é o Conselho Regional de Desenvolvimento do Noroeste Colonial, que integra a Região Funcional de Planejamento 7 (REP7) e é composto pelos Coredes Fronteira Noroeste, Missões, Noroeste Colonial e Celeiro. O

Corede Noroeste Colonial, criado em 1991, é formado por 11 municípios: Ajuricaba, Augusto Pestana, Bozano, Catuípe, Condor, Coronel Barros, Ijuí, Joia, Nova Ramada, Panambi e Pejuçara. Neste contexto, é importante destacar as peculiaridades desses municípios, assim como suas interconexões com o turismo. Essas interações entre bens culturais tangíveis, como monumentos históricos e construções típicas, e bens intangíveis, como festas tradicionais, danças e culinária, são fundamentais para o desenvolvimento do turismo na região. Tais elementos culturais contribuem significativamente para a identidade local e são essenciais para o fortalecimento da atividade turística, promovendo o desenvolvimento econômico e a preservação do patrimônio cultural.

Ajuricaba, cidade marcada pela sua rica história e expressiva diversidade cultural, ao apresentar seus atrativos para os visitantes por meio da Rota Sabores e Saberes, criada por agricultores familiares. Esse roteiro proporciona uma imersão singular nas tradições locais, iniciando na Praça Municipal com uma contextualização histórica do município e seguindo à Capela Santo Antônio, construída em 1908 em madeira e restaurada em 2003.

Assim, a Capela Santo Antônio passa a ser um exemplar significativo da religiosidade e da arquitetura regional. A Rota inclui ainda a Queijaria Uhde, localizada em uma casa de estilo alemão, erguida em 1956, a Cabana de Pedras, cuja estética remete aos imigrantes europeus. Para lazer, o Engenho Velho oferece balneário, pesca e camping. Complementam o percurso a Cachoeira Linha 24, o Sítio Jardim Tropical, com casa de chás de 1980, e o Sítio Vô João, que valoriza a sucessão familiar e a herança cultural italiana (Rossini *et al.*, 2022).

Augusto Pestana destaca-se pela diversidade de opções de lazer, cultura e turismo, oferecendo espaços que valorizam a convivência comunitária e o patrimônio histórico-cultural. A Praça Central funciona como ponto de encontro, enquanto o Museu Municipal conserva a memória local e o Parque Municipal proporciona lazer ao ar livre. A Igreja Matriz se sobressai pela relevância arquitetônica e religiosa, complementando um conjunto de atrativos que inclui trilhas ecológicas e vinícolas, responsáveis por experiências enogastronômicas que reforçam a identidade rural. O município celebra ainda tradições por meio de eventos como a Festa do Agricultor e Motorista e a Festa de Nossa Senhora do Rosário, que preservam e fortalecem laços culturais (Thesing, 2024).

O município de Bozano destaca-se por suas belezas naturais e pelas áreas de lazer que atraem moradores e visitantes, consolidando-se como um destino voltado ao ecoturismo. Entre seus principais atrativos está o Balneário do Jappe, espaço que oferece infraestrutura adequada para recreação e contato direto com o ambiente natural. Outro

destaque é a Cachoeira do Caxambu, que proporciona uma experiência singular aos apreciadores de paisagens naturais, aliando contemplação e tranquilidade. Essas áreas, associadas à preservação ambiental e ao acolhimento característico da comunidade local, tornam Bozano um local propício para atividades ao ar livre, descanso e integração com a natureza. Com esses elementos, o município reforça seu potencial turístico e sua vocação para receber visitantes em busca de vivências sustentáveis e autênticas (Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2024).

Catuípe, reconhecida como a “Terra das Águas Minerais”, destaca-se pela combinação de recursos naturais e manifestações culturais que enriquecem seu potencial turístico. Entre os principais atrativos urbanos estão o Parque Municipal, a Igreja Matriz São José, o Museu Municipal e a Praça Central, espaços que preservam a memória local e promovem a convivência comunitária. No meio rural, o turismo ganha força por meio de paisagens expressivas e áreas preservadas, como as Águas Minerais de Santa Tereza, o Arroio Santa Tereza, o Parque Águas Claras e o Parque Amantes da Natureza, que oferecem contato direto com a natureza e práticas de lazer sustentável. A identidade cultural do município também se manifesta em eventos tradicionais, como a Feira Livre e a Festa do Colono e do Motorista, que valorizam o trabalho agrícola e fortalecem o vínculo social local (Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2024).

No município de Condor, o turismo destaca-se pela oferta de experiências autênticas, especialmente pela preservação da culinária alemã, ainda presente no cotidiano das famílias locais e reconhecida como elemento identitário da região. Conhecida desde 2019 como “Terra da Boa Semente”, a cidade abriga algumas das maiores empresas de sementes certificadas do Brasil e da América Latina, integrando o Arranjo Produtivo Pós-Colheita e evidenciando sua relevância no setor agroindustrial. Além disso, Condor oferece aos visitantes a Rota Recantos da Colônia, um percurso que possibilita imersão nas tradições históricas e culturais do município, valorizando a arquitetura, os modos de vida e os espaços rurais que compõem sua paisagem. Essa combinação de gastronomia típica, força econômica e patrimônio cultural consolida o município como um destino atrativo e diversificado (Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2024).

Coronel Barros, marcado por rica história e expressiva beleza natural, reúne um conjunto diversificado de atrações que articulam patrimônio cultural, lazer e contato com a natureza. O Parque Municipal e a Igreja Evangélica Bom Pastor compõem pontos centrais do patrimônio histórico, enquanto o Centro Histórico, por meio de sua arquitetura

e narrativas, reflete a tradição local. Para os apreciadores de atividades ao ar livre, a Trilha Ecológica da Serra do Caverá oferece uma experiência singular. A Vinícola destaca-se como uma das principais atrações, proporcionando degustações e vivências enoturísticas. Soma-se a isso o Festival Gastronômico, que valoriza a culinária regional, e a Rota dos Moinhos, percurso que integra paisagem, memória e cultura. O Museu Municipal, a Casa do Artesão e o Balneário Municipal ampliam as opções de lazer e aprendizagem, consolidando Coronel Barros como um destino que integra história, cultura e natureza (Thesing, 2024).

O município de Ijuí destaca-se pela marcante diversidade cultural, reconhecida nacional e internacionalmente como a “Capital Nacional das Etnias”, em 2021, e “Capital Mundial das Etnias”, em 2022, refletindo a amplitude de sua história e de sua gastronomia multicultural. Entre seus principais atrativos turísticos está a Usina Velha, considerada a hidrelétrica mais antiga do Rio Grande do Sul ainda em funcionamento, preservando equipamentos originais de 1923. A cidade também abriga o Museu Antropológico Diretor Pestana, o Parque da Pedreira, o Parque de Exposições Wanderley Burmann e o Bosque dos Capuchinhos, que ampliam as possibilidades de lazer e conhecimento histórico.

O município de Joia reúne um conjunto de atrações turísticas que evidenciam sua cultura, seu patrimônio e a beleza de suas paisagens rurais. Entre os principais pontos de interesse está o Parque Municipal, que oferece um ambiente propício para lazer, convivência e contato direto com a natureza. A Igreja Matriz São João Batista destaca-se como marco arquitetônico e religioso, reforçando a identidade histórica da cidade. Complementam o cenário turístico a Rota do Vinho, que possibilita visitas a vinícolas locais e experiências enogastronômicas, e os passeios rurais, que promovem imersão nos modos de vida do campo. Além disso, Joia realiza eventos que celebram tradições regionais, fortalecendo vínculos comunitários e proporcionando vivências culturais autênticas aos visitantes. Esse conjunto de atrativos consolida o município como um destino que integra natureza, cultura e ruralidade (Moraes, 2024).

O município de Nova Ramada destaca-se pelo seu relevante patrimônio histórico, tendo sido palco, em 3 de janeiro de 1925, do Combate da Ramada, confronto entre a Coluna Prestes e as forças legalistas, ocorrido na comunidade de Esquina Umbu, onde atualmente se encontram os Túmulos dos Combatentes. Além desse marco histórico, o município encanta por suas paisagens naturais, compostas por florestas, rios e cachoeiras que favorecem atividades ao ar livre, como trilhas e caminhadas, possibilitando contato direto com a fauna e a flora locais. Nova Ramada também preserva importantes

referências culturais, como a Igreja Matriz São José e a Feira do Produtor, que valorizam as tradições comunitárias. Somam-se a esses elementos a produção de vinhos de qualidade e a hospitalidade característica da região, tornando a cidade um destino atrativo que integra história, natureza e cultura (Thesing, 2024).

Panambi, colonizada por imigrantes alemães em 1898, destaca-se pelo forte desenvolvimento industrial que lhe rendeu o título de “Cidade das Máquinas”, originado das antigas serrarias e ferrarias artesanais que impulsionaram seu crescimento. A presença alemã permanece amplamente visível na religiosidade, na gastronomia, na língua e na tradição de educação técnica, evidenciada em pratos típicos como *Käsekuchen* (cuca de requeijão) e *Eisbein* (joelho de porco). Entre seus principais atrativos turísticos encontram-se o Museu e Arquivo Histórico Professor Hermann Wegermann, a Casa do Artesanato, o Monumento do Imigrante, o Moinho Velho, a Igreja Matriz São João Batista e o Parque Municipal Rudolfo Arno Goldhardt. Destaca-se ainda a Associação Cultural Museu Militar Brasileiro, que abriga uma das maiores coleções de viaturas militares do país, reforçando o patrimônio histórico e cultural do município (Schirmer, 2012).

Pejuçara destaca-se por oferecer variadas opções de lazer e cultura, valorizando tanto seus espaços urbanos quanto suas tradições comunitárias. O Parque Municipal constitui um importante ambiente para atividades ao ar livre e convivência social, enquanto a Igreja Matriz São José se sobressai pela arquitetura imponente que integra o patrimônio religioso local. Reconhecida pela produção de vinhos, a cidade preserva a herança italiana por meio de eventos tradicionais, como a Festa do Trigo e da Uva, que celebram a agricultura e fortalecem a identidade cultural. Em diferentes comunidades, são realizadas homenagens aos padroeiros, reafirmando vínculos históricos e espirituais. Entre os demais atrativos estão a Praça Visconde de Rio Branco, o Museu dos Imigrantes Marcos Bresolin e a gastronomia típica, marcada por pratos italianos tradicionais que enriquecem a experiência dos visitantes e reforçam o legado cultural do município (Pejuçara, 2024).

Assim, os 11 municípios que compõem a região acumulam reconhecimentos em âmbitos regional, nacional e internacional, decorrentes de suas especificidades produtivas, culturais e institucionais. O território caracteriza-se por uma agropecuária consolidada, que exerce papel central na economia local e regional, articulada a um parque industrial diversificado, bem como a um comércio e a um setor de serviços relativamente estruturados. Soma-se a esse contexto a presença de uma infraestrutura

robusta nas áreas de saúde e educação, materializada em instituições e equipamentos que qualificam o território, fortalecem a coesão regional e ampliam as condições para o desenvolvimento socioeconômico e a diversificação de atividades, entre as quais se insere o turismo.

## 1.2 PROBLEMA

A cultura constitui uma construção histórica que abrange múltiplos aspectos da vida social, resultante de interações contínuas entre indivíduos, grupos e contextos diversos. A cultura não é estática ou isolada; ao contrário, transforma-se ao longo do tempo, influenciada por fatores internos, como conflitos, valores e práticas compartilhadas, e por fatores externos, como contatos interculturais, migrações e mudanças políticas ou econômicas. Nesse sentido, conforme observa Cuche (1999), toda cultura encontra-se em permanente processo de construção, desconstrução e reconstrução, variando de acordo com as circunstâncias históricas.

Assim, a dinâmica cultural materializa-se no patrimônio cultural, compreendido como o conjunto de bens materiais e imateriais que expressam referências simbólicas, modos de vida e memórias coletivas de uma comunidade. Quando reconhecidos, valorizados e socialmente apropriados, esses bens contribuem para a consolidação da identidade territorial e para o fortalecimento do sentimento de pertencimento, atuando como elementos estruturantes das relações entre sociedade, cultura e território.

No contexto do turismo cultural, o patrimônio assume papel estratégico, na medida em que possibilita a mediação entre visitantes e comunidades locais, promovendo o intercâmbio de experiências, a valorização da diversidade cultural e a ressignificação dos lugares. Assim, o turismo cultural, quando orientado por princípios de sustentabilidade e participação social, pode atuar como instrumento de preservação do patrimônio e de promoção do desenvolvimento territorial, respeitando as dinâmicas culturais e as especificidades identitárias de cada território.

Para Dias e Aguiar (2002), toda sociedade, urbana ou rural, possui uma cultura própria estruturada por signos, símbolos, representações e significados compartilhados, que conferem sentido às práticas sociais e ao vínculo com o território. A cultura, assim, engloba desde crenças, valores e manifestações artísticas até instituições, conhecimentos técnicos e expressões materiais como vestuário, alimentação e arquitetura, revelando a diversidade e a singularidade das sociedades ao longo do tempo.

No campo turístico, o caráter plural da cultura torna-se ainda mais evidente, uma vez que o consumo das culturas integra de forma decisiva as práticas turísticas ao contribuir para a formação de novas relações com o território e com o patrimônio, material e imaterial, processo que gera experiências diversificadas, fortalece vínculos de pertencimento e reforça identidades sociais e territoriais. Em sentido amplo, a cultura constitui o ambiente no qual o turismo se desenvolve; em sentido específico, funciona como atrativo, manifestando-se por meio de museus, música, paisagens, patrimônio arquitetônico, festividades e práticas religiosas (Cravidão, 2011). Assim, o consumo cultural no turismo estreita a relação entre visitantes e patrimônio e incentiva a preservação das culturas locais, reforçando sua continuidade e sustentabilidade.

É nesse contexto que a Rota das Águas, Culturas e Sabores, localizada na região do Corede Noroeste Colonial, no Rio Grande do Sul, destaca-se como exemplo de como os bens culturais tangíveis e intangíveis podem atuar como vetores estratégicos do desenvolvimento turístico. Ao integrar recursos naturais, históricos, culturais e gastronômicos, a rota evidencia a importância de valorizar tanto o patrimônio material (monumentos, construções históricas e paisagens) quanto o imaterial (tradições orais, festividades, culinária, música e saberes locais). Essa articulação diversifica as experiências ofertadas, fortalece identidades regionais e contribui para a dinamização socioeconômica dos municípios envolvidos, reforçando o papel do patrimônio cultural como elemento estruturante de iniciativas de turismo sustentável.

Diante disso, emerge a necessidade de compreender de que maneira a integração entre diferentes formas de patrimônio cultural pode implementar o turístico da região e contribuir para o fortalecimento da identidade local, sem negligenciar a preservação das tradições que sustentam essa identidade. A problemática que orienta este estudo, portanto, consiste em investigar: **como os bens culturais tangíveis e intangíveis podem influenciar o desenvolvimento e a promoção do turismo na Rota das Águas, Culturas e Sabores, situada na região do Corede Noroeste Colonial, no Rio Grande do Sul?**

### 1.3 OBJETIVOS

A definição dos objetivos possibilita ao pesquisador explicitar a intenção que orienta a realização do estudo e os resultados que se pretende alcançar (Fonseca, 2022). O objetivo geral corresponde a uma compreensão ampla e global do tema investigado (Marconi; Lakatos, 2003) e deve ser formulado com clareza, oferecendo uma direção consistente ao desenvolvimento da pesquisa. Para Marujo (2013), a delimitação dos

objetivos contribui para a coerência metodológica, articulando o percurso investigativo às abordagens adotadas. Os objetivos específicos, por sua vez, possuem caráter mais preciso e aplicável, atuando como desdobramentos necessários para atingir o objetivo geral e possibilitando sua operacionalização em situações concretas investigadas (Marconi; Lakatos, 2003). Assim, para que a questão central da pesquisa possa ser adequadamente respondida, definem-se tanto o objetivo geral quanto os objetivos específicos que orientam o percurso investigativo.

### **1.1.1 Objetivo Geral**

Analisar de que forma os bens culturais tangíveis e intangíveis podem influenciar no desenvolvimento e na promoção do turismo na Rota das Águas, Culturas e Sabores, na região do Corede Noroeste Colonial, no Rio Grande do Sul.

### **1.3.2 Objetivos Específicos**

- a) Identificar os bens culturais tangíveis e intangíveis nos municípios da Rota das Águas, Culturas e Sabores que fazem parte do Corede Noroeste Colonial, para identificar seus potenciais turísticos, as necessidades de preservação, o fortalecimento da identidade cultural e o desenvolvimento sustentável do turismo na região;
- b) Examinar as potencialidades do turismo nos municípios do Corede Noroeste Colonial sob o olhar dos gestores públicos municipais, das Secretarias Municipais de Turismo e Educação e Cultura, bem como, dos Conselhos de Municipais de Turismo;
- c) Delimitar os desafios e as possibilidades para o aprimoramento do turismo na Região do Corede Noroeste Colonial, articulando os bens culturais tangíveis e intangíveis ao processo de desenvolvimento da Rota das Águas, Culturas e Sabores.

## **1.4 JUSTIFICATIVA**

Para a pesquisadora, cuja formação em Arquitetura e Urbanismo, articular o entendimento do território como expressão cultural, social e espacial, passa a ser um estudo importante ao possibilitar uma análise aprofundada sobre como o turismo, enquanto fenômeno sociocultural e agente de desenvolvimento dos espaços construídos. Assim, ao considerar o turismo como uma atividade que consome e produz espaço (Cruz,

2002) e que esse processo resulta da interação entre visitantes e comunidades locais (Dann; Parrinello, 2009), a pesquisa oferece à arquiteta-urbanista a oportunidade de compreender como os bens culturais moldam territorialidades turísticas e influenciam práticas de planejamento. Assim, a investigação contribui para aprimorar a atuação profissional da pesquisadora, ampliando suas competências no campo da gestão territorial, da preservação patrimonial e da promoção de estratégias sustentáveis que integrem cultura, ambiente e desenvolvimento regional.

Para o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR/UNIJUÍ), o tema apresenta aderência uma vez que o turismo ocupa posição estratégica nas discussões sobre a geração de renda, preservação ambiental e fortalecimento cultural e no planejamento sobre desenvolvimento territorial. Desta forma, conforme Marujo (2008), o turismo ultrapassou o lazer e passou a constituir importante vetor político, econômico e sociocultural, o estudo dialoga diretamente com os princípios da linha de pesquisa que integra dinâmicas territoriais, sustentabilidade e políticas públicas. Ao analisar a Rota Águas, Culturas e Sabores e suas potencialidades para o Corede Noroeste Colonial, a pesquisa contribui com subsídios para iniciativas regionais, especialmente aquelas vinculadas ao Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional (2022–2030). Dessa forma, fortalece tanto a produção acadêmica do programa quanto sua interface com políticas de desenvolvimento e gestão participativa do território.

Do ponto de vista científico, a pesquisa contribui para o avanço do conhecimento ao integrar teorias do turismo, patrimônio cultural e desenvolvimento regional, articulando autores que compreendem o turismo como fenômeno sociocultural e territorial. A partir da premissa de que a cultura constitui uma das principais motivações das viagens (Richards, 1996), o estudo amplia o entendimento sobre o papel dos elementos tangíveis e intangíveis na construção de territórios turísticos e na consolidação de identidades locais. Além disso, o enfoque na Rota Águas, Culturas e Sabores permite aprofundar debates sobre sustentabilidade, uma vez que o turismo, quando planejado adequadamente, pode se tornar ferramenta de preservação ambiental e valorização das comunidades (Ferreira; Carneiro, 2005). Assim, o trabalho oferece contribuições metodológicas e conceituais relevantes para pesquisadores interessados na interface entre patrimônio, cultura e dinâmicas territoriais contemporâneas.

A pesquisa também contribui para o avanço da ciência ao documentar e analisar um caso regional ainda pouco explorado na literatura acadêmica, fortalecendo a produção científica sobre o interior do Rio Grande do Sul e sobre territórios culturais emergentes.

Ao conectar a análise ao Corede Noroeste Colonial e às políticas recentes, como a Lei nº 14.838/2024, o estudo amplia a compreensão sobre como políticas públicas e iniciativas comunitárias podem consolidar rotas turísticas sustentáveis. Além disso, ao investigar a articulação entre cultura, identidade e desenvolvimento, o trabalho reforça abordagens interdisciplinares essenciais para compreender fenômenos complexos, alinhando-se às tendências contemporâneas de estudos integrados em turismo e planejamento territorial. Com isso, contribuí para a construção de referenciais que podem embasar futuros projetos, políticas e pesquisas que visem integrar patrimônio cultural, desenvolvimento regional e turismo de base sustentável.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

O embasamento teórico construído nesta dissertação permite aprofundar a compreensão sobre a complexa relação entre bens culturais e turismo, articulando dimensões materiais e imateriais que compõem o patrimônio de uma região. Ao abordar os bens culturais intangíveis, como saberes, práticas, festividades e expressões simbólicas, e os bens culturais tangíveis, como edificações históricas, paisagens culturais e objetos patrimoniais, o estudo oferece um panorama abrangente das múltiplas formas pelas quais esses elementos estruturam identidades e conferem singularidade aos territórios. Nesse sentido, a discussão sobre turismo cultural surge como eixo central, evidenciando como a busca por experiências culturais autênticas impulsiona fluxos turísticos e reforça vínculos entre visitantes e comunidades locais. Assim, o referencial teórico apresenta o patrimônio como recurso estratégico, cuja valorização contribui para dinamizar territórios e fortalecer processos de desenvolvimento sociocultural.

Além disso, o embasamento teórico contribui para consolidar uma abordagem integrada entre turismo e conservação, destacando a importância de práticas preservacionistas associadas ao turismo cultural e suas interconexões com políticas públicas, participação popular e planejamento urbano e regional. Ao reconhecer que a atividade turística, quando orientada por princípios de sustentabilidade, pode atuar como instrumento de preservação ambiental e cultural, o estudo incorpora debates contemporâneos sobre gestão participativa, governança territorial e responsabilidade coletiva na proteção do patrimônio. Também são analisados tendências e desafios do turismo cultural, especialmente aqueles ligados ao desenvolvimento local e regional, como a necessidade de qualificação das comunidades, diversificação da oferta turística, fortalecimento das identidades territoriais e criação de políticas integradas. Dessa forma, o quadro teórico delimita as bases para compreender como o turismo pode impulsionar a conservação e o desenvolvimento regional de maneira equilibrada.

### **2.1 BENS CULTURAIS E TURISMO**

A definição de bens culturais perpassa pela abordagem antropológica de cultura. Segundo Bosi (1992), o termo cultura, em sua essência, refere-se tanto às atividades agrícolas quanto a qualquer trabalho realizado pelo ser humano desde a infância. No contexto antropológico e social, o significado mais amplo de cultura permaneceu constante ao longo dos séculos, representando [...] o conjunto de práticas, técnicas,

símbolos e valores que devem ser transmitidos às novas gerações para assegurar a continuidade da convivência social” (Bosi, 1992, p.16). Logo o termo “cultura” abordado pelo autor oferece uma visão ampla e profunda que integra as dimensões práticas, simbólicas e técnicas da vida humana, evidenciando seu papel central na transmissão de valores e conhecimentos ao longo de gerações.

A compreensão de bens culturais está intrinsicamente ligada à abordagem antropológica da cultura, que considera a transmissão de práticas, saberes e valores essenciais para a continuidade das sociedades ao longo do tempo. Segundo (Marujo, 2014) o termo "patrimônio" está vinculado às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo. Esse conceito foi ampliado por adjetivos como genético, natural, histórico e cultural, tornando-se um conceito nômade que continua a evoluir e impactar as sociedades. De forma resumida, patrimônio refere-se a bens que são destinados ao usufruto de comunidades, que se enriquecem através da acumulação contínua de objetos e práticas reconhecidos por seu significado histórico.

Com o tempo, a compreensão dos bens culturais evoluiu, refletindo as transformações nas dinâmicas sociais e nos valores atribuídos à memória e à identidade coletiva. Historicamente, esses bens estavam ligados à noção do sagrado e à preservação da memória, sendo muitas vezes vistos como intocáveis. No entanto, nos últimos anos, especialmente no Brasil, essa visão tem se transformado, reconhecendo os bens culturais como elementos fundamentais da identidade pública e cotidiana da sociedade (Botrel *et al*, 2011). Essa mudança é respaldada pela Constituição de 1988, que no artigo 215 garante o direito ao pleno exercício cultural e o acesso às fontes da cultura nacional, promovendo a valorização das manifestações culturais. O artigo 216 detalha a preservação desses bens, divididos entre materiais e imateriais, e estabelece que o Poder Público, em colaboração com a comunidade, deve promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento, desapropriação e outras formas de preservação (Brasil, 1988).

A relação entre cultura, turismo e consumo de lazer tem sido amplamente discutida por diversos autores, que destacam o papel fundamental do patrimônio cultural nesse processo. Segundo Richards (2001), a cultura é frequentemente vista como um fator determinante no crescimento do consumo de lazer e turismo. Esse vínculo está intimamente associado ao patrimônio cultural (Barreto, 2007). Cunha (2013) reforça essa conexão, sugerindo que o turismo cultural possui um duplo sentido: por um lado, é visto

como uma forma de promover a cultura, funcionando como um investimento para sua divulgação, por outro, proporciona às pessoas o acesso a diversas expressões culturais, facilitando a interação entre culturas preexistentes e a incorporação de novos valores. Nesse contexto, o patrimônio cultural se transforma em um produto negociável, ampliando sua acessibilidade e visibilidade no cenário global.

A relação entre turismo e cultura é amplamente discutida, com diferentes perspectivas sobre os impactos dessa interação. De acordo com Cooper *et al.* (2003), os principais aspectos que definem essa relação incluem: a mercantilização, que pode transformar ou até destruir o significado de performances culturais e eventos; a autenticidade encenada, com a criação de pseudo-eventos para atender às expectativas dos turistas; e as experiências turísticas exóticas. Para Mathieson e Wall (1982), três tipos de cultura atraem turistas: a cultura inanimada, como monumentos históricos; aspectos culturais do cotidiano local, que frequentemente motivam os visitantes; e a cultura animada, como eventos e festas tradicionais. Assim, o turismo pode valorizar as culturas locais ou comprometer sua autenticidade. Portanto, é essencial equilibrar a preservação cultural com as demandas do mercado, garantindo que as tradições sejam respeitadas ao serem compartilhadas.

As identidades e diferenças culturais, quando transformadas em produtos de consumo, têm sido fundamentais para o desenvolvimento do turismo em muitas regiões. As diversidades culturais, manifestadas por meio do patrimônio cultural material e imaterial, atraem turistas e impulsionam o turismo regional. Essas diferenças aumentam a visibilidade do turismo em um mercado que se torna cada vez mais competitivo e globalizado. Assim o turismo beneficia-se da diversidade cultural existente em todo o território mundial, tornando a cultura uma das principais motivações para as viagens turísticas (Marujo, 2014). Logo, a transformação das identidades culturais em produtos de consumo é crucial para o crescimento do turismo, atraindo turistas e fortalecendo o turismo regional. Ao valorizar o patrimônio material e imaterial, o turismo se beneficia da diversidade cultural global, sendo uma das principais motivações para as viagens em um mercado competitivo.

### **2.1.1 Bens culturais imateriais/intangíveis**

O patrimônio cultural de um povo engloba as particularidades que possuem significado social e refletem sua identidade. Ele reúne tanto as características que aproximam as pessoas de diferentes etnias quanto as que as distinguem em seus modos

de vida, criando um sentido de pertencimento e diferenciação (Choay, 2001). O patrimônio cultural imaterial ou intangível é definido por ter um suporte físico indireto, que, embora isoladamente não carregue um significado próprio, se torna símbolo de tradições, costumes e conhecimentos. Isso inclui, por exemplo, artesanato, instrumentos, celebrações religiosas e técnicas específicas de culinária e trabalho, além de locais de interação social. Esse conceito é recente e resultado de um processo longo, influenciado por debates, legislações e ações de instituições nacionais e internacionais (IPHAN, 2024). Segundo o Artigo 2º da Convenção da Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (UNESCO, 2003), entende-se por patrimônio cultural imaterial:

As práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas- junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados- que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Esse patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração para geração, é constantemente recriado, pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (UNESCO, 2003).

O conceito de patrimônio cultural imaterial abrange diversas expressões culturais de grupos e classes sociais, com um foco antropológico e inclusivo. Ele destaca a necessidade de integrar processos culturais e seus agentes nas políticas públicas de cultura, valorizando memórias e identidades nacionais em diálogo com outras nações. Além disso, promove o reconhecimento da diversidade cultural presente no Brasil, trazendo à tona questões importantes de inclusão cultural e os impactos sociais dessa valorização (Cavalcanti *et al*, 2008). O patrimônio cultural imaterial é visto como algo em constante transformação, diferentemente dos patrimônios materiais. Sua preservação depende da transmissão de saberes, o que ajuda a manter sua representatividade e identidade. Isso envolve a apropriação dos significados e das formas de produção cultural, garantindo que as tradições e os conhecimentos possam ser mantidos e adaptados ao longo do tempo (Corá, 2011).

A importância do patrimônio imaterial está diretamente relacionada à sua capacidade de ser transmitido ao longo das gerações, mantendo-se vivo por meio das recriações que acompanham as transformações sociais e culturais. Segundo Funari e Pelegrini (2008), uma das principais características do patrimônio imaterial é justamente essa transmissão intergeracional, preservando-se por meio das recriações que surgem com as mudanças nas comunidades e suas relações com o ambiente social. Esse processo não

só assegura a continuidade de elementos essenciais da cultura, mas também promove o senso de pertencimento, a diversidade cultural e a expressão da criatividade humana. Dessa forma, o patrimônio imaterial não apenas preserva tradições, mas também se adapta às mudanças ao longo do tempo, garantindo a continuidade da identidade cultural e fomentando a inovação nas práticas comunitárias.

Em conclusão, o patrimônio cultural imaterial desempenha um papel central na preservação das identidades culturais, ao abranger práticas e saberes transmitidos entre gerações e recriados conforme o contexto social e histórico. Além disso, este patrimônio valoriza a diversidade e fortalece as identidades coletivas, enquanto políticas públicas auxiliam na manutenção e adaptação dessas tradições, incentivando a criatividade e respeitando a transformação das expressões culturais.

### **2.1.2 Bens culturais materiais/tangíveis**

Ao refletir sobre o patrimônio cultural, Barranha (2016), aponta que o mesmo é uma herança coletiva que inclui não só construções e obras do passado, mas também elementos naturais e culturais que formam o ambiente ao longo do tempo. Esse patrimônio é dinâmico e em constante transformação, servindo tanto como legado do passado quanto como base para o futuro. Ele vai além de preservar o que é antigo; trata-se de valorizar e atualizar o que é significativo para uma comunidade, reconhecendo que a cultura se renova continuamente.

É frequente o uso dos termos “artefatos” e “objetos” na investigação dos bens culturais materiais, especialmente no contexto dos processos de preservação. De acordo com Caple (2006), um artefato pode ser compreendido como qualquer entidade física criada pelos seres humanos. Pearce (1994) complementa essa definição ao destacar que os artefatos correspondem a objetos produzidos pelo homem por meio da aplicação de processos tecnológicos, compreensão posteriormente retomada por Barreto et al. (2020). Essa abordagem amplia o entendimento de patrimônio cultural, que ultrapassa a noção restrita de objetos musealizados, passando a abranger uma diversidade de elementos, tais como documentos, imagens, o desenho das cidades, áreas naturais, paisagens e edificações. Nessa perspectiva, o patrimônio cultural não se configura apenas como uma coleção de objetos isolados, mas como uma forma de expressão por meio da qual a sociedade preserva, transmite e valoriza sua identidade e sua história (Rodrigues, 2012). Assim, a compreensão do patrimônio cultural extrapola os bens materiais

individualizados, englobando um conjunto diverso de elementos que, de forma articulada, contribuem para a construção e a preservação da memória coletiva de uma sociedade.

A preservação do patrimônio cultural material é essencial para manter viva a identidade e a memória histórica de uma sociedade. Segundo o IPHAN (2024), o patrimônio cultural material, ou tangível, é composto por elementos físicos que expressam diretamente valores culturais, englobando tanto bens imóveis (como monumentos, igrejas e sítios arqueológicos) quanto bens móveis (como documentos, obras de arte, utensílios de trabalho, mobiliários, entre outros).

Em conformidade com o artigo 216 da Constituição Federal do Brasil, o patrimônio cultural é definido de forma ampla, incluindo não apenas as formas de expressão e os modos de criação, mas também criações científicas, artísticas e tecnológicas, além de obras, documentos, edificações e espaços voltados às manifestações culturais. Ele abrange também áreas urbanas e sítios de importância histórica, paisagística, artística, ecológica e científica. No Brasil, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é o órgão responsável por preservar e valorizar esse patrimônio, tanto em suas formas material quanto imaterial (Alves et al., 2022). Dessa forma, a definição e preservação do patrimônio cultural material no Brasil são abrangentes, reconhecendo a diversidade de elementos que constituem a identidade nacional. A atuação do IPHAN é fundamental para garantir a valorização e proteção desses bens, promovendo sua continuidade para as futuras gerações e assegurando que a riqueza cultural do país seja mantida e respeitada.

Em síntese, o patrimônio cultural abrange uma vasta riqueza de bens, que vão muito além de simples coleções ou objetos de museu. Incluindo construções, documentos, paisagens, obras de arte e artefatos que refletem a história e a identidade de uma sociedade, bem como manifestações culturais e conhecimentos transmitidos entre gerações. A preservação desses bens materiais é essencial para manter viva a memória coletiva, valorizando tanto o legado físico quanto os aspectos simbólicos que eles carregam. Ao compreender o patrimônio como um recurso dinâmico e diversificado, reforça-se a importância de instituições como o IPHAN na missão de preservar e atualizar esses valores, assegurando que essa herança cultural seja apreciada e transmitida às gerações futuras.

### **2.1.3 Turismo Cultural**

A relação entre cultura e turismo torna-se evidente quando o turismo incorpora manifestações culturais, arte e objetos históricos, promovendo a cultura local. Em contrapartida, a cultura ajusta suas expressões e tradições para se tornar acessível ao turismo, o que permite seu desenvolvimento. Dessa forma, surge um tipo de turismo focado especialmente em experiências culturais (Batista, 2005). Segundo Marujo (2015), o turismo cultural começou a ser reconhecido como uma categoria própria no final da década de 1970, quando estudiosos notaram que algumas pessoas viajavam especificamente para explorar a cultura e o patrimônio de determinados locais (Marujo, 2015). Portanto, a relação entre cultura e turismo não apenas impulsiona o desenvolvimento de destinos turísticos, mas também contribui para a valorização das tradições locais, ao mesmo tempo em que adapta as expressões culturais para atender às demandas do mercado turístico.

A definição de turismo cultural é amplamente debatida, uma vez que tanto os conceitos de “cultura” quanto de “turismo” admitem múltiplas interpretações. Para a compreensão do turismo cultural, torna-se fundamental explorar sua relação com a cultura, seus benefícios e seu papel no desenvolvimento de comunidades, cidades e países. Nesse sentido, conforme discutido por Naval e Serra (2019), com base em Richards (2001), cada lugar possui sua própria cultura e identidade, não havendo hierarquias entre elas, mas sim a valorização da diversidade cultural. Para Batista (2005) o turismo cultural envolve o contato com o patrimônio de uma comunidade, incluindo sua história, cultura e modo de vida. Não se limita ao lazer, mas é motivado pelo desejo de conhecer regiões cuja identidade está fundamentada na história, tradições e manifestações culturais e religiosas de seu povo.

De acordo com Ribeiro e Santos (2008), no turismo cultural, as preferências dos turistas variam com o tipo e o valor do produto oferecido, considerando-se o que cada visitante busca de acordo com seus interesses. Alguns podem procurar arte, gastronomia, música ou arquitetura, enquanto outros podem desejar aprender algo específico, como o idioma local ou a história da região, ou desenvolver um senso social. Isso inclui interagir com os habitantes locais e respeitar as normas culturais do destino. Sendo assim, o turismo cultural é um dos segmentos mais promissores e de maior crescimento no Brasil e no mundo. No contexto brasileiro, essa modalidade encontra uma rica base na diversidade cultural, na vasta herança histórica e nos patrimônios tombados como Patrimônio da Humanidade. A produção cultural diversificada, expressa na música, nas artes e na gastronomia, demonstra a vocação do Brasil para o turismo cultural, que oferece

inúmeras oportunidades de valorização e reconhecimento do patrimônio nacional (Alves, *et al* 2022). Logo, o turismo cultural não só se apresenta como uma das modalidades de maior crescimento global, mas também como uma ferramenta fundamental para promover o reconhecimento e a valorização da rica diversidade cultural e histórica do Brasil, gerando oportunidades para o fortalecimento da identidade nacional e o desenvolvimento econômico local.

Sendo assim, a relação entre cultura e turismo promove uma valorização mútua onde o turismo, ao incorporar manifestações culturais, ajuda a difundir e a preservar o patrimônio local, enquanto a cultura adapta-se para atrair e acolher visitantes. O turismo cultural enriquece as experiências dos turistas e, ao mesmo tempo, contribui para o desenvolvimento econômico e social das comunidades. No Brasil, essa modalidade explora a diversidade e o patrimônio cultural, destacando-se como uma oportunidade promissora para valorizar a identidade e a herança histórica nacionais

## 2.2 TURISMO E CONSERVAÇÃO

A Organização Mundial do Turismo (OMT, 2001) define o turismo como um fenômeno multifacetado — cultural, social e econômico — que envolve o deslocamento de pessoas para locais fora de seu ambiente cotidiano, seja por motivos pessoais ou profissionais. Ao longo do tempo, o turismo se diversificou para atender diferentes interesses e públicos, sendo segmentado em diferentes áreas, como o turismo em saúde, de negócios, cultural, rural, entre outros. O turismo cultural, em particular, favorece a expansão do setor em virtude da grande diversidade cultural a ser explorada, como a gastronomia, as festas religiosas, os eventos culturais, as visitas a sítios históricos e outras (Figueira *et al*, 2020). Em vista disso, o turismo cultural se destaca como um segmento promissor, promovendo o desenvolvimento e a preservação do patrimônio, ao oferecer aos turistas a oportunidade de cuidar as riquezas culturais e históricas dos destinos.

Ainda conforme o autor, o chamado turismo histórico, por sua vez, é um dos segmentos do turismo cultural que atrai cada vez mais o interesse de visitantes. No Brasil, cidades como Ouro Preto (MG) e o Pelourinho, em Salvador (BA), são grandes representantes desse tipo de turismo. Milhares de pessoas visitam esses locais, interessadas não só em fotografar as belas edificações, mas também em conhecer a população local e sua história. Em muitos lugares, o turismo cultural é visto como um meio de preservar o patrimônio, pois os turistas buscam aquilo que é único e característico de cada local. Sem a conservação dos bens culturais, o turismo é comprometido, assim

como a geração de receita para o município e a comunidade (Figueira *et al*, 2020). Portanto, o turismo histórico não apenas atrai visitantes, mas também desempenha um papel fundamental na valorização e preservação do patrimônio cultural, beneficiando tanto os destinos quanto suas comunidades.

Desde sempre o homem teve a necessidade de conservar os edifícios em que constrói, seja por sua função, ou por seu valor histórico e cultural. Esses edifícios foram erguidos com propósitos específicos e, ao longo do tempo, foram adaptados para atender às necessidades humanas, seja como habitação, seja para oferecer diversos serviços. Quando um edifício deixa de cumprir a função para a qual foi originalmente concebido, ele costuma passar por processos de reabilitação e mudanças em sua estrutura inicial, permitindo que continue útil, seja por meio de adaptações para novas demandas, seja sendo requalificado para outra finalidade. Assim, o tipo de intervenção nos edifícios deve estar em harmonia com o contexto em que se encontram e com seu propósito final. Em essência, todas as intervenções visam um único princípio: aprimorar os espaços por meio de estratégias apropriadas de desenvolvimento (Silva, 2019).

Conforme Silva (2019), a reabilitação ou regeneração de edifícios tem como objetivo assegurar a sobrevivência de edifícios em desuso ou degradados, frequentemente dando a elas um novo uso, diferente do original. Esse tipo de intervenção pode ser conceituado de várias formas, conforme sua complexidade e, sobretudo, seu objetivo. As intervenções nos edifícios podem ser categorizadas da seguinte maneira:

- 1) Conservação: A conservação de edifícios tem como objetivo preservar os elementos característicos dos edifícios, retardando a sua degradação;
- 2) Manutenção: Consiste em pequenas ações periódicas de forma a garantir o correto funcionamento e integridade das estruturas e equipamentos, podendo ser dividida em três tipos de ação:
  - a) Manutenção Preventiva: baseada em ações com vista a evitar anomalias, antes de elas virem a acontecer;
  - b) Manutenção Corretiva: quando não é planejada, sendo efetuada após a detecção de anomalias;
  - c) Manutenção Curativa: consiste na reparação das anomalias quando estas ocorrem.
- 3) Restauro: está sobretudo relacionado com o tipo de intervenções realizadas em monumentos ou outros edifícios com valor cultural. Este método requer conhecimento aprofundado do objeto a ser intervenido de forma que as características sejam preservadas ao máximo;
- 4) Reconstrução: embora relacionada ao restauro, representa um nível distinto de intervenção e não deve ser utilizada para restaurar partes de edifícios que carregam valor histórico, como monumentos. Pode ser aplicada em casos excepcionais, como danos decorrentes de desastres naturais e conflitos, visando preservar o valor arquitetônico. É essencial reconhecer que o edifício reconstruído não será o original e seu valor histórico deve ser interpretado como tal;

- 5) Reabilitação: O regime Jurídico da Reabilitação Urbana define a reabilitação como uma intervenção que visa assegurar a segurança e o desempenho físico dos edifícios, além de aprimorar seu uso ou dar-lhes uma nova finalidade. Ela busca reutilizar materiais e componentes existentes, promovendo a sustentabilidade da intervenção (Silva, 2019, p.23-25).

Os bens criados pelo homem, incluindo seus saberes, modos de fazer e conhecimentos transmitidos oralmente, começam a ser reconhecidos e valorizados como patrimônio cultural, algo que antes se restringia apenas a prédios e monumentos. Quando o patrimônio cultural passa a ser destacado em uma comunidade que reconhece sua importância, surge a preocupação com sua proteção para evitar sua degradação. Para garantir essa preservação, é fundamental que os gestores do patrimônio cultural adotem medidas como isenções de IPTU, incentivos fiscais ou projetos que visem à sua conservação. Muitos governos municipais oferecem isenção de IPTU para moradores de edifícios antigos considerados patrimônio. Outros criam linhas de financiamento para a conservação do patrimônio ou buscam apoio de empresas que patrocinam projetos relacionados. Com o aumento da importância do patrimônio cultural como atração turística, ele consegue atrair mais recursos para sua manutenção, provenientes de taxas de turistas e residentes ou de organizações que reconhecem seu valor como impulsionador do desenvolvimento econômico local (Figueira *et al*, 2020).

Por fim, o turismo cultural, especialmente o histórico, desempenha um papel crucial na valorização e preservação do patrimônio, contribuindo para o desenvolvimento econômico local e a conscientização sobre a importância de conservar bens culturais. A reabilitação e outras intervenções nos edifícios, como conservação e restauro, são essenciais para garantir que o patrimônio continue a desempenhar sua função histórica e cultural, seja por meio de adaptação ou preservação de suas características originais. Ao integrar políticas de preservação com incentivos fiscais e apoio à conservação, os gestores podem assegurar a continuidade do legado cultural, que se torna, além de um bem coletivo, uma fonte de atração e desenvolvimento turístico sustentável.

### **2.2.1 Turismo cultural: relações preservacionistas**

Sobre preservação do patrimônio cultural, Barreto M. (2000) propõe que preservar o patrimônio significa proteger e resguardar, evitando qualquer interferência que possa danificá-lo, enquanto conservar implica mantê-lo de forma que sua permanência ao longo do tempo seja garantida. Assim, ao falarmos em preservação do patrimônio, estamos nos referindo à intenção de mantê-lo em um estado estático e intocado. Por outro lado,

conservar sugere que o patrimônio está sendo incorporado ao dinamismo do processo cultural, mantendo-se em constante interação com a sociedade.

Todavia, o verbo “preservar” carrega consigo um sentido que vai além de simplesmente proteger contra danos ou manter algo em bom estado, abrangendo também a ideia de conservar. Lemos (1981) explica que, ao preservar os traços de uma sociedade, é necessário garantir suas condições mínimas de sobrevivência, o que envolve o ambiente e o conhecimento cultural. Preservar não se limita apenas à proteção de objetos ou construções históricas, como casas e igrejas de cidades antigas, também inclui a gravação de depoimentos, músicas populares ou eruditas, assegurando assim a compreensão da memória social e valorizando elementos significativos do patrimônio cultural.

No início do século XX, a preservação do patrimônio cultural no Brasil começou a ser institucionalizada com a implementação do tombamento, um mecanismo administrativo que registra oficialmente bens em livros específicos para protegê-los mediante restrições legais. No entanto, ao longo das décadas, a preservação cultural se tornou um tema mais complexo e com diversas camadas.

Embora o tombamento tenha representado um avanço, ele, por si só, não é (e possivelmente nunca foi) suficiente para garantir a preservação cultural de maneira integral. Assim, esse instrumento se mostrou limitado para proteger a ampla gama de elementos que hoje são considerados patrimônio cultural, especialmente com a expansão do conceito nas últimas décadas do século XX (Sayegh, 2022). Portanto, embora o tombamento tenha sido um passo importante na proteção do patrimônio cultural, sua limitação evidenciou a necessidade de abordagens mais abrangentes e flexíveis, capazes de contemplar a diversidade de bens culturais em constante transformação e adaptação às novas realidades sociais e culturais.

A preservação do patrimônio cultural não deve ser vista apenas como uma ação isolada de proteção da memória, mas como um processo que envolve múltiplos aspectos e dimensões. Machado e Dias (2009) enfatizam que a preservação não deve ser vista apenas como uma ação isolada, mas como um processo que integra fatores socioeconômicos, técnicos, artísticos e ambientais. Essas políticas precisam se conectar a aspectos como qualidade de vida, meio ambiente e cidadania, reconhecendo a importância da história e do trabalho humano, além de incorporar uma perspectiva sustentável e intergeracional.

As políticas de preservação tornam-se, assim, ferramentas essenciais de gestão urbana, reforçando a identidade cultural das comunidades. Além disso, é importante

lembrar que, conforme Oliveira e Callai (2017, p. 147), [...] os bens patrimoniais atuam como suporte do imaginário e da memória social de uma localidade", sendo pontos de apoio para a construção da memória coletiva. A educação, neste contexto, se transforma em um processo contínuo e sistemático, centrado na arquitetura como fonte primária de conhecimento individual e coletivo. Dessa forma, a preservação do patrimônio cultural vai além da simples proteção material, funcionando como um elemento estratégico para fortalecer a identidade cultural, a cidadania e o desenvolvimento sustentável das comunidades.

### **2.2.2 Turismo cultural: interconexões com políticas públicas participação popular e planejamento urbano/regional**

A preocupação com a preservação do patrimônio cultural e histórico tem raízes profundas, que remontam a períodos de grandes transformações sociais e políticas. Zanirato e Ribeiro (2006) destacam que a preocupação com a criação de políticas para a proteção e preservação dos bens culturais remonta ao final do século XVIII, especialmente com a Revolução Francesa. Esse período deu origem a uma nova sensibilidade em relação aos monumentos, visando manter viva a memória e evitar o esquecimento dos acontecimentos passados. A partir desse momento, começaram a ser implementadas as primeiras medidas políticas voltadas à preservação e gestão dos bens com valor cultural, sobretudo em espaços públicos. Uma das iniciativas importantes foi a criação de órgãos responsáveis pelo desenvolvimento de instrumentos jurídicos e técnicos para a conservação e o restauro dos monumentos. Esse movimento propiciou uma nova visão sobre a preservação do patrimônio histórico e cultural.

No Brasil, a política pública federal de preservação do patrimônio cultural iniciou-se no governo de Getúlio Vargas, com a criação da Inspeção de Monumentos Nacionais (IPM), em 1933, vinculada ao Museu Histórico Nacional. A principal função da IPM era proteger e evitar a saída de objetos históricos do país e impedir que importantes construções e monumentos fossem destruídos pelas reformas urbanas da época. Em 1937, a IPM foi substituída pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que se tornou a principal instituição de proteção e preservação do patrimônio no Brasil. O SPHAN foi regulamentado pelo Decreto-Lei nº 25, em 30 de novembro de 1937, e, mais tarde, a instituição foi rebatizada como Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), nome adotado oficialmente em 1994 (IPHAN, 2024). O

IPHAN desempenha um papel crucial na preservação do patrimônio cultural no Brasil até hoje.

A Constituição de 1988 foi um marco legislativo fundamental que abriu caminho para novas formas de proteção do patrimônio no Brasil. Ela estabeleceu diretrizes essenciais ao definir, nos artigos 215 e 216, o conceito de patrimônio cultural brasileiro, além de especificar seu alcance, os mecanismos de proteção e as responsabilidades pela sua preservação (Miranda, 2019). O artigo 216 da Constituição estabelece que a proteção do patrimônio cultural deve ser realizada pelo Poder Público, em colaboração com a comunidade, mantendo, no entanto, a responsabilidade principal com a administração pública. A proteção deve ocorrer por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação dos bens, além de outras ações de cuidado e preservação. Esse artigo também ampliou o uso de instrumentos administrativos de proteção do patrimônio, antes limitados ao tombamento e às desapropriações (Brandão, 2014).

Ademais, a Constituição de 1988 promoveu uma significativa descentralização administrativa, transferindo a responsabilidade pela preservação do patrimônio cultural para a federação, os estados e os municípios. Embora legislações anteriores já tivessem atribuído aos municípios a responsabilidade de preservar o patrimônio local, a Constituição consolidou e reforçou essa função, tornando a preservação uma tarefa compartilhada entre os diferentes níveis de governo (Coelho, 2013). Esse processo de descentralização foi essencial para fortalecer a gestão e garantir que o patrimônio cultural fosse protegido de maneira eficaz.

Ao definir responsabilidades claras e estabelecer uma colaboração entre União, Estados e Municípios, a Constituição de 1988 ampliou os instrumentos legais e administrativos disponíveis, assegurando que o patrimônio cultural brasileiro fosse devidamente valorizado e transmitido às futuras gerações. Portanto, a Constituição de 1988 não apenas ampliou as formas de proteção do patrimônio cultural no Brasil, mas também assegurou que a responsabilidade pela sua preservação fosse compartilhada de maneira mais eficiente entre os diferentes níveis de governo. Isso foi fundamental para a construção de uma política pública de preservação mais sólida, democrática e eficaz, que reflete a importância do patrimônio cultural na identidade nacional e na continuidade das tradições e memórias do país.

No contexto da preservação do patrimônio cultural, é fundamental destacar o papel dos municípios, especialmente após a descentralização administrativa promovida pela Constituição de 1988. Com essa mudança, os municípios passaram a ser

protagonistas na gestão e proteção dos bens culturais locais. Segundo Souza Filho (1997), a legislação define o patrimônio cultural como um bem que representa uma expressão cultural significativa, e, por isso, os municípios têm se estruturado legal e administrativamente para garantir sua conservação. Essas iniciativas visam não apenas proteger o patrimônio, mas também conscientizar a população sobre sua importância, muitas vezes considerando a preservação como uma estratégia para impulsionar o desenvolvimento socioeconômico local e criar novas oportunidades para as comunidades.

No que diz respeito às iniciativas municipais, é fundamental a atuação dos diversos atores envolvidos nas decisões sobre ações de preservação. A criação e o fortalecimento dos conselhos municipais de patrimônio, por exemplo, são instrumentos essenciais para garantir uma gestão democrática e eficaz da preservação cultural. Com a participação de representantes da sociedade civil, da administração pública e de outros interessados, esses conselhos devem refletir a diversidade de grupos cidadãos e suas diferentes relações com o patrimônio, assegurando uma participação inclusiva e democrática, em consonância com os princípios estabelecidos pela Constituição de 1988 (Sayegh, 2022). Além de promoverem a proteção do patrimônio local, esses conselhos desempenham um papel importante no desenvolvimento sustentável das comunidades, ao integrar a preservação cultural com o crescimento socioeconômico. Nesse contexto, a descentralização administrativa e a participação ativa da sociedade civil tornam-se elementos essenciais para garantir a continuidade e valorização do patrimônio cultural nas cidades brasileiras. Assim, as ações municipais não apenas asseguram a proteção dos bens culturais, mas também contribuem para o fortalecimento da identidade local e o bem-estar das comunidades.

A consolidação de políticas públicas voltadas ao turismo cultural em escala regional exige, contudo, o fortalecimento de mecanismos de governança territorial capazes de articular diferentes municípios em torno de objetivos comuns. Nesse sentido, a cooperação intermunicipal configura-se como estratégia fundamental para o planejamento integrado, permitindo a formação de consórcios, rotas turísticas regionais e instâncias de gestão compartilhada. Essa articulação favorece a otimização de recursos, a padronização de diretrizes e a promoção conjunta dos destinos, contribuindo para a construção de uma identidade regional e para a competitividade turística dos territórios. No contexto das rotas turísticas culturais, a governança regional possibilita a coordenação entre os municípios participantes, assegurando que ações de preservação patrimonial,

infraestrutura, qualificação da oferta turística e participação comunitária ocorram de forma integrada e complementar.

Quanto ao patrimônio cultural imaterial, o principal órgão governamental dedicado à sua preservação é o Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI) do IPHAN. Instituído pelo Decreto nº 5.040, em 6 de abril de 2004, o DPI sucedeu o Departamento do Patrimônio Imaterial e Documentação de Bens Culturais, criado em 2003 pelo Decreto nº 4.811. Desde então, o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP) e as secretarias regionais do IPHAN têm colaborado com as iniciativas do DPI. As principais ferramentas adotadas para a preservação do patrimônio imaterial incluem o Registro, o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI) e os Planos de Salvaguarda (Cavalcanti, 2008).

Além disso, é importante ressaltar o papel central do turismo na valorização e preservação do patrimônio cultural, funcionando como uma das principais atividades que conectam o público aos bens históricos, artísticos e imateriais de um país. Nesse sentido, Machado e Dias (2009) destacam que a política de preservação deve ser abordada de forma sistêmica e abrangente, considerando não apenas as medidas de proteção dos bens culturais, mas também ações educativas e políticas que desenvolvam uma consciência preservacionista tanto entre os turistas quanto entre os moradores das áreas turísticas. Essa conscientização é crucial, pois associa a sustentabilidade dos bens culturais a processos educativos, promovendo a integração entre preservação e turismo responsável.

As políticas públicas de turismo, por sua vez, desempenham um papel fundamental no desenvolvimento econômico, social e cultural, especialmente na preservação do patrimônio cultural. Elas visam promover o setor de turismo de forma sustentável, garantindo que o crescimento do turismo respeite e valorize os bens culturais e naturais das comunidades. O Plano Nacional do Turismo (PNT) surge como um elo entre os governos federal, estadual e municipal, além de envolver entidades não governamentais, a iniciativa privada e a sociedade em geral. Embora a regionalização do turismo ainda não estivesse totalmente consolidada no primeiro PNT (2003-2007), o plano introduziu um modelo de gestão descentralizada, com ênfase na redistribuição de renda, interiorização e segmentação da atividade turística. Durante esse período, o Sistema Nacional de Turismo foi criado, composto pelo Ministério do Turismo (MTur), o Conselho Nacional de Turismo e o Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo. Esse sistema facilitou a comunicação direta entre o Ministério e os Estados, que, por sua vez, estavam alinhados com as necessidades dos municípios e das

regiões turísticas. Embora a participação dos municípios nos Programas de Regionalização do Turismo fosse opcional, foi sugerido que criassem Conselhos e Fundos Municipais de Turismo, favorecendo a inclusão das demandas dos diversos setores econômicos e segmentos turísticos nas políticas públicas do país (Da Silva Souza *et al*, 2024).

Por fim, como ressaltam Oliveira e Chagas (2023), a preservação patrimonial se configura como um elemento fundamental no planejamento urbano, pois promove a integração da materialidade e imaterialidade cultural, garantindo que as futuras gerações possam manter a conexão com seu passado e suas origens. A preservação do patrimônio cultural não se limita à proteção de bens materiais, mas também se torna uma estratégia para fortalecer a identidade cultural local, promover o desenvolvimento sustentável e construir uma cidadania mais consciente e conectada com a história e as tradições. Portanto, ao integrar a preservação cultural com o turismo e o desenvolvimento socioeconômico, é possível não apenas proteger, mas também valorizar e promover a riqueza cultural do país.

### **2.2.3 Turismo cultural: tendências e desafios aliados ao desenvolvimento local/regional**

O conceito de desenvolvimento local surgiu na década de 1980, quando novos princípios teóricos, conceituais e metodológicos começaram a ser discutidos, voltados para abordagens inovadoras de intervenção social, muitas vezes consideradas alternativas. Essa nova perspectiva emergiu como uma resposta ao ceticismo em relação às abordagens economicistas do desenvolvimento, que, ao longo do tempo, mostraram resultados insatisfatórios em termos de mudanças globais, muitas vezes devido a expectativas irrealistas. Nesse contexto, surgiram estratégias focadas na redução de problemas locais, utilizando metodologias participativas e envolvendo diretamente as comunidades.

A análise do desenvolvimento passou a se concentrar na perspectiva local, destacando uma abordagem geograficamente orientada, que busca identificar os problemas específicos de cada território e, ao mesmo tempo, encontrar soluções dentro da própria comunidade (Syrett, 1995; Stöhr, 1990; Brito, 2004; Brito, 2010). Dessa forma, o desenvolvimento local consolidou-se como uma abordagem que coloca as comunidades no centro das soluções, reconhecendo suas particularidades e recursos. Ao adotar metodologias participativas, permite que os habitantes sejam protagonistas na

transformação de sua realidade. Isso promove alternativas viáveis e sustentáveis, respeitando a identidade local e fortalecendo as bases sociais e econômicas da comunidade.

Segundo Korten (1992), o desenvolvimento local passou a depender de forma direta de três princípios fundamentais, considerados essenciais para a sua abordagem, ainda que, em alguns casos, o apoio externo seja necessário devido às condições contextuais e estruturais. Esses princípios são: 1) Justiça Equitativa, princípio que visa garantir que todos tenham acesso a condições mínimas de vida, considerando-as uma prioridade no processo de desenvolvimento da comunidade. 2) Sustentabilidade, refere-se ao uso responsável dos recursos naturais, assegurando que a população possa usufruir dos benefícios atuais sem comprometer os recursos para as próximas gerações. 3) Inclusividade, este princípio trata da importância de reconhecer todos os indivíduos como participantes ativos no processo de mudança, considerando-os protagonistas na transformação de sua comunidade durante um determinado período histórico.

O turismo, como destaca Brito (2004), é um setor econômico dinâmico que, além de seu impacto financeiro, desempenha um papel significativo no desenvolvimento social e na valorização cultural. Ele é reconhecido tanto como uma atividade econômica quanto como um fenômeno social, envolvendo diversos agentes e motivações, e gerando interações interpessoais. Para que o desenvolvimento local seja eficaz, é necessário que ele tenha "um caráter mais humano", conforme Martins (2002, p.51), em que a comunidade não apenas seja beneficiária, mas também participe ativamente do processo. Isso implica uma mudança de postura, que envolve questionar concepções tradicionais e repensar crenças teóricas, representando um desafio significativo, já que exige uma visão mais inclusiva e integrada da realidade social e econômica local. Dessa forma, integrar o turismo ao desenvolvimento local requer uma abordagem que envolva ativamente a comunidade, respeitando suas necessidades e particularidades. Isso demanda soluções sustentáveis que promovam crescimento econômico, reforcem a identidade cultural e melhorem a qualidade de vida. O turismo pode ser uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento local, desde que as políticas adotadas sejam inclusivas e promovam a participação da população.

Nesse contexto, espera-se que a atividade turística tenha tanto influências positivas quanto negativas na sustentabilidade ambiental de uma comunidade. Porém, é fundamental que a identidade da comunidade seja fortalecida, pois isso é crucial não apenas para o desenvolvimento local, mas também para a sua sustentabilidade. Por este

motivo, é importante que os membros da comunidade se reconheçam e se apropriem desse instrumento como uma maneira de se tornarem protagonistas no processo de seu próprio desenvolvimento local (Kashimoto; Marinho; Russeff, 2002) Conforme abordado pela OMT (1997), geralmente, os impactos de cunho positivo são mais fáceis de serem identificados e se reconhecem em aspectos como a valorização das mudanças nas sociedades locais, especialmente no que se refere à dinamização do mercado de trabalho, aos aumentos das oportunidades de emprego, ao acesso generalizado à educação e à formação, à melhora das infraestruturas de transporte e comunicação, e à ampliação dos serviços de saúde primária. A médio e longo prazo, outros benefícios se tornam visíveis, como a criação de novas infraestruturas, o acesso a mais recursos, o aumento do consumo e a valorização cultural das comunidades locais. Por isso, se faz necessário a adoção de medidas adequadas de planejamento, monitoramento, regulação e controle.

Em síntese, o desenvolvimento local, especialmente quando impulsionado pelo turismo, deve ser orientado por princípios como a justiça equitativa, a sustentabilidade e a inclusividade, garantindo que todos os membros da comunidade possam participar ativamente do processo de transformação. Embora o turismo tenha o potencial de gerar impactos positivos significativos, como a criação de empregos, a melhoria das infraestruturas e a valorização cultural, é essencial que a comunidade esteja preparada para lidar com seus desafios e minimizar os impactos negativos. Isso exige um planejamento estratégico cuidadoso, que envolva a comunidade, promova sua identidade e assegure a sustentabilidade a longo prazo. Ao adotar uma abordagem holística e integrada, o turismo pode se tornar uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento local, promovendo mudanças positivas tanto para as pessoas quanto para o meio ambiente.

### **3 METODOLOGIA**

Nesta seção, apresenta-se o percurso metodológico que estrutura o desenvolvimento do estudo, descrevendo de maneira clara e sistemática as etapas, decisões e procedimentos adotados ao longo do processo investigativo. Conforme destaca Fonseca (2002), a explicação detalhada das ações realizadas é essencial para garantir transparência, rigor científico e possibilidade de replicação, permitindo ao leitor compreender como os dados foram coletados, tratados e interpretados. Para Gil (2008), a metodologia representa o caminho necessário para alcançar os objetivos propostos, configurando-se como um elemento central da pesquisa.

Ressalta-se que esta pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), conforme o Protocolo CAAE nº 92714125.3.0000.5350, atendendo às diretrizes éticas estabelecidas pela Resolução CNS nº 510/2016, que regulamenta pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. A aprovação ética assegura que os procedimentos adotados respeitam os princípios de confidencialidade, consentimento livre e esclarecido, e proteção integral dos participantes. Desse modo, esta etapa dedica-se à apresentação do tipo de estudo, das técnicas de coleta e análise de dados, da abordagem metodológica adotada e dos critérios que orientam a seleção do corpus, assegurando a coerência entre o percurso metodológico, a problemática investigada e os resultados buscados.

#### **3.1 QUANTO À NATUREZA**

A pesquisa é classificada como aplicada porque visa produzir conhecimentos diretamente voltados para a solução de problemas concretos e para a compreensão aprofundada de uma realidade específica. Conforme destaca Gil (2008), esse tipo de investigação tem finalidade prática, buscando intervir, aperfeiçoar ou propor alternativas para situações reais. No contexto deste estudo, a natureza aplicada é evidente, pois o objetivo é compreender a dinâmica sociocultural da comunidade inserida na Rota das Águas, Culturas e Sabores, identificando formas de organização local, interações sociais e elementos patrimoniais relevantes. Assim, a pesquisa aplicada permite interpretar os fenômenos observados e, simultaneamente, oferecer subsídios para o planejamento turístico, para a valorização cultural e para ações de preservação que respondam às necessidades da região.

### 3.2 QUANTO À ABORDAGEM

A abordagem qualitativa é adotada porque possibilita compreender significados, práticas sociais, percepções e dinâmicas culturais a partir do contato direto com o contexto investigado. Segundo Godoy (1995), esse tipo de abordagem valoriza a interpretação dos fenômenos em sua complexidade, reconhecendo a importância do ambiente e das relações sociais que constituem a realidade. Na pesquisa qualitativa, o pesquisador imerge no campo, observa comportamentos, registra experiências e interpreta discursos, buscando apreender dimensões simbólicas e subjetivas que não podem ser quantificadas. Essa perspectiva se mostra especialmente adequada ao estudo da Rota das Águas, Culturas e Sabores, pois permite analisar, de forma contextualizada, a identidade cultural local, os patrimônios tangíveis e intangíveis, as narrativas comunitárias e as práticas que estruturam a vida social da região.

### 3.3 QUANTO AOS OBJETIVOS

A pesquisa apresenta múltiplos objetivos, articulando características descritivas, exploratórias e explicativas. É descritiva porque busca identificar, registrar e analisar as manifestações culturais, os patrimônios existentes e as percepções da comunidade, oferecendo um retrato sistematizado da realidade estudada (Gil, 2008). Também é exploratória, uma vez que procura aprofundar conhecimentos preliminares, esclarecer conceitos, mapear potencialidades turísticas e reconhecer problemas ainda pouco estudados na literatura sobre a região, favorecendo a formulação de novas questões e hipóteses. Por fim, possui caráter explicativo, pois pretende compreender as causas e relações que estruturam a organização comunitária, investigar fatores que influenciam a preservação cultural e interpretar como os bens patrimoniais se articulam com o desenvolvimento sustentável da Rota das Águas, Culturas e Sabores.

### 3.4 QUANTO AOS PROCEDIMENTOS

Os procedimentos metodológicos adotados integram diferentes técnicas que se complementam. A revisão bibliográfica envolve o exame crítico de livros, artigos, teses e demais materiais acadêmicos, permitindo construir o referencial teórico que fundamenta a pesquisa (Gil, 2008). A pesquisa documental utiliza fontes primárias e secundárias, como legislações, relatórios, inventários e documentos institucionais, para identificar informações oficiais e históricas relevantes sobre os municípios da Rota. O levantamento de campo possibilita o contato direto com o ambiente investigado, incluindo observações sistemáticas, entrevistas e registros fotográficos, conforme indicado por Fonseca (2002).

Por fim, o estudo de caso possibilita aprofundar a análise de uma realidade específica, contemplando sua complexidade, suas interações sociais e seu contexto cultural singular, ao mesmo tempo em que a combinação desses procedimentos assegura rigor, profundidade e coerência ao percurso metodológico.

### 3.5 PARTICIPANTES DA PESQUISA

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a articulação com os órgãos municipais e as potencialidades turísticas dos municípios que integram o Conselho Regional de Desenvolvimento (Corede) Noroeste Colonial do Rio Grande do Sul, com ênfase no processo de criação da Rota Turística Águas, Culturas e Sabores. A definição desse recorte justifica-se por se tratar de uma iniciativa recente, estruturada em 2022 em articulação com a Associação dos Municípios do Planalto Médio (AMUPLAN), cujo plano de ações e metas encontra-se projetado até o ano de 2030. Os sujeitos da pesquisa correspondem aos 11 municípios que compõem o Corede Noroeste Colonial, conforme apresentado no Quadro 1. A seleção dos participantes ocorreu de forma intencional e estratégica, considerando sua atuação direta na gestão, planejamento e promoção do turismo nos respectivos municípios, bem como sua capacidade de contribuição para a compreensão das dinâmicas territoriais e institucionais relacionadas à consolidação da Rota Turística Águas, Culturas e Sabores.

Para a definição dos participantes, foram adotados os seguintes critérios:

1. **Cargo ou função exercida:** priorizaram-se gestores públicos, técnicos municipais, turismólogos, arquitetos e urbanistas e representantes institucionais diretamente envolvidos com o planejamento urbano, cultural e turístico, por ocuparem posições que lhes conferem conhecimento técnico e capacidade decisória;
2. **Nível de atuação no turismo:** foram incluídos participantes com atuação direta na gestão, promoção ou planejamento do turismo municipal ou regional, assegurando que suas percepções estivessem fundamentadas em experiências práticas e institucionais;
3. **Relevância estratégica:** selecionaram-se atores cuja atuação contribui para a implementação de políticas públicas, desenvolvimento de projetos turísticos, preservação do patrimônio cultural e articulação intermunicipal, elementos fundamentais para a consolidação da rota turística regional;

4. **Representação institucional:** buscou-se contemplar diferentes segmentos institucionais, incluindo administrações municipais, secretarias e setores técnicos, de modo a abranger múltiplas perspectivas sobre o desenvolvimento turístico e a governança territorial.

A adoção desses critérios possibilitou a constituição de um conjunto de participantes capaz de oferecer uma visão qualificada e abrangente sobre as potencialidades, desafios e estratégias relacionadas ao turismo regional, contribuindo para a confiabilidade e consistência analítica da pesquisa.

Quadro 1: Secretárias e Conselhos Municipais

MUNICÍPIO	SECRETARIA		CONSELHO DE TURISMO E CULTURA
Ajuricaba	Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Desporto e Lazer	-	-
Augusto Pestana	Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo	Secretaria de Educação e Cultura	Departamento de Cultura
Bozano	Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo	-	-
Catuípe	Secretaria de Educação, Cultura, Turismo e Esportes	-	Conselho Municipal de Cultura e Turismo
Condor	Secretaria da Indústria, Comércio, Serviços e Turismo	Secretaria de Educação e Cultura	Conselho de Turismo
Coronel Barros	Secretaria da Indústria, Comércio, Serviços e Turismo	Secretaria de Educação, Cultura,	-
Ijuí	Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo	-	Conselho de Turismo
Joia	Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Turismo e	-	-
Nova Ramada	Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e	-	-
Panambi	-	Secretaria de Educação e Cultura	Conselho de Turismo; Conselho Municipal de Políticas Culturais
Pejuçara	Secretaria de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e	-	-

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Após o contato inicial para a aplicação do instrumento de pesquisa, a participação efetiva ocorreu por meio de sujeitos organizados em três eixos fundamentais, definidos a partir de suas atribuições institucionais, níveis de atuação e relevância estratégica para o objeto de estudo. Essa organização possibilitou uma análise mais abrangente e integrada das dinâmicas relacionadas à gestão pública, ao planejamento territorial e ao desenvolvimento do turismo regional.

O **Eixo 1** foi composto por representantes das Secretarias Municipais, responsáveis pelas áreas de governo diretamente vinculadas à cultura e ao turismo, bem como por membros dos respectivos Conselhos Municipais de Turismo, quando existentes. Integraram esse eixo os municípios de Ijuí (Secretaria de Cultura e Turismo e Conselho Municipal de Turismo), Bozano (Secretaria de Cultura e Turismo), Panambi (Secretaria de Turismo e Conselho Municipal de Turismo), Condor (Secretaria de Cultura), Augusto Pestana (Secretaria de Cultura e Turismo), Catuípe (Secretaria de Cultura e Turismo), Coronel Barros (Secretaria de Turismo) e Nova Ramada (Secretaria de Cultura e Turismo). O **Eixo 2** compreendeu os Prefeitos Municipais, considerados atores-chave no processo de formulação, implementação e articulação de políticas públicas locais. Participaram desse eixo os municípios de Bozano, Condor, Augusto Pestana, Coronel Barros, Panambi, Nova Ramada, Pejuçara e Jóia.

Por fim, o **Eixo 3** reuniu participantes estratégicos, selecionados de forma intencional em razão de sua expertise técnica e de sua atuação institucional no campo do desenvolvimento regional e do turismo. Esse eixo foi constituído pelo Presidente do Conselho Regional de Desenvolvimento (Corede) Noroeste Colonial, por dois profissionais turismólogos e por três profissionais arquitetos e urbanistas, cujas contribuições possibilitaram uma leitura técnica e interdisciplinar sobre o território e a estruturação da Rota Turística Águas, Culturas e Sabores. A definição desses três eixos permitiu contemplar diferentes perspectivas analíticas, institucional, política e técnica, contribuindo para uma compreensão mais consistente e aprofundada do fenômeno investigado.

### 3.6 COLETA DE DADOS

A investigação iniciou-se com uma etapa predominantemente documental, na qual foram reunidas, analisadas e sistematizadas informações provenientes de fontes institucionais, legislações, relatórios técnicos, publicações acadêmicas e demais materiais pertinentes ao tema. Essa fase permitiu constituir uma base teórica e contextual sólida, essencial para a compreensão do objeto de estudo e para o delineamento dos elementos que orientariam as etapas seguintes da pesquisa. Com esse embasamento, foram elaborados quatro questionários específicos, direcionados a diferentes grupos de participantes: turismólogos, arquitetos e urbanistas, representantes das secretarias municipais de Turismo e Cultura e prefeitos dos municípios envolvidos, possibilitando

captar percepções complementares e ampliar a compreensão sobre as potencialidades turísticas da região.

A elaboração dos instrumentos de coleta considerou de maneira criteriosa o perfil, o campo de atuação e o tipo de conhecimento de cada sujeito participante. Assim, cada questionário foi estruturado com base nas competências técnicas, nas atribuições profissionais e nas perspectivas específicas de cada grupo, de modo a assegurar maior alinhamento entre o conteúdo das perguntas e a realidade vivenciada pelos respondentes. Essa segmentação permitiu formular questões mais pertinentes e contextualizadas, favorecendo a obtenção de dados consistentes, precisos e diretamente relacionados aos objetivos específicos da pesquisa. Desse modo, garantiu-se que as respostas refletissem de forma qualificada a diversidade de experiências e percepções presentes entre os diferentes atores envolvidos no desenvolvimento turístico regional.

Os instrumentos foram aplicados de forma online, o que ampliou a acessibilidade, facilitou o retorno dos participantes e permitiu alcançar todos os municípios envolvidos. A estrutura dos questionários baseou-se nas categorias previamente definidas, combinando diferentes tipos de questões. Parte delas foi construída a partir da Escala Likert, possibilitando mensurar a intensidade das percepções e atitudes dos respondentes em relação aos aspectos investigados. Outras questões foram elaboradas em formato aberto, oferecendo espaço para que os participantes descrevessem, de modo livre e aprofundado, seus conhecimentos, experiências e compreensões sobre a realidade municipal e sobre cada temática abordada. Ao final de cada instrumento, incluiu-se uma questão aberta adicional destinada a captar a percepção global do participante, permitindo identificar nuances interpretativas e reflexões subjetivas sobre o fenômeno estudado, de modo que a combinação entre itens fechados e perguntas abertas conferiu maior densidade analítica ao estudo, cujos questionários completos encontram-se apresentados nos apêndices.

### 3.7 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

A análise e interpretação dos dados foram realizadas com base na técnica de análise de conteúdo categorial, conforme orientam Sampaio e Lycarião (2021), compreendida como um procedimento sistemático que visa produzir inferências a partir de mensagens, falas e textos, de modo a revelar dimensões significativas do fenômeno investigado. Essa abordagem permitiu organizar, decompor e interpretar o material obtido nos questionários aplicados de forma online aos participantes dos municípios integrantes

do Corede Noroeste Colonial do Rio Grande do Sul, assegurando rigor científico e coerência metodológica ao processo investigativo.

O desenvolvimento da análise obedeceu a etapas sequenciais. Inicialmente, procedeu-se à organização e transcrição do material oriundo dos questionários, aplicados a quatro segmentos distintos: turismólogos, arquitetos e urbanistas, secretarias municipais de turismo e cultura e prefeitos. Essa etapa foi seguida de uma leitura exploratória, que possibilitou a familiarização com o corpus e a identificação preliminar de padrões discursivos relevantes. Com base nisso, deu-se início ao processo de codificação, no qual os trechos das respostas foram associados a códigos representativos, respeitando-se critérios rigorosos de inclusão e exclusão. Essas etapas atendem ao que Fonseca (2002) descreve como procedimentos fundamentais para assegurar objetividade e precisão no tratamento dos dados qualitativos, sobretudo quando se trabalha com percepções, discursos e representações.

Os critérios de inclusão foram definidos conforme a aderência das respostas ao núcleo de sentido de cada categoria analítica previamente estabelecida:

- 1) **Infraestrutura:** incluíram-se falas que abordavam estradas, acessos, sinalização, transporte, hospedagem, limpeza urbana e serviços turísticos;
- 2) **Economia Local:** consideraram-se menções relativas à geração de renda, comércio, produtos típicos, feiras, eventos econômicos e empreendimentos turísticos;
- 3) **Preservação Ambiental:** incluíram-se respostas que tratavam de sustentabilidade, conservação de recursos naturais, proteção de rios e matas, práticas sustentáveis em empreendimentos turísticos, educação ambiental e equilíbrio entre uso turístico e preservação ambiental;
- 4) **Conscientização e Socialização:** foram incluídas falas referentes à participação da comunidade, ações educativas, valorização do patrimônio cultural, envolvimento de escolas e grupos culturais, fortalecimento da identidade local e estratégias de sensibilização para o turismo sustentável.

Por sua vez, os critérios de exclusão abrangeram respostas que destoavam do escopo conceitual das categorias, tais como:

- 1) **Infraestrutura:** excluíram-se conteúdos subjetivos, administrativos ou relacionados ao engajamento comunitário, sem vínculo direto com a estrutura turística;

- 2) **Economia Local:** não foram consideradas respostas que tratavam apenas de aspectos culturais ou ambientais sem relação com efeitos econômicos concretos, bem como menções genéricas ao “crescimento”;
- 3) **Preservação Ambiental:** foram excluídas falas meramente descritivas sobre paisagens naturais, sem relação com ações de preservação, além de respostas sobre infraestrutura ou economia dissociadas da temática ambiental;
- 4) **Conscientização e Socialização:** descartaram-se respostas centradas apenas em investimentos, infraestrutura ou economia, sem referência ao engajamento social ou à educação patrimonial.

A análise foi conduzida a partir das quatro categorias previamente definidas, Infraestrutura, Economia Local, Preservação Ambiental e Conscientização e Socialização, que orientaram a classificação do conteúdo, atendendo às orientações de Sampaio e Lycarião (2021) sobre o papel das categorias na delimitação dos sentidos presentes no corpus. Após a seleção e organização dos trechos incluídos, os dados foram novamente examinados com o objetivo de identificar subcategorias emergentes, construídas a partir da recorrência de significados, temas e padrões discursivos detectados no interior de cada categoria maior. Essa etapa permitiu o refinamento da análise e a estruturação do material de forma mais detalhada e coerente com os objetivos da pesquisa.

Embora as categorias analíticas tenham sido definidas de forma distinta para fins de sistematização, observou-se a existência de zonas de interseção entre elas, evidenciando a natureza integrada do turismo regional. A categoria Infraestrutura, por exemplo, relaciona-se à Economia Local, uma vez que melhorias em acessos, sinalização e equipamentos turísticos repercutem diretamente na dinamização do comércio e na geração de renda. De modo semelhante, a Preservação Ambiental articula-se ao turismo sustentável, influenciando a atratividade dos destinos e a manutenção dos recursos naturais que sustentam a atividade turística. Já a Conscientização e Socialização conecta-se à valorização patrimonial, na medida em que ações educativas e o envolvimento comunitário contribuem para o reconhecimento e a preservação dos bens culturais. O reconhecimento dessas inter-relações não compromete a distinção analítica das categorias, mas reforça a complexidade do fenômeno estudado e a necessidade de abordagens integradas no planejamento do turismo regional.

Com as categorias e subcategorias definidas, procedeu-se à fase interpretativa, dedicada à sistematização das relações internas entre os códigos e à articulação dessas relações com o referencial teórico adotado. Conforme Marconi e Lakatos (2003)

observam, essa etapa é fundamental para estabelecer conexões entre o empírico e o teórico, permitindo avançar da descrição para a compreensão analítica do fenômeno. Desse modo, o tratamento dos dados por meio da análise de conteúdo categorial, sustentado por critérios precisos de inclusão e exclusão, permitiu organizar e estruturar o corpus de maneira rigorosa e metodologicamente consistente, garantindo a solidez analítica necessária à etapa interpretativa subsequente.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

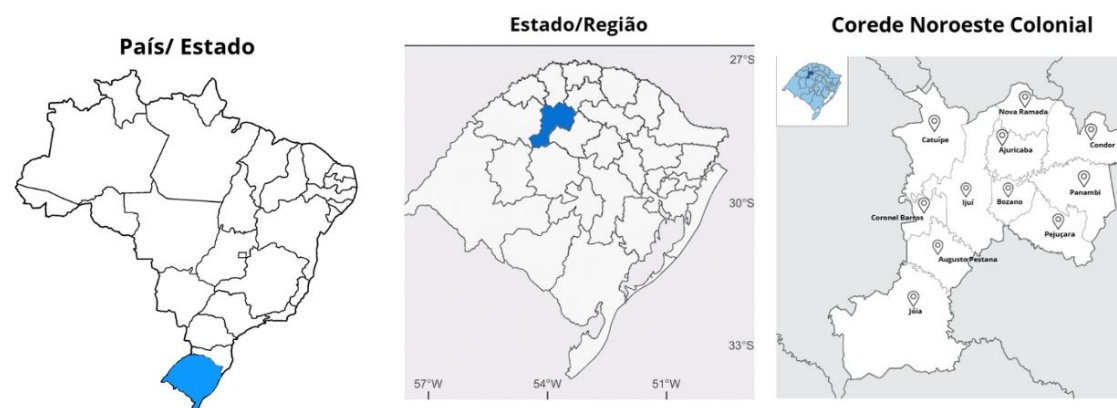
As dinâmicas culturais, turísticas e administrativas presentes em uma região são influenciadas por múltiplos agentes sociais, institucionais e políticos, o que demanda um olhar analítico capaz de articular teoria, metodologia e contexto territorial. No caso do turismo cultural, em especial quando relacionado aos bens culturais tangíveis e intangíveis, essa complexidade exige metodologias sistematizadas e fundamentação conceitual sólida para compreender como diferentes atores percebem, valorizam e integram o patrimônio local aos processos de desenvolvimento regional. Nessa perspectiva, esta etapa do trabalho apresenta a análise dos dados obtidos por meio dos questionários aplicados aos gestores públicos dos municípios integrantes do Corede Noroeste Colonial, abrangendo um conjunto diversificado de participantes: prefeitos, secretarias municipais vinculadas ao Turismo, Cultura e Educação, Conselhos Municipais de Turismo e Cultura, bem como profissionais da arquitetura com experiência na área patrimonial.

A pluralidade desses atores possibilitou captar percepções complementares sobre a dinâmica turística e cultural da região, enriquecendo o entendimento sobre os desafios, potencialidades e perspectivas relacionadas à Rota das Águas, Culturas e Sabores. A investigação foi estruturada com base em quatro categorias analíticas previamente definidas: *Infraestrutura*, *Economia Local*, *Preservação Ambiental e Conscientização e Socialização*, que orientaram o processo interpretativo e permitiram identificar padrões discursivos, demandas estruturais e oportunidades para o fortalecimento do turismo cultural regional.

Além da aplicação dos questionários, foi realizado um levantamento de locais considerados relevantes para o fomento do turismo em cada município pertencente a região em estudo, abrangendo bens culturais tangíveis e intangíveis e espaços naturais já existentes com potencial de valorização. Esse mapeamento permitiu identificar áreas estratégicas que podem receber ações de conservação, restauração, qualificação da infraestrutura e implementação de novos serviços turísticos, contribuindo para a estruturação de uma oferta integrada e sustentável ao longo da rota. As observações realizadas possibilitaram sugerir ideias voltadas à preservação patrimonial, ao fortalecimento da identidade local e ao desenvolvimento de produtos turísticos capazes de estimular o fluxo de visitantes e dinamizar a economia regional.

O estudo encontra-se delimitado geograficamente na região Noroeste do Rio Grande do Sul, território formado por 11 municípios e marcado pela diversidade cultural, pela presença de bens patrimoniais e por iniciativas recentes de integração turística. A Figura 1 apresenta a localização da área investigada, evidenciando o espaço no qual se articulam os elementos naturais, históricos e sociais que fundamentam a análise desenvolvida nesta seção.

Figura 1: Mapa do Brasil com destaque a Região Noroeste do RS



Fonte: Elaborado pela autora com base em SPMD (2015)

#### 4.1 CATALOGAÇÃO DO PATRIMÔNIO TANGÍVEL E INTANGÍVEL COMO BASE PARA A IDENTIDADE E SUSTENTABILIDADE TURÍSTICA

Atendendo ao objetivo específico de catalogar os bens culturais tangíveis e intangíveis existentes nos municípios que compõem a Rota das Águas, Culturas e Sabores, procedeu-se à sistematização de um levantamento técnico destinado à identificação, descrição e análise dos elementos patrimoniais relevantes presente na área de estudo. Esse levantamento contemplou edificações históricas, espaços naturais, manifestações culturais, práticas comunitárias, estruturas públicas e demais atributos que configuram o patrimônio cultural e turístico regional.

A catalogação desses bens teve como propósito não apenas reconhecer seu potencial de atratividade turística, mas também avaliar suas condições de preservação, identificar possíveis fragilidades e compreender sua relação com a identidade cultural local. Nesse processo, torna-se fundamental adotar uma concepção ampliada de patrimônio, entendendo que sua preservação envolve múltiplos suportes da memória, das edificações e espaços aos documentos, imagens e narrativas, conforme destaca Castriota (2009). Essa perspectiva permite analisar o patrimônio de maneira integrada, articulando

materialidade, memória e pertencimento cultural. Assim, buscou-se evidenciar oportunidades para o fortalecimento do patrimônio cultural, para a qualificação da oferta turística e para a promoção de estratégias de desenvolvimento sustentável nos municípios pertencentes ao Corede Noroeste Colonial.

A análise resultante desse processo permite compreender, de forma integrada, como os diferentes bens culturais, materiais, imateriais e naturais podem contribuir para a consolidação de uma rota turística regional, orientando futuras ações de planejamento, gestão e valorização do território. Dessa forma, esse item representa os principais locais identificados em cada município, bem como suas potencialidades, especificidades e demandas de conservação, constituindo uma etapa fundamental para a interpretação dos resultados obtidos na pesquisa.

A partir dessa sistematização, torna-se possível visualizar como a diversidade de manifestações culturais e paisagens presentes no Corede Noroeste Colonial se articula para compor um conjunto de atrativos capazes de fortalecer a identidade regional e qualificar a experiência turística. A identificação dessas características permite, ainda, subsidiar estratégias de preservação e uso sustentável do patrimônio, contribuindo para o aprimoramento da gestão territorial e para o planejamento integrado da rota. Com o objetivo de oferecer uma visão geral da catalogação realizada, apresenta-se o Quadro 2, que reúne, de forma sintética, as principais informações que serão aprofundadas individualmente na análise de cada município.

Quadro 2: Panorama dos bens culturais e potencial turístico dos municípios do Corede Noroeste Colonial

<b>AJURICABA</b>		
<b>Nome do Bem cultural</b>	<b>Tipo (Tangível ou Intangível)</b>	<b>Potencial Turístico</b>
Capela Santo Antônio	Tangível	Atrativo Religioso
Moinho Mariotti	Tangível	Atrativo Histórico
Museu Municipal Hugo Adolfo Kocourek	Tangível	Atrativo Histórico
Piscicultura Irmãos Andreghetto	Tangível	Atrativo Gastronômico
Queijaria UHDE	Tangível	Atrativo Gastronômico
Cabana de Pedra	Tangível	Atrativo Cultural e Histórico
Cachoeira Linha 24	Tangível	Atrativo de Natureza
Sítio Vô João	Tangível	Atrativo Gastronômico
Sítio Jardim Tropical	Tangível	Atrativo Gastronômico
Espaço do Artesanato	Tangível	Atrativo Cultural
<b>AUGUSTO PESTANA</b>		
<b>Nome do Bem cultural</b>	<b>Tipo (Tangível ou Intangível)</b>	<b>Potencial Turístico</b>
Museu Municipal Dr. Athayde	Tangível	Atrativo Histórico

Igreja Matriz de São José	Tangível	Atrativo Religioso
Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB)	Tangível	Atrativo Religioso
Casa Recanto da Produção	Tangível	Atrativo Gastronômico
Árvore de Páscoa (Osterbaum)	Tangível	Atrativo Cultural
Praça Farroupilha	Tangível	Atrativo Cultural
<b>BOZANO</b>		
<b>Nome do Bem cultural</b>	<b>Tipo (Tangível ou Intangível)</b>	<b>Potencial Turístico</b>
Cascata do Caxambu	Tangível	Atrativo de Natureza
Cascata das Andorinhas	Tangível	Atrativo de Natureza
Trilha da Mobilidade Ecológica	Tangível	Atrativo de Natureza/ ecoturismo
Capela dos Costa Beber	Tangível	Atrativo Religioso
Museu da Família Costa Beber	Tangível	Atrativo Histórico
Igreja Nossa Senhora da Saúde	Tangível	Atrativo Religioso
<b>CATUÍPE</b>		
<b>Nome do Bem cultural</b>	<b>Tipo (Tangível ou Intangível)</b>	<b>Potencial Turístico</b>
Cascata Rio Colonia das almas	Tangível	Atrativo de Natureza
Casa Lorenzoni	Tangível	Atrativo Histórico e Gastronômico
Águas Minerais de Santa Tereza	Tangível	Atrativo de Natureza
Parque Águas Claras	Tangível	Atrativo de Natureza
Comunidade Quilombola Passo do Araçá,	Tangível	Atrativo Histórico e Cultural
Cristo Peregrino	Tangível	Atrativo Religioso
Casa de Cultura Rio Branco	Tangível	Atrativo Cultural
Clube Comercial	Tangível	Atrativo Histórico
Igreja Santa Teresa D'Ávila	Tangível	Atrativo Religioso
Moinho Arroio Leão	Tangível	Atrativo Histórico e Cultural
<b>CONDOR</b>		
<b>Nome do Bem cultural</b>	<b>Tipo (Tangível ou Intangível)</b>	<b>Potencial Turístico</b>
Café Colonial Sabores da Colônia	Tangível	Atrativo Gastronômico
Família Piasetzki Água das Pedras	Tangível	Atrativo Gastronômico e de Natureza
Represa da Hidrelétrica Hidropan	Tangível	Atrativo de Natureza
Paróquia Santa Terezinha do Menino Jesus	Tangível	Atrativo Religioso
Cascata do Agert	Tangível	Atrativo de Natureza
<b>CORONEL BARROS</b>		
<b>Nome do Bem cultural</b>	<b>Tipo (Tangível ou Intangível)</b>	<b>Potencial Turístico</b>
Feira do Produtor	Intangível	Atrativo Gastronômico
Museu Histórico de Coronel Barros	Tangível	Atrativo Histórico e Cultural
Igreja Evangélica Bom Pastor	Tangível	Atrativo Religioso
Natal de menino Jesus	Intangível	Atrativo Religioso
<b>IJUÍ</b>		
<b>Nome do Bem cultural</b>	<b>Tipo (Tangível ou Intangível)</b>	<b>Potencial Turístico</b>
Paróquia da Natividade	Tangível	Atrativo Religioso

Festa do Cachorro-Quente	Intangível	Atrativo Gastronômico
Igreja Luterana de Ijuí	Tangível	Atrativo Religioso
Prédio da prefeitura de Ijuí e Clube Ijuí	Tangível	Atrativo Histórico e Cultural
Monumento O Pioneiro	Tangível	Atrativo Histórico e Cultural
Praça dos Imigrantes	Tangível	Atrativo Histórico
Parque da Pedreira	Tangível	Atrativo de Natureza
Museu Antropológico Diretor Pestana	Tangível	Atrativo Histórico e Cultural
Usina Velha	Tangível	Atrativo Histórico e de Natureza
Estádio 19 de Outubro	Tangível	Atrativo Cultural
Café Colonial Sitio Águas do Aconchego	Tangível	Atrativo Gastronômico e de Natureza
Azeites Tramonto	Tangível	Atrativo Gastronômico
Festa da Uva e do Vinho- Colônia Santo Antônio	Intangível	Atrativo Gastronômico
Museu do Colonizador da Colônia Santo Antônio	Tangível	Atrativo Histórico e Cultural
Capela São Paulo- Vila Santo Antonio	Tangível	Atrativo Religioso
Festa da Uva Paróquia São Geraldo	Intangível	Atrativo Gastronômico
Parque Wanderley Burmann	Tangível	Atrativo Cultural
Azienda Bortolini	Tangível	Atrativo Gastronômico
Azeite Pé de Oliva	Tangível	Atrativo Gastronômico
Prédio Antiga Intendência	Tangível	Atrativo Histórico e Cultural
Sede da União das Etnias (UETI)	Tangível	Atrativo Cultural
Prédio Tiro de Guerra nº 337	Tangível	Atrativo Histórico e Cultural
EEEEF. Rui Barbosa	Tangível	Atrativo Histórico e Cultural
Ponte de Ferro	Tangível	Atrativo Histórico e Cultural
<b>JÓIA</b>		
<b>Nome do Bem cultural</b>	<b>Tipo (Tangível ou Intangível)</b>	<b>Potencial Turístico</b>
Lagoa da Mortantade	Tangível	Atrativo Histórico e de Natureza
Paróquia Divino Espírito Santo	Tangível	Atrativo Religioso
Gruta Nossa Senhora de Lourdes	Tangível	Atrativo Religioso
<b>NOVA RAMADA</b>		
<b>Nome do Bem cultural</b>	<b>Tipo (Tangível ou Intangível)</b>	<b>Potencial Turístico</b>
Túmulo Dos Combatentes	Tangível	Atrativo Histórico e Cultural
Caverna Bom Sucesso	Tangível	Atrativo Histórico e de Natureza
Moinho de Farinha de Trigo	Tangível	Atrativo Histórico
Cachoeira Mística	Tangível	Atrativo de Natureza
Cachoeira Adoryan	Tangível	Atrativo de Natureza
Cachoeira do Vino	Tangível	Atrativo de Natureza
Capela São João Batista	Tangível	Atrativo Religioso
Igreja Centenária IECLB	Tangível	Atrativo Religioso
<b>PANAMBI</b>		
<b>Nome do Bem cultural</b>	<b>Tipo (Tangível ou Intangível)</b>	<b>Potencial Turístico</b>

Rancho Chamarrita	Tangível	Atrativo Cultural e de Natureza
Museu Militar Brasileiro	Tangível	Atrativo Histórico e Cultural
Cascata do Rio Palmeira	Tangível	Atrativo de Natureza
Ahlert Hof	Tangível	Atrativo Histórico, Cultural e Gastronômico
Casa da Memória Rural	Tangível	Atrativo Histórico
Recanto do Sossego	Tangível	Atrativo Histórico e Cultural
Sítio Bom Retiro	Tangível	Atrativo Gastronômico e de Natureza
Monumento ao Imigrante	Tangível	Atrativo Histórico
Edifício Rudi Aroldo Franke	Tangível	Atrativo Histórico e Cultural
Museu e Arquivo Histórico Professor Hermann Wegermann	Tangível	Atrativo Histórico e Cultural
Casa do Artesanato Kaufhaus	Tangível	Atrativo Cultural
Praça Engenheiro Walter Faulhaber	Tangível	Atrativo Histórico
Igreja Matriz São João Batista	Tangível	Atrativo Religioso
Parque Municipal Rudolfo Arno Goldhardt	Tangível	Atrativo de Natureza
Espaço Cultural Ivo Schwingel	Tangível	Atrativo Cultural
IECLB- Igreja Evangélica da Confissão Luterana	Tangível	Atrativo Religioso
Moinho Velho	Tangível	Atrativo Histórico
IBE- Igreja Batista Emanuel	Tangível	Atrativo Religioso
Museu a Céu Aberto	Tangível	Atrativo Cultural e de Natureza
Jardim do Conhecimento	Tangível	Atrativo Cultural e de Natureza
Parque Papillon	Tangível	Atrativo Cultural e de Natureza
Bier Fisch Calegaro	Tangível	Atrativo Gastronômico
Vale do Lazer Acqua Park	Tangível	Ecoturismo, atrativo de Natureza e Lazer
Käsekuchen	Intangível	Atrativo Gastronômico
Festa de São João Batista	Intangível	Atrativo Religioso e Cultural
Estação Ferroviária Belizário	Tangível	Atrativo Histórico
<b>PEJUÇARA</b>		
<b>Nome do Bem cultural</b>	<b>Tipo (Tangível ou Intangível)</b>	<b>Potencial Turístico</b>
Casa de Vinhos Don Diego	Tangível	Atrativo Gastronômico
Museu dos Imigrantes Marcos Bresolin	Tangível	Atrativo Histórico e Cultural
Festa do Trigo e da Uva	Intangível	Atrativo Gastronômico e Cultural
Centro Comunitário Vista Alegre	Tangível	Atrativo Religioso
Igreja Santo Antônio	Tangível	Atrativo Religioso
Comunidade Santa Apolônia	Tangível	Atrativo Religioso

Fonte: Autora (2025).

#### 4.1.1 Município de Ajuricaba

O município de Ajuricaba, localizado na região Noroeste do Rio Grande do Sul e integrante do Corede Noroeste Colonial, possui uma formação histórica profundamente

marcada pela imigração alemã e italiana, cujos descendentes contribuíram para moldar a identidade cultural, a organização territorial e o modo de vida da comunidade local. A região foi originalmente colonizada por famílias provenientes das Colônias Velhas, como São Leopoldo e Bento Gonçalves, que, diante das transformações socioeconômicas na Europa, buscaram novas oportunidades no Brasil. Esse processo migratório influenciou diretamente a construção do patrimônio material e imaterial do município, perceptível na arquitetura, nos costumes, nas práticas religiosas e nas atividades produtivas, que se mantêm como elementos estruturantes da cultura local (Município de Ajuricaba, 2025).

O levantamento técnico realizado no município permitiu identificar um conjunto expressivo de bens culturais tangíveis e intangíveis que apresentam alto potencial para o desenvolvimento turístico regional. Entre os bens catalogados, destacam-se: a Capela Santo Antônio, o Moinho Mariotti, o Museu Municipal Hugo Adolfo Kocourek, a Piscicultura Irmãos Andriguetto, a Queijaria Uhde, a Cabana de Pedra, a Cachoeira Linha 24, o Sítio Vô João, o Sítio Jardim Tropical e o Espaço do Artesanato. Esses locais representam não apenas o patrimônio histórico e econômico do município, mas também constituem espaços de memória, convivência comunitária e manifestação identitária. Na Figura 2, estão representadas as imagens da Capela Santo Antônio, da Cachoeira Linha 24 e do Museu Municipal Hugo Adolfo Kocourek, exemplificando a diversidade patrimonial do município.

No que se refere às potencialidades turísticas, os bens apresentam, em sua maioria, alto valor cultural e paisagístico, com condições favoráveis para integração em roteiros temáticos de turismo rural, gastronômico, histórico-cultural e de natureza. A Capela Santo Antônio, construída em 1923, constitui um marco da religiosidade local e da história da colonização, sendo recomendada a realização de diagnósticos técnicos e ações de restauro que preservem suas técnicas construtivas tradicionais. O espaço pode ser inserido em eventos religiosos e festividades comunitárias, estimulando o turismo cultural.

O Moinho Mariotti, fundado em 1988, representa a tradição agroindustrial do município. A criação de um espaço museológico e de um roteiro temático sobre a cadeia do trigo podem ampliar sua atratividade. Já o Museu Municipal Hugo Adolfo Kocourek possui papel estratégico na educação patrimonial, sendo indicado o fortalecimento de ações culturais e a criação de eventos que aproximem a comunidade de sua história.

Os empreendimentos rurais, como a Piscicultura Andriguetto, a Queijaria Uhde, o Sítio Vô João e o Sítio Jardim Tropical apresentam alto potencial para o turismo de experiência, caracterizado por vivências ligadas à gastronomia colonial, à produção

artesanal de alimentos, às práticas sustentáveis e às tradições familiares. Recomenda-se a diversificação das atividades oferecidas, a qualificação dos espaços de visitação e a criação de festivais gastronômicos temáticos que fortaleçam a produção local e gerem novas oportunidades de renda.

A Cabana de Pedra, a Cachoeira Linha 24 e o Espaço do Artesanato configuram importantes pontos de valorização ambiental e cultural. A cabana, vinculada ao roteiro rural “Sabores & Saberes”, destaca-se pela autenticidade arquitetônica e pelas práticas tradicionais. A cachoeira, por sua vez, constitui um atrativo natural de grande relevância, recomendando-se ações de conservação ambiental, sinalização ecológica e desenvolvimento de atividades de ecoturismo. O Espaço do Artesanato desempenha papel central no fortalecimento das práticas culturais femininas e no estímulo ao empreendedorismo local, devendo ser integrado formalmente aos circuitos turísticos do município.

De modo geral, Ajuricaba apresenta um conjunto diversificado de bens com significativo potencial para o desenvolvimento turístico sustentável. A integração desses locais em roteiros estruturados, acompanhada de ações de preservação patrimonial, qualificação de infraestrutura, promoção cultural e gestão comunitária, constitui estratégia fundamental para o fortalecimento da Rota das Águas, Culturas e Sabores e para a valorização da identidade local.

Figura 2: Capela Santo Antônio, Cachoeira Linha 24, Museu Municipal Hugo Adolfo Kocourek



Fonte: Prefeitura Municipal de Ajuricaba (2026)

#### **4.1.2 Município de Augusto Pestana**

O município de Augusto Pestana, situado na região Noroeste do Rio Grande do Sul e integrante do Corede Noroeste Colonial, apresenta uma trajetória histórica marcada pela presença de imigrantes alemães, italianos e portugueses, cujos descendentes contribuíram para a organização territorial, econômica e cultural da região. A antiga Colônia Serra do Cadeado consolidou-se no início do século XX a partir da atuação do

engenheiro Augusto Pestana, responsável pela medição e distribuição das terras, o que impulsionou o crescimento agrícola e a formação das primeiras instituições comunitárias. Esse contexto conferiu ao município um conjunto significativo de bens culturais tangíveis e intangíveis, resultantes da dinâmica social, religiosa e produtiva construída ao longo das décadas (Município de Augusto Pestana, 2025).

O levantamento realizado identificou diversos locais de interesse turístico que apresentam relevância histórica, arquitetônica, comunitária e ambiental. Entre os principais bens catalogados encontram-se: o Museu Municipal Dr. Orlando Dias Athayde, a Igreja Matriz São José, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), a Casa Recanto da Produção, a Praça Farroupilha, o evento Natal Vida, a tradição da Árvore de Páscoa (Osterbaum), entre outros espaços que constituem a identidade cultural do município.

O Museu Municipal Dr. Orlando Dias Athayde representa um importante ponto de preservação da memória local, reunindo documentos, objetos e registros que resgatam a história da colonização e do desenvolvimento municipal. O espaço possui potencial turístico médio, podendo ser fortalecido com ações de educação patrimonial, exposições temáticas e melhorias interpretativas voltadas ao visitante.

A Igreja Matriz São José, marco da religiosidade católica local, apresenta elevado potencial turístico devido à sua relevância histórica e simbólica para a comunidade. Recomenda-se a implementação de visitas guiadas, a integração da igreja a roteiros religiosos regionais e a realização de ações de conservação arquitetônica. De maneira complementar, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) destaca-se como expressão da tradição germânica e da história educacional vinculada ao Colégio Evangélico Augusto Pestana, possuindo condições favoráveis para a promoção de eventos culturais e atividades de educação patrimonial.

A Casa Recanto da Produção, edificação de forte influência germânica, constitui um espaço com elevado potencial para o desenvolvimento do turismo cultural e rural, especialmente por meio de atividades relacionadas à produção artesanal, culinária típica e vivências coloniais. Sugere-se a ampliação das ações de recepção ao visitante, a qualificação da sinalização e a integração do espaço ao circuito municipal de turismo.

Entre os bens intangíveis, destaca-se a Árvore de Páscoa (Osterbaum), tradição que ganhou expressividade regional graças à mobilização comunitária para a confecção e ornamentação de milhares de casquinhas. Trata-se de um elemento cultural de alto potencial turístico, que pode ser fortalecido por meio da institucionalização do evento, da

criação de oficinas abertas ao público e da ampliação da divulgação regional. O Natal Vida, por sua vez, consolidou-se como importante manifestação cultural, reunindo apresentações artísticas, decoração temática e ações comunitárias que reforçam a identidade local.

A Praça Farroupilha, centralidade urbana que abriga monumentos históricos e espaços de convivência, representa um ponto estratégico para a promoção de atividades culturais, feiras e eventos comunitários. A instalação de painéis interpretativos e o planejamento de ações culturais recorrentes podem ampliar sua importância enquanto espaço turístico. Na Figura 3, estão representadas as fotografias da Igreja Matriz São José, da Árvore de Páscoa (Osterbaum) e do evento Natal Vida, ilustrando manifestações relevantes do patrimônio religioso e cultural do município.

De modo geral, Augusto Pestana apresenta um conjunto diversificado de bens culturais com significativo potencial para a estruturação de roteiros turísticos integrados. A implementação de ações de conservação preventiva, qualificação da infraestrutura, fortalecimento da interpretação patrimonial e articulação comunitária constitui caminho essencial para a valorização da identidade local e para o desenvolvimento sustentável do turismo no âmbito da Rota das Águas, Culturas e Sabores.

Figura 3: Igreja Matriz São José, Árvore de Páscoa (Osterbaum), Natal Vida.



Fonte: Wikipédia; Prefeitura Municipal de Augusto Pestana (2026)

#### 4.1.3 Município de Bozano

O município de Bozano, localizado na região Noroeste do Rio Grande do Sul e integrante do Corede Noroeste Colonial, possui uma trajetória histórica marcada pela presença de imigrantes italianos, letões, alemães e nacionais que ocuparam a região ao longo do século XIX e início do século XX. Os primeiros núcleos de povoamento formaram-se nas proximidades da antiga Picada Faxinal, onde famílias se estabeleceram próximas às matas e cursos d'água, desenvolvendo atividades agrícolas e extrativas que

moldaram a economia local. A história do município também é influenciada por episódios relevantes, como a Revolução Tenentista, que deixou marcas simbólicas na identidade local e deu origem ao nome da comunidade em homenagem a Júlio Rafael de Aragão Bozzano (Município de Bozano, 2025).

Elevado à categoria de município em 1996, após movimento emancipatório iniciado na década de 1990, Bozano consolidou-se como território caracterizado pela forte agricultura familiar, pequenas propriedades produtivas, práticas coloniais e preservação de tradições culturais. Atualmente, o município destaca-se pelo desenvolvimento econômico, pela valorização de suas paisagens naturais e pela preservação dos elementos que compõem seu patrimônio cultural. Nesse contexto, o levantamento realizado identificou um conjunto diversificado de bens tangíveis e intangíveis que representam potencial significativo para o turismo sustentável (Município de Bozano, 2025).

Entre os bens catalogados, destacam-se: a Cascata do Caxambu, a Cascata das Andorinhas, a Trilha da Mobilidade Ecológica, a Capela dos Costa Beber, o Museu da Família Costa Beber e a Igreja Nossa Senhora da Saúde, cada qual expressando dimensões específicas da história, da identidade e da cultura local.

A Cascata do Caxambu configura um dos principais atrativos naturais do município, caracterizado por uma queda d'água de 11 metros e uma área verde que se tornou ponto de lazer regional. Seu potencial turístico é alto, especialmente para o ecoturismo e o turismo de natureza. Para fortalecer sua atratividade, recomenda-se a implantação de plano de manejo ambiental, melhorias na infraestrutura de apoio ao visitante e ações de conscientização ambiental, de forma a conciliar o uso recreativo com a conservação dos recursos naturais.

A Cascata das Andorinhas, formada em gruta natural esculpida pela água, apresenta queda d'água de aproximadamente 20 metros e destaca-se pelo espetáculo das andorinhas que ali fazem seus ninhos. Trata-se de atrativo de grande valor paisagístico e ecológico, com potencial turístico elevado. No entanto, sua preservação exige medidas de segurança e proteção da fauna, sendo ideal a reabertura controlada, com visitas guiadas, trilhas ecológicas e ações educativas sobre biodiversidade e geologia.

A Trilha da Mobilidade Ecológica, situada na área urbana, constitui um espaço de integração entre natureza, lazer, esporte e bem-estar. Com cerca de 1.000 metros, pavimentada com blocos intertravados, apresenta alto potencial para o turismo de ecoturismo leve, caminhadas, cicloturismo e atividades de educação ambiental. Sugere-

se a instalação de sinalização interpretativa, realização de eventos comunitários e ampliação da infraestrutura de apoio, fortalecendo sua função social e turística.

A Capela dos Costa Beber, vinculada à história de fé da família que dá nome ao local, constitui um marco religioso e simbólico para a comunidade. Seu potencial turístico é alto, especialmente para o turismo religioso, contemplativo e ligado à espiritualidade. Recomenda-se a manutenção contínua da estrutura física, a qualificação do entorno e a criação de materiais interpretativos que valorizem a história da capela e sua relação com as práticas devocionais locais.

O Museu da Família Costa Beber destaca-se como importante espaço de preservação da memória das famílias colonizadoras, reunindo objetos, fotografias e registros da imigração e da vida rural. Com potencial turístico elevado, o museu pode ser fortalecido por meio de visitas guiadas, ações de educação patrimonial, projetos culturais e integração com roteiros de turismo histórico da região.

Por fim, a Igreja Nossa Senhora da Saúde, espaço de referência para a comunidade católica, apresenta potencial turístico relevante, especialmente quando integrada a roteiros religiosos e culturais. Recomenda-se a manutenção preventiva da estrutura e o desenvolvimento de ações culturais e devocionais que valorizem sua função histórica e comunitária. Na Figura 4, estão representadas as fotografias da Igreja Nossa Senhora da Saúde, da Cascata do Caxambu e da Capela Costa Beber, ilustrando parte do patrimônio cultural e natural identificado no município.

De modo geral, Bozano apresenta um conjunto expressivo de bens culturais naturais, históricos e religiosos, cuja diversidade permite a construção de roteiros integrados de ecoturismo, turismo rural e turismo cultural. A implementação de ações de preservação patrimonial, qualificação da infraestrutura turística, estímulo à participação comunitária e integração dos atrativos aos circuitos regionais constitui estratégia fundamental para fortalecer a identidade local e contribuir para o desenvolvimento sustentável da Rota das Águas, Culturas e Sabores.

Figura 4: Igreja Matriz São José, Árvore de Páscoa (Osterbaum), Natal Vida.



Fonte: Prefeitura Municipal de Bozano (2026)

#### 4.1.4 Município de Catuípe

O município de Catuípe, situado na região do Noroeste Colonial do Rio Grande do Sul, possui uma formação histórica profundamente marcada pelas antigas populações indígenas Tupi-Guarani, identificadas posteriormente como Tapes e Caingangues, primeiros habitantes da região. O próprio nome do município Catuípe, termo de origem tupi significa “lugar de água boa”, expressando a abundância de recursos hídricos que caracterizam o território. A ocupação posterior relaciona-se ao tropeirismo, à circulação de viajantes e, sobretudo, ao estabelecimento da Estação Ferroviária do Rincão da Natureza em 1915, que impulsionou o desenvolvimento comercial e a consolidação dos primeiros núcleos urbanos. A partir da colonização europeia e da expansão agrícola, formou-se um conjunto cultural diversificado que integra referências indígenas, missionárias, afrodescendentes, alemãs, italianas e polonesas (Município de Catuípe, 2025).

Esse contexto multicultural contribuiu para a constituição de um patrimônio composto por bens tangíveis e intangíveis de relevância histórica, religiosa, ambiental e social. O levantamento realizado no município identificou diferentes locais de interesse turístico, entre os quais se destacam: a Cascata Rio Colônia das Almas, Casa Lorenzoni, Águas Minerais de Santa Tereza, Parque Águas Claras, Comunidade Quilombola Passo do Araçá, Cristo Peregrino, Casa de Cultura Rio Branco, Clube Comercial de Catuípe, Igreja Santa Teresa D’Ávila e Moinho Arroio Leão. Esses espaços representam dimensões complementares da identidade local e revelam potencial significativo para o fortalecimento da Rota das Águas, Culturas e Sabores.

A Cascata Rio Colônia das Almas configura um dos principais atrativos naturais, destacando-se pela paisagem preservada e pela acessibilidade, apresentando alto potencial para atividades de ecoturismo, trilhas curtas e turismo fotográfico. A Casa Lorenzoni, localizada na área rural, preserva características da imigração italiana e

mantém vivências coloniais associadas à produção agrícola e ao vinho artesanal, constituindo espaço adequado para o turismo rural e de experiência.

O município também conta com áreas de lazer associadas à água, como as Águas Minerais de Santa Tereza e o Parque Águas Claras, ambos adequados ao turismo de recreação, convivência comunitária e eventos culturais. Já a Comunidade Quilombola Passo do Araçá, certificada pela Fundação Cultural Palmares, destaca-se como patrimônio imaterial, preservando práticas culinárias, tradições orais e modos de vida que representam a trajetória afro-brasileira na região, configurando importante oportunidade para o turismo comunitário e cultural.

Entre os bens religiosos, destacam-se o Cristo Peregrino, monumento às margens da ERS-342 que funciona como ponto de devoção e parada de visitantes, e a Igreja Santa Teresa D'Ávila, edificada por descendentes de colonos europeus e que abriga imagens sacras de grande relevância histórica. No âmbito da memória urbana, sobressaem a Casa de Cultura Rio Branco, instalada na histórica Estação Ferroviária de 1915, e o Clube Comercial de Catuípe, fundado em 1948, ambos reconhecidos por sua importância cultural e social para a comunidade. Por fim, o Moinho Arroio Leão, construído em 1942, preserva características originais e apresenta elevado potencial para roteiros históricos, arquitetônicos e naturais. Na Figura 5, estão representadas as fotografias da Cascata Rio Colônia das Almas, do Moinho Arroio Leão e do Cristo Peregrino, evidenciando importantes referências do patrimônio natural, histórico e religioso do município.

As estratégias de valorização turística do município incluem ações como: criação de visitas guiadas, implantação de trilhas interpretativas, realização de eventos culturais e gastronômicos, produção de materiais informativos, fortalecimento das atividades da comunidade quilombola e qualificação da infraestrutura dos principais atrativos. No âmbito da preservação, destacam-se a necessidade de conservação arquitetônica dos prédios históricos, manejo ambiental das áreas naturais, registro de memória oral e promoção de educação patrimonial voltada à comunidade e aos visitantes.

De modo geral, Catuípe apresenta um conjunto diversificado de bens culturais, naturais e comunitários, com potencial significativo para integrar diferentes modalidades de turismo, como o turismo histórico, cultural, religioso, rural e ambiental. Sua valorização depende de ações integradas de preservação, qualificação estrutural e articulação regional, elementos fundamentais para o fortalecimento da identidade local e para o desenvolvimento sustentável da Rota das Águas, Culturas e Sabores.

Figura 5: Cascata Rio Colônia das Almas, Moinho Arroio Leão, Cristo Peregrino.



Fonte: Google Imagens (2026)

#### 4.1.5 Município de Condor

O município de Condor, localizado na região do Planalto Médio e integrante do Corede Noroeste Colonial, possui uma formação histórica marcada pela presença de imigrantes alemães que, a partir do final do século XIX, consolidaram as bases culturais, produtivas e sociais que estruturam o território. Inicialmente vinculado ao município de Rio Pardo e, posteriormente, ao de Cruz Alta, Condor passou por diferentes configurações político-administrativas até sua emancipação em 1965, processo acompanhado pela expansão agrícola, pelo surgimento de vilas e pela instalação de atividades produtivas que moldaram a identidade local. A origem de seu nome está associada a um episódio marcante registrado na memória popular: segundo relatos comunitários, um grande condor, ave de rapina típica da Cordilheira dos Andes teria sido trazido pelos ventos de um forte “furacão” ocorrido em 1931, evento que simbolicamente vinculou o território à ideia de força e liberdade (Município de Condor, 2025).

Atualmente, Condor caracteriza-se como município essencialmente agrícola, com destaque para a produção de soja, milho e trigo, além de significativa participação na bacia leiteira e na cadeia de sementes certificadas, fatores que contribuíram para a consolidação do slogan “Terra da Boa Semente”. A presença de agroindústrias, microempresas e empreendimentos familiares fortalece a economia local e colabora para a manutenção de práticas culturais e comunitárias que se projetam como potenciais atrativos turísticos. Nesse contexto, o levantamento realizado identificou um conjunto expressivo de bens culturais tangíveis e intangíveis que refletem a diversidade natural, histórica e religiosa do município, entre os quais se destacam: o Café Colonial Sabores

da Colônia, a propriedade da Família Piassetzki (Água das Pedras), a Represa da Hidrelétrica Hidropan, a Paróquia Santa Terezinha do Menino Jesus e a Cascata do Agert.

O Café Colonial Sabores da Colônia constitui um dos principais atrativos turísticos do município, articulando gastronomia típica, vivências rurais e contato com a natureza. Com alto potencial turístico, o espaço oferece estrutura que inclui lago, chalé para hospedagem, pesqueiro, piqueniques e refeições coloniais mediante agendamento. A ampliação de eventos temáticos, como festivais gastronômicos, tardes coloniais e atividades culturais, pode fortalecer sua integração às rotas regionais de turismo rural e gastronômico.

A propriedade da Família Piassetzki - Água das Pedras apresenta elevado potencial turístico em função de suas paisagens naturais, quedas d'água e oferta de experiências gastronômicas, como almoços coloniais à base de javali ou cordeiro. A criação de trilhas interpretativas, eventos sazonais e atividades educativas voltadas ao ecoturismo podem ampliar sua atratividade, reforçando a relação entre natureza, cultura alimentar e modos de vida rurais.

A Represa da Hidrelétrica Hidropan, situada no Rio Divisa, configura um patrimônio associado à produção de energia limpa e sustentável, representando importante recurso pedagógico e turístico. Visitas guiadas sobre geração de energia, sustentabilidade e preservação ambiental, aliadas à integração da represa ao roteiro regional, podem ampliar o potencial do local como espaço de educação ambiental. Na Figura 6, estão representadas as fotografias da Represa da Hidrelétrica Hidropan, do Café Colonial Sabores da Colônia e da Paróquia Santa Terezinha do Menino Jesus, evidenciando importantes referências do patrimônio energético, gastronômico e religioso do município.

A Paróquia Santa Terezinha do Menino Jesus, marco da religiosidade local, destaca-se pelo valor espiritual e comunitário que exerce junto à população. O templo apresenta alto potencial para o turismo religioso, podendo ser inserido em roteiros devocionais regionais, especialmente quando associado à preservação de imagens sacras, acervo paroquial e atividades culturais da comunidade.

A Cascata do Agert, bem intangível cujas narrativas estão profundamente vinculadas à memória oral e ao imaginário local, constitui importante elemento da paisagem natural e simbólica do município. A instalação de painéis interpretativos, a divulgação digital e a criação de roteiros temáticos voltados à história e à geologia podem contribuir para fortalecer seu potencial turístico.

De modo geral, Condor apresenta um conjunto diversificado de bens culturais naturais, gastronômicos e religiosos, os quais configuram oportunidades significativas para a estruturação de roteiros integrados de ecoturismo, turismo rural e turismo cultural. A implementação de estratégias de preservação, como manejo ambiental, manutenção arquitetônica, registro de memória oral e fortalecimento das práticas comunitárias, aliada à qualificação da infraestrutura turística e à articulação intermunicipal, constitui caminho fundamental para promover o desenvolvimento sustentável da Rota das Águas, Culturas e Sabores e valorizar a identidade local.

Figura 6: Represa da Hidrelétrica Hidropan, Paróquia Santa Terezinha do Menino Jesus.



Fonte: Google Imagens (2026)

#### **4.1.6 Município de Coronel Barros**

O município de Coronel Barros, integrante do Corede Noroeste Colonial, apresenta uma formação histórica marcada por diferentes ciclos de ocupação, iniciando no início do século XX com a chegada das primeiras famílias provenientes das colônias antigas de Venâncio Aires e Estrela. A partir de 1915, com a abertura das primeiras lavouras e a instalação da serraria de Petter Kronbauer, iniciou-se a organização do povoado que, posteriormente, receberia o nome de Povoação Coronel Barros. O território, inicialmente composto por matas densas, passou a ser gradualmente desbravado por colonizadores de diferentes origens étnicas, entre os quais se destacam italianos, alemães, poloneses e descendentes de espanhóis, que deixaram marcas culturais significativas na constituição do município (Município de Coronel Barros, 2025).

Ao longo das décadas, consolidaram-se estruturas comunitárias, religiosas e produtivas que contribuíram para o desenvolvimento local, fortalecendo a identidade rural e agrícola. A diversidade cultural e a organização comunitária resultaram na formação de um conjunto de bens culturais tangíveis e intangíveis que refletem a memória, a religiosidade, a produção tradicional e as práticas sociais da população (Município de Coronel Barros, 2025). O levantamento realizado identificou como principais bens de

interesse turístico: a Feira do Produtor, o Museu Histórico de Coronel Barros, a Igreja Evangélica Bom Pastor e o evento Natal de Menino Jesus, além de manifestações culturais e práticas comunitárias que reforçam o patrimônio local. Na Figura 7 estão representadas as fotografias da Feira do Produtor, da Igreja Evangélica Bom Pastor e do Museu Histórico de Coronel Barros.

A Feira do Produtor, patrimônio imaterial de forte representatividade comunitária, constitui um espaço de encontro, circulação de saberes e valorização dos produtos coloniais. Com alto potencial turístico, especialmente no turismo gastronômico e rural, sua preservação requer ações de fortalecimento da identidade cultural, registro histórico dos produtores e criação de estratégias de divulgação regional. Edições temáticas e a criação de um selo de identificação dos produtos locais podem ampliar sua visibilidade e integrar a feira aos roteiros culturais da região.

O Museu Histórico de Coronel Barros destaca-se como espaço de memória que reúne fotografias, objetos e documentos que narram a trajetória do município e de seus habitantes. Com potencial turístico alto, o museu pode ser valorizado por meio de inventário digital do acervo, ações de restauro, exposições temporárias temáticas e integração a roteiros culturais e educacionais do Corede Noroeste Colonial.

A Igreja Evangélica Bom Pastor constitui um dos marcos arquitetônicos e religiosos do município, destacando-se como importante referência da fé protestante e da identidade comunitária local. A edificação apresenta linguagem arquitetônica sóbria, com volumetria verticalizada, torre sineira esbelta e aberturas em arco ogival que remetem à tradição neogótica, elementos que conferem singularidade à paisagem urbana e reforçam seu valor simbólico. Seu potencial turístico é significativo, especialmente para o turismo religioso e cultural, podendo integrar roteiros que valorizem a diversidade de manifestações de fé presentes na região. Recomenda-se a manutenção contínua da estrutura física, conservação dos elementos arquitetônicos originais, qualificação do entorno paisagístico e implantação de sinalização interpretativa que evidencie a história da comunidade evangélica local e sua contribuição para a formação sociocultural do município.

Entre os bens imateriais, destaca-se o Natal de Menino Jesus, celebração anual que mobiliza a comunidade com apresentações culturais, encenações, música, distribuição de presentes e atividades em espaço público. Trata-se de manifestação de alto potencial turístico, que pode ser fortalecida com programações temáticas, decoração

natalina ampliada, criação de roteiros iluminados e atividades que integrem gastronomia, artesanato e memória religiosa.

De modo geral, Coronel Barros apresenta um conjunto expressivo de bens culturais capazes de integrar diferentes modalidades de turismo religioso, histórico, gastronômico e comunitário, constituindo importante potencial para o fortalecimento da Rota das Águas, Culturas e Sabores. A qualificação das ações de preservação patrimonial, aliada à ampliação das atividades culturais, ao incentivo à participação comunitária e à integração com os demais municípios da região, constitui estratégia essencial para promover o desenvolvimento sustentável e valorizar a identidade local.

Figura 7: Feira do Produtor, Igreja Evangélica Bom Pastor, Museu Histórico de Coronel Barros.



Fonte: Prefeitura Municipal de Coronel Barros (2026)

#### 4.1.7 Município de Ijuí

O município de Ijuí, fundado em 19 de outubro de 1890 como Colônia de Ijuhy, cujo nome em Guarany significa “Rio das Águas Divinas”, destaca-se historicamente pela presença de múltiplas etnias e por desempenhar um papel estratégico no desenvolvimento regional do Noroeste do Rio Grande do Sul. Conhecida como Terra das Culturas Diversificadas, Cidade Universitária e Colmeia do Trabalho, Ijuí consolidou-se como um polo econômico, educacional e cultural, reunindo imigrantes de diversas origens, como alemães, italianos, poloneses, afro-brasileiros, austríacos, suecos, holandeses, espanhóis, árabes, letos e muitos outros que moldaram a identidade multicultural da cidade (Município de Ijuí, 2025).

O patrimônio turístico de Ijuí é vasto e reúne bens culturais tangíveis e intangíveis que representam a trajetória histórica, religiosa, arquitetônica, social e gastronômica do município. Entre os principais atrativos urbanos destaca-se a Paróquia Nossa Senhora da Natividade, igreja matriz da cidade, que se configura como um marco da colonização e da fé local. A preservação do templo envolve cuidados estruturais, proteção dos vitrais e

obras de arte sacra, além da instalação de placas interpretativas com QR Code. Para fomentar o turismo, recomenda-se a realização de visitas guiadas temáticas e a integração da paróquia a roteiros culturais mais amplos, que incluam outros bens históricos. Outro importante patrimônio religioso é a Igreja Luterana de Ijuí, conhecida como Igreja do Relógio, construída entre 1909 e 1914. A proposta é fortalecer o turismo através de visitas conjuntas entre as duas igrejas, eventos culturais intercalados e a criação de um Passaporte Cultural que incentive o visitante a percorrer diferentes pontos da cidade.

O conjunto arquitetônico composto pelo prédio da Prefeitura e pelo histórico Clube Ijuí, ambos voltados para a Praça da República, também constitui um atrativo relevante. Para valorizá-los, sugere-se a abertura controlada para visitas, a implantação de iluminação cênica e a sinalização interpretativa. O Monumento O Pioneiro, criado em 1990 em homenagem aos colonizadores, é outro marco que pode ser integrado a um roteiro pedestre de interpretação histórica, enriquecido por tecnologias como totens digitais e audioguias acessíveis por QR Code. A Praça dos Imigrantes, situada em um dos morros que deram origem ao município, possui potencial para receber eventos culturais periódicos, feiras e atividades voltadas à valorização das etnias formadoras da cidade, desde que mantenha sua infraestrutura urbana preservada e interpretada com painéis históricos.

O Parque da Pedreira, dividido em Parque Norte e Parque Sul, ambos inaugurados em 2021, representa um exemplo de requalificação urbana bem-sucedida, transformando antigas pedreiras degradadas em uma área pública moderna para lazer, contemplação e eventos. A manutenção de trilhas, mirantes, decks, iluminação e arborização é essencial, e o turismo pode ser fortalecido por meio de festivais ao ar livre, caminhadas guiadas, encontros de cicloturismo e espaços fotográficos integrados à paisagem rochosa. Outro ponto de destaque é o Museu Antropológico Diretor Pestana, que abriga peças relacionadas às populações pré-missionárias e à história regional. Para ampliação do fluxo turístico, recomenda-se a oferta de visitas temáticas, exposições temporárias, ações educativas e inserção do museu em rotas integradas com outros bens culturais.

Na zona urbana ainda se encontra a Usina Velha, inaugurada em 1923 e transformada em ponto turístico após sua desativação em 2017. Ao lado dela, a Cascata da Usina Velha oferece um atrativo natural associado à memória da produção de energia no município. A proposta é qualificar as trilhas, restaurar equipamentos remanescentes e promover visitas interpretativas que contemplem tanto a história tecnológica quanto a paisagem natural da região. Na Figura 8 estão representadas as fotografias da Usina

Velha, da Paróquia Nossa Senhora da Natividade e da Igreja do Relógio, bens que expressam diferentes dimensões do patrimônio histórico, religioso e arquitetônico do município. O Estádio 19 de Outubro, sede do Esporte Clube São Luiz, também pode integrar o circuito turístico com tours esportivos, visita às salas de troféus e atividades temáticas para escolas e visitantes.

A escola histórica EEEF Rui Barbosa, originada na década de 1890, pode desempenhar papel relevante no turismo de memória caso seja estruturado um Centro de História da Educação, oferecendo exposições e visitas guiadas que resgatem a trajetória escolar da região. Outro marco urbano de grande valor é a Ponte de Ferro sobre o Rio Ijuí, concluída em 1914 e considerada um cartão-postal que remete à era ferroviária e à integração regional do início do século XX. Recomenda-se sua preservação estrutural e a implantação de sinalização museológica ao ar livre.

Além dos bens tangíveis, Ijuí possui expressivo patrimônio imaterial. A Festa do Cachorro-Quente, realizada pela Paróquia da Natividade, pode ser fortalecida por meio de acervos digitais, programação cultural ampliada e espaços temáticos para fotos. No meio rural, o Café Colonial do Sítio Águas do Aconchego e as produções locais de azeite, como Azeites Tramonto e Azeite Pé de Oliva, revelam o potencial do município para o turismo de experiência. Vivências culinárias, trilhas entre olivais, degustações harmonizadas, oficinas e o evento “Dia da Colheita da Oliveira” são estratégias eficazes para atrair visitantes. A tradicional Festa da Uva e do Vinho da Colônia Santo Antônio reafirma as raízes italianas da comunidade e pode ser ampliada com concursos temáticos, degustações orientadas e atividades durante todo o ano. O Museu do Colonizador complementa esse circuito, resgatando a história dos imigrantes e dos costumes locais.

Também merece destaque a Capela São Paulo, construída em meados do século XX e associada à Festa da Uva da Vila Santo Antônio, que pode integrar roteiros rurais e religiosos com material histórico digital. Já a Festa da Uva da Paróquia São Geraldo reforça a identidade comunitária local e pode receber ações como concursos culturais e visitas guiadas. No âmbito étnico, a União das Etnias de Ijuí (UETI) desempenha papel fundamental na articulação das 11 casas étnicas do município e pode ampliar sua atuação turística por meio de noites culturais temáticas, oficinas e visitas interpretativas. Por fim, o antigo prédio do Tiro de Guerra, de 1917, hoje tombado, contribui para o turismo de memória cívica, podendo receber visitas guiadas e atividades comemorativas. A antiga Intendência, construída em 1903, encontra-se em processo de revitalização para uso cultural, o que ampliará ainda mais a oferta turística na área central da cidade.

Em síntese, Ijuí reúne um conjunto expressivo de bens culturais, naturais e históricos com forte potencial para o desenvolvimento turístico integrado, especialmente se forem adotadas estratégias como a criação de rotas temáticas, eventos regulares, sinalização turística moderna e ações de preservação contínua. O município possui condições de consolidar-se como referência em turismo cultural, religioso, histórico e rural no Corede Noroeste Colonial, valorizando tanto sua diversidade étnica quanto seu patrimônio material e imaterial. Por fim, o município de Ijuí destaca-se pela diversidade cultural, reconhecida nacional e internacionalmente como a “Capital Nacional das Etnias”, em 2021, e “Capital Mundial das Etnias”, em 2022.

Figura 8: Usina Velha, Paróquia Nossa Senhora da Natividade, Igreja do Relógio.



Fonte: Viagens e Caminhos (2026)

#### 4.1.8 Município de Jóia

O município de Jóia, cuja história remonta ao início do século XX, desenvolveu-se a partir da doação de terras realizada em 1916 pelos coronéis Joaquim Luís de Lima e Marcial Gomes Terra aos pioneiros Antônio Mastella e Vitório Bernardi, que se estabeleceram próximos ao Lajeado Bonito. Na época, o território era acessado apenas por picadas abertas a machado e facão pelos próprios moradores, revelando o esforço dos primeiros habitantes na ocupação da região. Uma das versões sobre a origem do nome do município afirma que uma pedra preciosa teria sido encontrada nas proximidades do lajeado, o que levou a comunidade, posteriormente, a adotar o nome “Jóia” (Município de Jóia, 2025).

Com a construção do moinho ou “Engenho”, como era chamado pelos moradores, a vila começou a crescer ao redor da atividade agrícola e da disponibilidade de água para consumo e para os afazeres domésticos. A Sede Distrital foi inicialmente implantada na Esquina 21 de Abril, pertencente a Santo Ângelo, mas passou por mudanças administrativas ao longo das décadas. Em 1928, com a criação do município de

Tupanciretã, a localidade foi integrada ao novo território e tornou-se o 2º Distrito, denominado Vila 21 de Abril. Em 1938, a sede distrital foi transferida para a Vila Nova, que, em razão do clima político internacional da Segunda Guerra Mundial, recebeu o nome de Vila Inconfidência. Contudo, em 1944, uma legislação estadual proibiu denominações que remetessem a guerras ou movimentos revolucionários. Assim, a localidade passou a se chamar Vila Jóia, nome que permanece até hoje. O município foi oficialmente emancipado em 12 de maio de 1982 e, posteriormente, ampliou seu território com a anexação da localidade de Rincão dos Pires, desmembrada de Santo Ângelo em 1988 (Município de Jóia, 2025).

Entre os principais locais de interesse turístico de Jóia destaca-se a Lagoa da Mortandade, um dos mais expressivos patrimônios históricos do município. Em 17 de outubro de 1923, suas margens foram palco de um enfrentamento violento entre as forças governistas, lideradas por Borges de Medeiros, e os rebeldes comandados por Assis Brasil. O nome “Mortandade” remete ao grande número de mortos naquele conflito, cujos corpos, segundo relatos populares, teriam sido deixados no local ou lançados às águas da lagoa. Além do significado histórico, o local é envolto por lendas e pela memória coletiva que reforça sua aura simbólica. Para a preservação desse espaço, recomenda-se o tombamento municipal e a delimitação de uma área de proteção paisagística, acompanhada de pesquisas arqueológicas e históricas que possam registrar e contextualizar os eventos de 1923. A implantação de sinalização interpretativa e de um memorial dedicado à Revolução de 1923 permitiria fortalecer o turismo de memória e atrair visitantes interessados em história, educação e cultura. A realização de eventos e encenações simbólicas no entorno da lagoa também contribuiria para revitalizar o interesse pelo local e ampliar sua visibilidade regional.

A Gruta Nossa Senhora de Lourdes, por sua vez, constitui um patrimônio religioso e natural importante para Jóia. Localizada em ambiente de vegetação nativa, a gruta abriga a imagem da santa em um nicho de pedra, configurando-se como um espaço de devoção e contemplação muito frequentado pela comunidade. Peregrinações, celebrações e trilhas espirituais são práticas comuns no local, que reforçam sua identidade simbólica e cultural. Para garantir sua preservação, recomenda-se o mapeamento e o registro patrimonial da área, bem como ações de conservação ambiental que assegurem a proteção da vegetação e do solo. A inserção da gruta em roteiros de turismo religioso e ecológico é uma estratégia relevante, favorecendo a conexão entre espiritualidade, natureza e

valorização da paisagem local. Na Figura 9 estão representadas as fotografias da Gruta Nossa Senhora de Lourdes e da Lagoa da Mortandade.

O conjunto patrimonial de Jóia, embora concentrado em poucos bens, possui significativo potencial para integrar roteiros regionais e fortalecer o turismo cultural, histórico, religioso e de memória. Ao articular esses atrativos com os demais municípios do Corede Noroeste Colonial, especialmente aqueles relacionados à Revolução de 1923 ou ao turismo religioso, cria-se a possibilidade de promover experiências enriquecedoras e fundamentadas na identidade local. A preservação, o registro histórico e a criação de infraestrutura qualificada são estratégias essenciais para consolidar Jóia como um destino relevante dentro do território regional, valorizando seus bens culturais e fortalecendo o sentimento de pertencimento da comunidade.

Figura 9: Gruta Nossa Senhora de Lourdes, Lagoa da Mortandade.



Fonte: Prefeitura Municipal de Joia; Portal das Missões (2026)

#### **4.1.9 Município de Nova Ramada**

O município de Nova Ramada, localizado no Noroeste do Rio Grande do Sul, possui área de 256,15 km<sup>2</sup> e altitude média de 511 metros. Sua formação histórica remonta à presença inicial de povos indígenas Kaingang e Guaranis, que ocuparam a região até o início do século XIX. Posteriormente, portugueses, africanos, indígenas e seus descendentes passaram a povoar o território, regularizando e ocupando extensas áreas de terra. Já a presença de imigrantes europeus, sobretudo de origem alemã, intensificou-se por volta de 1900, contribuindo para a formação cultural, agrícola e religiosa que caracteriza a identidade local (Município de Nova Ramada, 2025).

A trajetória de Nova Ramada também é marcada por um importante episódio histórico nacional: o Combate da Ramada, ocorrido em 3 de janeiro de 1925, quando houve o confronto entre a Coluna Prestes e as forças legalistas do governo. Esse acontecimento deixou marcas profundas na memória coletiva e consolidou a denominação “Ramada” como elemento central na construção da identidade regional. O

município, anteriormente composto pelas vilas Barro Preto e Pinhal, então pertencentes a Ajuricaba foi emancipado pela Lei nº 10.652, assinada em 28 de dezembro de 1995, sendo oficialmente instalado em 1º de janeiro de 1997. O nome “Nova Ramada” resulta de um acordo entre as comunidades locais e remete às antigas ramadas, estruturas feitas com folhagens verdes que formavam sombreamentos naturais, utilizadas como locais de encontro e festas populares desde a década de 1920 (Município de Nova Ramada, 2025).

Entre os principais pontos de interesse turístico de Nova Ramada está o Túmulo dos Combatentes, localizado na comunidade de Esquina Umbu, marco histórico diretamente ligado ao Combate da Ramada. Trata-se de um bem cultural tangível de alto potencial turístico, preservado em bom estado. A recomendação é promover seu tombamento municipal como patrimônio histórico e cultural, garantir a restauração periódica do monumento e do entorno e instalar painéis interpretativos com informações sobre o contexto da Revolução de 1925, a Coluna Prestes e sua passagem pela região. Na Figura 10 estão representadas as fotografias do Túmulo dos Combatentes, da Caverna Bom Sucesso e do Moinho de Farinha de Trigo, bens que expressam a diversidade histórica, natural e produtiva do município. Para fomentar o turismo, sugerem-se rotas temáticas, sinalização turística padronizada, criação de um Centro de Memória da Coluna Prestes e a inclusão do local na “Rota das Águas, Culturas e Sabores”, fortalecendo a integração com outros municípios do Corede.

Outro atrativo é a Caverna Bom Sucesso, um bem natural de alta relevância, possivelmente relacionado também ao episódio histórico de 1925. Situada em contexto de vegetação nativa e formações rochosas, a caverna tem bom estado de preservação, mas exige ações técnicas como mapeamento geológico e levantamento histórico, evitando impactos ambientais como desmatamento e erosão. Sugere-se o tombamento como bem natural e histórico, a implantação de trilhas sinalizadas, manejo ambiental adequado e a realização de atividades como caminhadas ecológicas, trilhas guiadas e ações educativas de preservação patrimonial.

Outro importante bem cultural tangível é o Moinho de Farinha de Trigo, que representa a memória do processo produtivo e agrícola local. Com alto potencial turístico, o moinho narra a história da economia rural de subsistência e da produção de cereais que sustentaram as primeiras famílias da região. Para preservar esse patrimônio, recomenda-se inventário histórico-arquitetônico, registro no acervo municipal e restauração preventiva da estrutura e do maquinário. A transformação do espaço em um Museu Rural do Trigo ou Centro de Memória da Agricultura é uma estratégia eficaz para fomentar o

turismo cultural, sendo possível integrá-lo à rota turística regional e criar experiências educativas direcionadas a escolas e visitantes.

Quanto aos atrativos naturais intangíveis, Nova Ramada abriga diversas cachoeiras com grande potencial de ecoturismo. A Cachoeira Mística, situada na localidade de Madeireira, destaca-se por sua queda d'água em paredões de pedra e restos metálicos de uma antiga usina que foram arrancados pela força da água. Seu potencial turístico é elevado, mas requer infraestrutura mínima como trilhas seguras, mirantes, áreas de descanso e manejo ambiental adequado para garantir proteção do entorno. A criação de roteiros de turismo de aventura e ecoturismo, com atividades como fotografia de natureza, visitas guiadas e campanhas educativas, pode ampliar o fluxo de visitantes.

A Cachoeira Adoryan é um dos atrativos mais conhecidos da área rural, com ambiente sereno, poços naturais, mata nativa e formações rochosas. Trata-se de um local ideal para lazer, contemplação e práticas de bem-estar. Para fomentar seu uso turístico, recomendam-se ações como roteiros de caminhadas, eventos de educação ambiental, promoção em redes sociais e inclusão do ponto em mapas turísticos do Corede Noroeste Colonial.

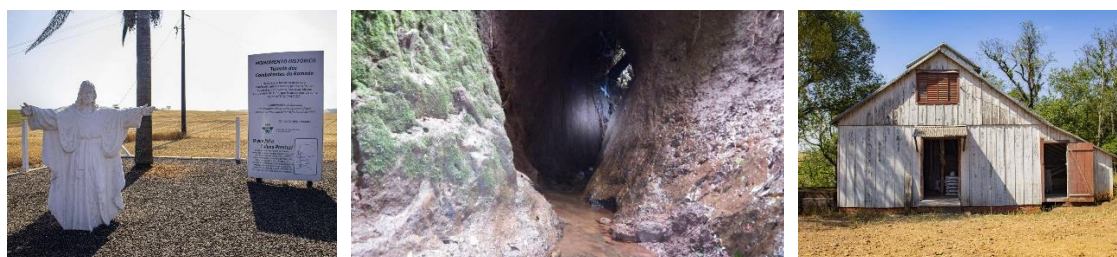
A Cachoeira do Vino, igualmente de alto potencial, apresenta quedas d'água sobre rochas, poços e paisagem rural típica do interior gaúcho. Para fortalecer sua atratividade, sugere-se melhorar o acesso rural, instalar sinalização turística e áreas estruturadas para visitantes, além de integrá-la a roteiros de ecoturismo vinculados aos demais atrativos naturais e culturais do município.

No âmbito religioso, Nova Ramada possui bens culturais importantes. A Capela São João Batista, situada na zona rural, é um espaço comunitário de fé, convivência e continuidade das tradições locais. Com arquitetura simples de estilo interiorano, representa a organização social e religiosa dos primeiros moradores. Recomenda-se inventário arquitetônico e histórico, manutenção preventiva da estrutura física, preservação das festas tradicionais e maior divulgação por meio de eventos abertos à comunidade e visitantes.

Outro marco significativo é a Igreja Centenária IECLB, ligada à imigração alemã e à formação da comunidade luterana desde o início do século XX. Para sua preservação, é fundamental manter elementos originais, como vitrais e mobiliário histórico. Ações de fomento incluem visitas guiadas, apresentações culturais, corais, exposições e integração com outras comunidades luteranas da região.

O conjunto de bens culturais e naturais de Nova Ramada revela um município com forte vocação para o turismo histórico, religioso e de natureza, especialmente devido à presença do Combate da Ramada, das cachoeiras e do patrimônio rural. A articulação desses atrativos em rotas temáticas, acompanhada da preservação ambiental e arquitetônica, da criação de infraestrutura adequada e da valorização das tradições locais, pode consolidar Nova Ramada como destino turístico relevante no Corede Noroeste Colonial.

Figura 10: Túmulo dos Combatentes , Caverna Bom Sucesso, Moinho de Farinha de Trigo.



Fonte: Prefeitura Municipal de Nova Ramada (2026)

#### **4.1.10 Município de Panambi**

O município de Panambi, situado no Noroeste do Rio Grande do Sul, destaca-se por sua formação histórica multicultural, marcada pela presença significativa de imigrantes alemães e pela influência da missão protestante da Igreja Evangélica Luterana do Brasil. Sua trajetória econômica, social e cultural consolidou o município como um dos polos industriais e turísticos mais expressivos da região. Panambi, conhecida como “Terra das Máquinas”, desenvolveu-se fortemente a partir de sua vocação industrial, com destaque para o setor metalmeccânico. A cidade também é reconhecida por suas ações de preservação ambiental, infraestrutura urbana qualificada e diversidade de espaços culturais, naturais e religiosos que compõem um patrimônio turístico amplo e diversificado (Município de Panambi, 2025).

Entre os principais locais de interesse turístico encontra-se o Museu Histórico Municipal de Panambi, instalado em um prédio histórico e dedicado à preservação da memória da imigração alemã, tradições locais e evolução socioeconômica da cidade. O acervo inclui fotografias, documentos, objetos antigos e peças relacionadas à história militar e às atividades industriais da região. Para fortalecer seu potencial turístico, recomenda-se modernizar os recursos expositivos, implementar tecnologias de interpretação digital, ampliar visitas temáticas e integrá-lo à rota regional de museus do

Corede Noroeste Colonial. Sua preservação exige manutenção periódica da estrutura predial, inventário permanente e ações educativas voltadas à comunidade escolar e visitantes.

Outro atrativo de destaque é a Casa da Cultura, importante espaço de formação artística e cultural, que oferece cursos e atividades voltadas para música, artes visuais, teatro e patrimônio local. Recomenda-se estimular seu uso como polo central de eventos, exposições itinerantes e festivais culturais, além de integrá-la a ações conjuntas com o museu e demais instituições culturais do município. O fortalecimento da programação permanente pode ampliar a atração de turistas e fomentar a economia criativa.

A Praça Engenheiro Walter Faulhaber, principal área de convivência do município, destaca-se por seu paisagismo urbano, monumentos e espaços destinados ao lazer. A valorização desse espaço passa pela manutenção das estruturas existentes, ampliação da iluminação cênica, criação de roteiros históricos guiados e promoção de eventos culturais regulares, como feiras, apresentações musicais e atividades recreativas.

Outro ponto relevante é o Monumento em Homenagem aos Imigrantes, que simboliza a contribuição das famílias europeias no desenvolvimento de Panambi. A preservação do monumento requer ações de limpeza e restauração periódica, além da instalação de sinalização interpretativa com QR Codes que ofereçam informações históricas bilíngues. Na Figura 11 estão representadas as fotografias do Monumento em Homenagem aos Imigrantes, da Igreja Centenária São João Batista e do Moinho Velho, bens que expressam a herança cultural, religiosa e produtiva do município. Já para fomentar o turismo, sugere-se incluir o monumento em roteiros culturais temáticos sobre imigração e identidade regional.

Outro símbolo da identidade local é o Moinho Velho, importante testemunho da colonização e da economia agrícola da região. Para preservá-lo, é fundamental realizar levantamentos históricos, restaurar sua estrutura original e promover ações de educação patrimonial. A transformação do local em um ponto de visitação rural ou centro de memória da agricultura pode estimular o turismo de experiência e fortalecer a cultura local.

Os atrativos religiosos também representam parte significativa do patrimônio de Panambi. A Igreja Centenária São João Batista, uma das mais antigas da região, destaca-se por sua arquitetura histórica e pela relevância cultural para a comunidade católica. Sua preservação exige restauro permanente, proteção dos elementos artísticos e manutenção de arquivos históricos. Como fomento ao turismo religioso, é recomendada a realização

de visitas guiadas, concertos sacros, rotas temáticas e integração com outros templos do município.

O Parque Municipal Rudolfo Arno Goldhardt, outro atrativo natural importante, agrega áreas de lazer, trilhas, lago e espaços para atividades ao ar livre. Para valorizar o local, é fundamental manter o manejo ambiental responsável, ampliar a infraestrutura para visitantes e promover eventos comunitários e esportivos.

Além desses pontos, Panambi possui diversos outros atrativos distribuídos entre praças, parques, monumentos, áreas rurais e espaços culturais que fortalecem o turismo regional. O conjunto desses bens revela a diversidade do município e sua capacidade de integrar roteiros turísticos de diferentes tipologias — histórico, cultural, industrial, religioso, ecológico e de memória.

De modo geral, Panambi apresenta forte potencial turístico, especialmente se seus bens forem incorporados a estratégias integradas de promoção, preservação patrimonial e qualificação da experiência do visitante. A criação de rotas temáticas, a ampliação da comunicação turística e o investimento em infraestrutura cultural e ambiental são elementos essenciais para consolidar o município como referência turística no Corede Noroeste Colonial.

Figura 11: Monumento em Homenagem aos Imigrantes, Igreja Centenária São João Batista, Moinho Velho.



Fonte: Rota das Águas Culturas e Sabores, Restaurante Moinho Velho (2026)

#### **4.1.11 Município de Pejuçara**

A trajetória histórica de Pejuçara é marcada por uma forte presença indígena e afrodescendente, especialmente após o Combate dos Porongos, em 1844, quando grupos negros buscaram refúgio na região. O nome Pejuçara, de origem tupi-guarani, significa “Caminho das Palmeiras” e remete à paisagem natural que caracterizava o território antes da chegada dos imigrantes italianos, que se estabeleceram na localidade a partir de maio de 1899. O processo de colonização consolidou o desenvolvimento agrícola, a construção

de estradas, ferrovias, edificações rurais e urbanas, além da formação das primeiras comunidades (Município de Pejuçara, 2025).

Ao longo do século XX, a localidade recebeu diferentes denominações, Mombuca, Colônia Visconde do Rio Branco, Rio Branco e Morotim, até oficializar o nome Pejuçara em 29 de dezembro de 1944. O movimento emancipacionista ganhou força na década de 1960, resultando na criação do município. A partir desta etapa o município consolidou-se como território essencialmente agrícola, reconhecido pela produção de grãos, pecuária leiteira, suinocultura, e pela presença de indústrias locais relacionadas ao setor moageiro, moveleiro e a pequenas manufaturas familiares. Atualmente conhecida como Terra da Paz, da Amizade e da Boa Comida, Pejuçara preserva uma forte identidade cultural italiana e um modo de vida rural profundamente ligado ao trabalho, à religiosidade e às tradições comunitárias (Município de Pejuçara, 2025).

Entre os bens culturais de maior relevância turística destaca-se a Casa de Vinhos Don Diego, um patrimônio tangível que integra o turismo rural e o enoturismo local. O espaço oferece visitação aos parreirais, apresentação das variedades de uvas, almoço típico italiano e atividades diferenciadas como passeios de caminhão militar, permitindo contato direto com a identidade agrícola e vitivinícola da região. Para a preservação do local, recomenda-se manutenção contínua das estruturas, valorização dos parreirais como paisagem cultural e incentivo à certificação como empreendimento de turismo rural ou enoturismo. Para fomentar o turismo, é estratégica a criação de roteiros integrados que conectem a vinícola a outras propriedades rurais, ao Museu dos Imigrantes e a eventos temáticos como a Vindima.

Outro ponto de interesse é o Museu dos Imigrantes Marcos Bresolin, que abriga acervo de documentos, fotografias, objetos de uso pessoal, maquinaria e equipamentos relacionados à imigração italiana e à formação histórica do município. A preservação do museu exige catalogação contínua, controle ambiental e políticas de conservação preventiva, além da busca de financiamento através de leis de incentivo à cultura. Para ampliar seu potencial turístico, o museu pode desenvolver exposições temáticas, oficinas educativas, atividades para escolas e ações de divulgação digital, consolidando-se como referência da memória imigrante no Corede Noroeste Colonial.

Um dos principais bens imateriais de Pejuçara é a Festa do Trigo e da Uva, iniciada em janeiro de 1952 com o objetivo de arrecadar fundos para a construção da nova igreja matriz sob coordenação do Padre Vendelino Bender. Ao longo dos anos, tornou-se um Patrimônio Cultural Imaterial que celebra a tradição agrícola, a fé cristã e as raízes

italianas da comunidade. Para sua preservação, é fundamental realizar documentação audiovisual contínua, registrar relatos orais e criar um acervo histórico integrado ao Museu dos Imigrantes. A festa possui potencial elevado para fomentar o turismo, podendo consolidar-se como evento âncora regional ao integrar roteiros gastronômicos, religiosos e rurais.

Outro bem cultural tangível é o Centro Comunitário Vista Alegre, espaço que funciona como núcleo da vida social, cultural e cívica da comunidade rural. Sua preservação depende de manutenção regular, modernização da infraestrutura e melhoria da acessibilidade. Como estratégia de fomento ao turismo, o centro pode sediar feiras de produtos coloniais, festivais culturais, encontros comunitários e servir como ponto de apoio para roteiros de turismo rural e religioso.

A Igreja Santo Antônio, um dos marcos religiosos mais importantes do município, expressa a forte devoção católica da comunidade e integra a Rota Turística de Pejuçara, destacando água, cultura e sabores locais. Sua preservação envolve restauração arquitetônica especializada, cuidados com vitrais, altar, imagens e demais elementos originais. Para fomentar o turismo, recomenda-se fortalecer eventos religiosos e culturais, como a Festa de Santo Antônio, e criar roteiros de turismo religioso conectando a matriz às capelas rurais.

Por fim, a Comunidade Santa Apolônia constitui um espaço rural de grande valor histórico, cultural e religioso. Sua formação está relacionada à colonização italiana, mas há relatos locais que sugerem que a região tenha sido refúgio de soldados negros da Revolução Farroupilha antes da chegada dos imigrantes. A preservação inclui restauração da capela, criação de um arquivo comunitário e registro das manifestações culturais intangíveis, como festejos da padroeira e práticas agrícolas tradicionais. Para fomentar o turismo, recomenda-se desenvolver um roteiro rural histórico-cultural integrando Santa Apolônia, Pedreira e Vista Alegre, valorizando a paisagem, o patrimônio religioso e a diversidade étnica que compõe a formação do município.

Pejuçara, estruturada em cinco bairros urbanos, Centro, Modelo, Catarina Bresolin Mastella, Renascer e Rio Branco e oito comunidades rurais, mantém até hoje características de um município acolhedor, organizado e culturalmente rico. Seu potencial turístico é significativo e pode ser consolidado por meio da valorização da identidade italiana, do fortalecimento do turismo rural e religioso, da preservação dos bens culturais e da criação de rotas temáticas que integrem patrimônio, gastronomia e paisagem agrícola. a Figura 12, estão representadas as imagens da Casa de Vinhos Don Diego, da

Igreja Matriz São José e da Igreja Santo Antônio, evidenciando a diversidade do patrimônio cultural, religioso e enoturístico do município.

Figura 12: Casa de Vinhos Don Diego, Igreja Matriz São José, Igreja Santo Antônio.



Fonte: Prefeitura Municipal de Pejuçara (2026)

## 4.2 POTENCIALIDADES TURÍSTICAS NA PERSPECRIVA DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

A presente seção apresenta uma análise abrangente das potencialidades turísticas da Rota das Águas, Culturas e Sabores a partir das percepções de gestores públicos municipais, integrando dados quantitativos e qualitativos para compreender como diferentes atores avaliam as condições que sustentam o desenvolvimento turístico regional. A discussão organiza-se em quatro categorias analíticas: Infraestrutura, Economia Local, Preservação Ambiental/Cultural e Conscientização e Socialização, que sintetizam os principais eixos identificados no processo de investigação. Além dessas, o estudo identificou uma categoria emergente, construída a partir das recorrências espontâneas nas respostas abertas, relacionada à necessidade de governança regional e planejamento integrado, considerada pelos participantes como elemento transversal e decisivo para a consolidação da rota. Em conjunto, essas categorias permitem compreender de forma sistemática como os gestores reconhecem o potencial cultural, econômico e social da região, ao mesmo tempo em que destacam desafios estruturais, institucionais e participativos que influenciam a efetividade do turismo enquanto estratégia de desenvolvimento territorial.

### 4.2.1 Infraestrutura

A análise da categoria infraestrutura evidencia que este é um dos principais entraves ao desenvolvimento pleno, fortalecimento e consolidação da Rota das Águas, Culturas e Sabores na Região Noroeste Colonial do Rio Grande do Sul. Os resultados quantitativos, obtidos por meio da escala *Likert*, demonstram grande convergência entre os grupos participantes (prefeitos, Secretárias de Turismo e Cultura, arquitetos e

turismólogos), que reconhecem a centralidade da infraestrutura para o turismo e atribuem alta importância à sinalização turística.

Nesse contexto, a sinalização de orientação turística configura-se como um componente estruturante da infraestrutura turística, atuando tanto na organização dos fluxos e deslocamentos quanto como instrumento de comunicação territorial. A literatura aponta que sistemas de sinalização qualificados ampliam a acessibilidade aos atrativos, favorecem o acesso aos bens culturais e contribuem para a valorização do patrimônio. Em contrapartida, a falta de padronização e a frágil articulação com os planejamentos urbano, regional e turístico comprometem a compreensão do território pelos usuários e limitam o aproveitamento do potencial turístico local, reforçando a necessidade de integração da sinalização às políticas públicas e às estratégias de preservação (Amorim, 2023).

Entre os prefeitos, a relevância da sinalização é unânime, resultando em um percentual de concordância total de 100%, contudo, ao avaliar os investimentos municipais em infraestrutura turística, o cenário se inverte: 44,4% discordam totalmente, 22,2% discordam parcialmente, 11,1% permanecem neutros, e apenas 22,2% concordam totalmente. A percepção sobre as condições de acesso é ainda mais crítica, 44,4% discordam totalmente, 11,1% discordam parcialmente, 22,2% são neutros, e somente 22,2% concordam totalmente que os acessos são adequados. Esses resultados demonstram que, embora os prefeitos reconheçam a relevância estratégica da infraestrutura, avaliam que sua execução e manutenção são insuficientes.

A percepção das Secretarias Municipais de Turismo e Cultura é semelhante. Quanto à suficiência da infraestrutura turística, 40% discordam totalmente, 20% discordam parcialmente, enquanto apenas 20% concordam parcialmente e 20% concordam totalmente. No que se refere à capacidade técnica institucional para planejar melhorias, 20% discordam parcialmente, 30% adotam posição neutra, e 50% concordam parcial ou totalmente. Esse resultado indica que as secretarias se percebem em um cenário de fragilidade estrutural, porém com algum grau de organização interna para lidar com os desafios.

Entre os turismólogos, as percepções revelam polarização: 50% discordam parcialmente e 50% concordam parcialmente quanto à adequação dos investimentos em infraestrutura turística. A divisão evidencia diferenças significativas entre municípios, sugerindo assimetrias territoriais e desigualdade no avanço das ações estruturais. Já entre os arquitetos, a avaliação é unânime: 100% discordam totalmente que a infraestrutura turística e urbana atual é adequada. Esse grupo, com formação técnica específica,

apresenta uma leitura crítica mais intensa sobre o território e suas condições de suporte ao turismo.

A análise qualitativa das respostas abertas permite compreender os sentidos atribuídos às avaliações negativas. O primeiro eixo de maior recorrência refere-se às fragilidades dos acessos. Diversos prefeitos enfatizam a necessidade de qualificação das vias, afirmando, por exemplo, que *“é necessária a qualificação dos acessos aos atrativos turísticos e a integração entre os municípios”*, enquanto outro complementa que *“os acessos rurais carecem de manutenção permanente, o que dificulta a chegada dos visitantes”*. As menções às rodovias BR-158 e BR-285 reforçam que os problemas não se restringem às estradas vicinais, mas alcançam vias estruturantes para a circulação regional, como apontado por um turismólogo que destaca que *“as rodovias 285 e 158 precisam de melhorias, pois são essenciais para a circulação turística”*.

Outra dimensão recorrente é a insuficiência de sinalização turística, tanto indicativa quanto interpretativa. Um gestor observa que *“a sinalização turística ainda é limitada e precisa de padronização para orientar o visitante”*, reconhecendo a necessidade de uniformidade visual e comunicacional entre os municípios da rota. Os arquitetos reforçam esse argumento, destacando o caráter estruturante da sinalização para a identidade territorial, como expresso na fala *“é preciso padronizar a sinalização e qualificar a infraestrutura geral para fortalecer a rota”*. Essa compreensão dialoga com Yázigi (2009), ao afirmar que o turismo deve ser concebido de forma não seletiva, atendendo a diferentes perfis de usuários e garantindo condições ambientais, econômicas e sociais adequadas, o que pressupõe a oferta de infraestrutura acessível e inclusiva.

A carência de equipamentos de apoio ao visitante também se destaca de forma marcante nas respostas. As secretarias relatam que *“faltam banheiros, estacionamentos e espaços de apoio nos atrativos”*, situação que compromete diretamente a permanência dos visitantes e dificulta a transformação dos atrativos em experiências turísticas estruturadas. Gestores também enfatizam a importância da acessibilidade universal, evidenciando a necessidade de *“qualificar a acessibilidade e os espaços para receber bem o turista”*. Aspecto que converge com a perspectiva de Yázigi (2009) ao defender que os equipamentos e serviços turísticos devem estar disponíveis a todos, sem distinções.

As limitações vão além da materialidade dos espaços e incluem desafios institucionais e organizacionais. A ausência de planejamento integrado é percebida como obstáculo significativo. Nesse ponto, as falas dos arquitetos ganham destaque por apresentarem propostas técnicas concretas. Um deles afirma que *“uma comissão de*

*arquitetos e urbanistas, pensando na reestruturação e sustentabilidade da região e na aplicação de conceitos de Destinos Turísticos Inteligentes (DTI), pode orientar ações eficazes para melhorar a infraestrutura turística”. Outro profissional complementa ao destacar que “a criação de áreas de interesse cultural, a valorização do patrimônio construído, rotas turísticas integradas e eventos culturais de maior magnitude podem fortalecer o turismo regional, além de fomentar o turismo rural como forma de valorização dos sabores e saberes locais”. Essas contribuições ampliam a compreensão das fragilidades e apontam caminhos estruturantes para superá-las.*

A integração entre os achados quantitativos e qualitativos demonstra coerência interna: as notas baixas para acessos e investimentos são explicadas por falas que apontam estradas precárias, falta de pavimentação, ausência de sinalização padronizada e inexistência de equipamentos públicos essenciais. A baixa percepção de capacidade técnica nas secretarias é compatível com relatos que mencionam dificuldade de planejar ações contínuas, falta de equipes especializadas e inexistência de planejamento regional articulado.

À luz do referencial teórico, os resultados evidenciam uma realidade que converge com as formulações de Campos (2008), segundo as quais o território se configura como um conjunto integrado de sistemas naturais e artificiais que compõem sua base técnica e sustentam as práticas sociais nele desenvolvidas. Dessa perspectiva, a articulação entre infraestrutura, fluxos e usos sociais constitui condição essencial para que o território se efetive como o quadro estruturante da vida social. No campo do turismo, essa interdependência torna-se ainda mais evidente, uma vez que a atividade depende diretamente de infraestrutura básica, como estradas de boa qualidade, redes elétricas e de comunicação, além de sistemas de saneamento para garantir acesso, permanência e circulação qualificada de visitantes. Para que o planejamento turístico seja eficiente, torna-se imprescindível a existência de políticas públicas de saneamento, saúde, transporte e meio ambiente, entre outras (Barreto; Burgos; Frenkel, 2003).

Ao relacionar os achados aos objetivos gerais e específicos da pesquisa observa-se que os participantes reconhecem e valorizam os bens culturais tangíveis e intangíveis da região, contudo, tais recursos não se convertem em experiências turísticas qualificadas devido às limitações estruturais. A precariedade dos acessos, a ausência de sinalização padronizada e a falta de equipamentos e apoio ao visitante limitam diretamente a interação plena com o patrimônio cultural, museus, igrejas, eventos étnicos, paisagens naturais e práticas rurais. Ainda que exista vínculo afetivo e reconhecimento cultural por parte da

comunidade, a infraestrutura insuficiente impede que esse potencial seja articulado à Rota das Águas, Culturas e Sabores.

Conclui-se que a infraestrutura, a gestão e a comunicação turística percebidas pelos participantes limitam, mais do que favorecem, o desenvolvimento sustentável da rota. A superação desse cenário exige planejamento integrado, investimentos contínuos, qualificação técnica, fortalecimento institucional e padronização regional. Somente assim a riqueza cultural da região poderá se consolidar como produto turístico estruturado, competitivo e capaz de promover desenvolvimento territorial, econômico e cultural.

#### **4.2.2 Economia Local**

A presente categoria revela que os participantes da pesquisa reconhecem amplamente o potencial econômico da Rota das Águas, Culturas e Sabores, embora identifiquem limitações significativas na sua operacionalização. Os resultados da escala Likert mostram forte tendência à concordância entre prefeitos e secretárias de turismo e cultura sobre a capacidade do turismo cultural gerar emprego, renda e diversificação econômica. Entre os prefeitos, 77,8% concordam totalmente que a implementação da Rota pode promover avanços regionais, enquanto 66,7 % concordam totalmente que o turismo pode gerar benefícios econômicos expressivos. Já entre as secretárias, 70% concordam totalmente que o turismo cultural pode diversificar a economia local e 40% acreditam que a gestão reconhece investimentos em patrimônio como estratégia economia, embora 20% discordem parcialmente.

Por outro lado, arquitetos apresentam unanimidade, 100% concordam totalmente que a preservação e o reuso de bens culturais fortalecem a economia local, via turismo cultural e regeneração urbana. Os turismólogos, contudo, exibem opiniões polarizadas onde 50% discordam totalmente e 50% concordam totalmente de que o turismo cultural gera desenvolvimento econômico, revelando divergência na interpretação da capacidade institucional dos municípios.

No plano teórico, o turismo configura-se como uma atividade relevante do setor de serviços, caracterizada por expressivo crescimento e por sua capacidade de gerar emprego e renda, além de contribuir para uma distribuição mais equilibrada da renda em âmbito regional. Segundo Santos e Costa (2022), a demanda turística doméstica apresenta maior representatividade na geração de renda quando comparada à demanda internacional, embora os estudos econômicos sobre o setor ainda sejam relativamente escassos. As autoras destacam, ainda, que as primeiras análises sistemáticas sobre a

dimensão econômica do turismo emergiram ao final da década de 1980, registrando crescimento significativo sobretudo ao longo da década de 1990.

As respostas abertas aprofundam e qualificam esses padrões identificados quantitativamente. Os participantes destacam como produtos prioritários para promoção econômica da Rota a gastronomia (“café colonial”, “kasenkuhen”), produtos culturais (“museus”, “prédios históricos”), roteiros rurais e naturais (“cachoeiras”, “trilhas”, “grupos de pedal”), festas típicas e eventos regionais. Um prefeito enfatiza: *“Produtos gastronômicos, festas tradicionais, trilhas ecológicas e grupos de pedal são essenciais para atrair turistas”*. Outro destaca a importância econômica do patrimônio ao mencionar *“o Moinho do Vinho e o Túmulo dos Combatentes da Ramada”*, vinculando história a potencial turístico.

Entre as secretárias, as falas reforçam a necessidade de estruturar atrativos locais, apoiar empreendedores e qualificar serviços: *“O turismo pode ser melhor aproveitado ao valorizar e estruturar atrativos locais, criar experiências e apoiar empreendedores locais”*. Os arquitetos apresentam contribuições de caráter técnico e inovador: *“A adoção de estratégias integradas de reabilitação urbana, conciliando conservação patrimonial e uso adaptativo, é a mais eficaz para promover desenvolvimento econômico”*; outro menciona *“a criação de distritos de inovação para recuperar centros históricos e atrair empresas de tecnologia”*. Turismólogos reforçam a necessidade de transformar bens culturais em produtos comercializáveis: *“Catálogo de produtos e transformação dos atrativos em produtos turísticos”*.

Para que uma cidade promova um turismo de qualidade, é fundamental que ofereça infraestrutura adequada, atratividade, prestação de serviços à comunidade e ao visitante. Além desses elementos, o turismo deve incorporar a inclusão social, garantindo que todos possam acessar e usufruir dos equipamentos turísticos em condições de igualdade (Senna, 2022). Quando integrados, os dados quantitativos e qualitativos evidenciam que os municípios possuem ampla diversidade de bens culturais e produtos locais com potencial econômico, mas enfrentam obstáculos estruturais, como a sazonalidade dos eventos, a ausência de canais integrados de comercialização, a falta de capacitação empreendedora e a inexistência de uma política regional coordenada. Dessa forma, a elevada concordância quanto ao potencial econômico da Rota contrasta com avaliações mais críticas sobre as ações efetivamente implementadas.

Do ponto de vista teórico, esses resultados dialogam diretamente com Silva e Miranda (2013), que afirmam que o turismo se configura simultaneamente como uma

prática social associada ao lazer e como um setor capaz de impulsionar metas econômicas, fortalecer o desenvolvimento cultural, estimular atividades esportivas e promover a valorização do ambiente natural. Nessa mesma direção, Mankiw (2013) destaca que os destinos utilizam o turismo como estratégia para explorar suas vantagens comparativas, especialmente aquelas relacionadas aos recursos naturais e culturais, a fim de atrair receitas, gerar divisas, criar empregos e ampliar a arrecadação de impostos. As falas dos participantes confirmam essa articulação: reconhece-se a existência de bens culturais de grande relevância, porém a rota ainda carece de planejamento estruturado, infraestrutura adequada e mecanismos de incentivo à economia criativa.

Relacionando esses achados aos objetivos da dissertação, conclui-se que os participantes reconhecem e valorizam tanto os bens culturais tangíveis, quanto os intangíveis, percebem o turismo como instrumento de desenvolvimento econômico e reconhecem que a Rota das Águas, Culturas e Sabores tem potencial para articular esses bens. Entretanto, as limitações de gestão, comunicação, estrutura e integração regional ainda impedem que esse potencial se converta em desenvolvimento sustentável. A economia cultural existe, mas ainda não está plenamente ativada.

Assim, a categoria Economia demonstra que o desenvolvimento sustentável da Rota depende de fortalecer a economia criativa, estruturar produtos turísticos, apoiar empreendedores, qualificar serviços e construir uma governança econômica capaz de transformar patrimônio em renda, cultura em produto e território em experiência turística articulada.

#### **4.2.3 Preservação Ambiental**

A análise da categoria preservação, construída a partir das escalas *Likert* e das perguntas abertas fornecidas pelos sujeitos da pesquisa, evidencia que os participantes reconhecem amplamente relevância dos bens culturais tangíveis e intangíveis presentes nos municípios do Corede Noroeste Colonial, embora apresentem níveis distintos de confiança à efetividade das ações de preservação vinculadas à Rota das Águas, Culturas e Sabores. No plano quantitativo a preservação é percebida como elemento indispensável ao posicionamento da rota enquanto produto turístico sustentável. Entre os prefeitos, o consenso é marcante, 33,3% concordam parcialmente e 66,7% concordam totalmente que a rota contribui para a preservação do patrimônio cultural tangível, enquanto 44,4% concordam parcialmente e 55,6% concordam totalmente sobre sua contribuição para a

preservação das tradições intangíveis. Não há discordâncias nesse grupo, evidenciando que os gestores municipais compreendem o papel estratégico da cultura no turismo.

Entre as Secretarias de Cultura e Turismo, o cenário é mais heterogêneo, indicando divergências relacionadas às realidades distintas de cada município. Os dados mostram que 30% discordam totalmente, 20% discordam parcialmente, 10% mantêm posição neutra e apenas 40% concordam total ou parcialmente que a rota tem fortalecido ações de preservação cultural. Essa divisão expressiva revela que, embora exista reconhecimento do valor cultural, muitos municípios ainda não conseguiram transformar esse reconhecimento em práticas efetivas de preservação, seja por falta de planejamento, recursos ou integração regional.

No grupo dos arquitetos, a percepção é unanimemente positiva: 100% concordam totalmente que iniciativas como reuso, restauração e reabilitação urbana contribuem diretamente para o desenvolvimento local e para a valorização da identidade regional. Essa homogeneidade expressa uma leitura técnica consolidada, segundo a qual o patrimônio construído ultrapassa sua dimensão simbólica, constituindo-se também como base para estratégias de revitalização urbana e qualificação da atividade turística. Já entre os turismólogos, observa-se uma polarização significativa, com 50% discordando totalmente e 50% concordando totalmente que a Rota auxilia na preservação dos bens culturais, indicando percepções contrastantes relacionadas ao grau de institucionalização das práticas preservacionistas nos diferentes municípios.

Esses resultados convergem com a literatura que compreende o patrimônio cultural, em suas dimensões tangível e intangível, articulado às rotas culturais, como um elemento estratégico para o desenvolvimento territorial. Isso ocorre tanto pelo seu papel na salvaguarda de diferentes expressões patrimoniais quanto por sua capacidade de estruturar uma oferta turística e de lazer voltada a múltiplos atores, incluindo turistas, comunidades locais e agentes econômicos. Ademais, as rotas culturais revelam potencial para impulsionar o desenvolvimento local e consolidar a sustentabilidade do turismo, sob as perspectivas da oferta e da demanda, desde que estejam integradas a políticas públicas consistentes de gestão e preservação (Sousa, 2023).

A interpretação das respostas abertas aprofunda e explica as divergências observadas ao revelar que, embora haja consenso quanto à importância da preservação, os desafios estruturais e operacionais variam significativamente entre os municípios. Essa heterogeneidade pode ser compreendida a partir da concepção de espaço turístico como um espaço socialmente construído, frequentemente inserido no espaço urbano e no

cotidiano das comunidades locais, cujo valor está diretamente associado aos modos de vida, aos valores e aos significados atribuídos pelos habitantes. Nessa perspectiva, o espaço turístico ultrapassa a condição de mero cenário para o visitante, refletindo práticas, memórias e experiências compartilhadas, sendo continuamente transformado pelas interações entre moradores, turistas e políticas públicas (Senna, 2023).

As falas dos participantes evidenciam que a compreensão sobre o patrimônio cultural é amplamente compartilhada, ainda que sua efetiva preservação encontre limites práticos. Os prefeitos mencionam uma diversidade rica de bens culturais materiais e imateriais, como “*arquiteturas históricas*”, “*casas coloniais*”, “*igrejas*”, “*moinhos*”, além de museus importantes, como o Museu Antropológico Diretor Pestana e o Museu dos Imigrantes. Também se destacam elementos simbólicos, como a “*cultura germânica de Panambi*”, “*as ruínas jesuíticas e a Ponte Queimada*”, evidenciando que há uma forte valorização identitária das estruturas físicas que compõem a memória regional. No campo imaterial, aparecem referências recorrentes à gastronomia típica, como o *Käsekuchen*, massas coloniais e festas italianas, reafirmando a importância de saberes, sabores e tradições transmitidas entre gerações. Ao mesmo tempo, os prefeitos demonstram preocupação com riscos que ameaçam a integridade desses bens, mencionando “*lixo*”, “*poluição*”, “*deprecação*” e “*descaracterização*”, revelando que a relação entre turismo e patrimônio exige cuidado permanente.

As secretarias, responsáveis pela operacionalização das políticas culturais, apresentam um olhar mais crítico. Diversas falas reforçam que a preservação “*não vem sendo desenvolvida*” de forma uniforme na região, que falta “*mapeamento dos bens culturais*”, que “*a educação patrimonial precisa ser ampliada*” e que é necessário “*criar um fundo de cultura*” para garantir continuidade das ações. Um ponto sensível aparece quando secretarias afirmam que “*não há encontros regionais para definir prioridades*” e que “*alguns municípios não estão integrados ao roteiro*”, revelando problemas de governança e articulação intermunicipal. Essas falas explicam a heterogeneidade observada nos percentuais da escala *Likert*.

Os arquitetos, por sua vez, expressam uma visão técnica clara e orientada para estratégias de longo prazo. Fala sobre “*reabilitação urbana com uso adaptativo*”, defendem que a “*participação comunitária*” é essencial para legitimar ações de preservação e afirmam a importância de “*incentivos legais*” e da “*economia criativa*” como meios de dinamizar centros históricos e valorizar bens culturais. Uma fala destaca por sua profundidade ao afirmar que “*a arquitetura e o urbanismo podem estruturar a*

*identidade territorial e fortalecer o turismo*”, mostrando que compreender o patrimônio como infraestrutura simbólica é fundamental para sua preservação.

Os turismólogos reforçam a necessidade de profissionalização da gestão dos bens culturais, sugerindo ações como “*catalogar atrativos e transformá-los em produtos turísticos*”, promover eventos integrados e divulgar de maneira mais qualificada o patrimônio regional. Uma das falas resume bem o potencial da rota ao afirmar que “*há potenciais fabulosos, mas pouco explorados*”, o que demonstra tanto a riqueza cultural quanto o subaproveitamento atual.

A integração entre os dados quantitativos e qualitativos revela um quadro nítido: há amplo reconhecimento da importância da preservação cultural, mas esse reconhecimento não se converte de maneira uniforme em ações estruturadas nos municípios. Enquanto alguns gestores e profissionais compreendem profundamente o papel estratégico dos bens culturais, outros enfrentam dificuldades operacionais e institucionais que impedem avanços.

Esses achados dialogam com Milton Santos (2002), para quem o território constitui um sistema indissociável de objetos e ações que, juntos, formam o espaço. Assim, ainda que um território possua inúmeros objetos, como infraestrutura, edificações e equipamentos, sua vitalidade depende das ações que nele se desenvolvem, como usos, fluxos, práticas sociais e decisões coletivas. Um centro histórico, por exemplo, é um objeto material cuja preservação só se sustenta quando articulada às ações culturais, sociais e econômicas que acontecem no local, sem essas ações, o território “morre” e reduz-se a um simples cenário. Nessa mesma direção, Leitão (2024) destaca que a identidade urbana é um conceito amplo e de difícil delimitação, pois deriva da interação complexa entre moradores, arquitetura, trajetória histórica, vivências e significados atribuídos ao espaço. Por isso, torna-se cada vez mais urgente, em escala global, garantir a proteção dessa identidade, sobretudo por meio de ações e políticas de reabilitação urbana que reconheçam, preservem e fortaleçam seus elementos essenciais.

No contexto da Rota das Águas, Culturas e Sabores, os resultados evidenciam que os participantes reconhecem amplamente os bens culturais tangíveis e intangíveis da região e os valorizam como elementos fundamentais da identidade local. No entanto, as percepções coletadas mostram que, embora exista consciência do potencial turístico associado à cultura, esse entendimento ainda não se traduz de forma homogênea em políticas ou ações estruturadas. Observa-se que os bens culturais vêm sendo incorporados à rota, mas de maneira desigual e fragmentada, o que reduz seu potencial de promover

transformação territorial efetiva. As respostas também revelam vínculos afetivos profundos entre a comunidade e seu patrimônio, reforçando o valor simbólico e identitário desses elementos. Contudo, apontam que a consolidação de uma preservação cultural robusta demanda avanços significativos na gestão municipal, na coordenação regional e na formulação de políticas culturais mais integradas e contínuas.

Assim, a análise da categoria Preservação evidencia que, embora a região possua um patrimônio cultural vasto, singular e significativo, ainda existem desafios para a consolidação de práticas efetivas de valorização e proteção desse patrimônio. A preservação cultural, segundo os participantes, é vista como condição essencial para o desenvolvimento sustentável da rota, mas sua efetivação exige investimentos, planejamento, integração e consciência coletiva. A rota possui potencial para articular e fortalecer esses bens culturais, mas seu pleno desenvolvimento depende de uma governança que reconheça o patrimônio como pilar estratégico da identidade e do turismo regional.

#### **4.2.4 Conscientização e Socialização**

A categoria Conscientização e Socialização evidencia a forma como diferentes atores envolvidos na gestão cultural e turística percebem o engajamento comunitário, a comunicação pública e o sentimento de pertencimento associados à Rota das Águas, Culturas e Sabores. Os resultados quantitativos obtidos pelas escalas *Likert* revelam um quadro heterogêneo entre prefeitos, secretarias, arquitetos e turismólogos, indicando percepções divergentes sobre o grau de participação da comunidade e o papel das instituições públicas na sensibilização patrimonial.

Essa heterogeneidade dialoga com a compreensão de que a cultura possui um valor central na constituição dos territórios, uma vez que fortalece características identitárias, memórias coletivas e vínculos simbólicos entre os sujeitos e os lugares. Nesse sentido, o turismo cultural configura-se como um segmento orientado ao deslocamento motivado pela cultura e pela identidade local, sendo utilizado como instrumento de valorização e reconhecimento do patrimônio cultural, tanto material quanto imaterial. Ao promover o contato entre turistas, visitantes e bens culturais, essa modalidade de turismo amplia a visibilidade do patrimônio e potencializa seu reconhecimento social, gerando benefícios simbólicos e econômicos para as localidades envolvidas (Duarte; Andrade, 2024).

Entre os prefeitos, as respostas demonstram uma avaliação amplamente favorável à capacidade da rota de promover valorização identitária. Quando questionados se acreditam que a rota contribui para aumentar o reconhecimento do patrimônio local, 33,3% concordam parcialmente e 66,7% concordam totalmente, evidenciando alinhamento entre o poder público executivo e a proposta de fortalecimento cultural. Contudo, quando se trata da abertura de canais de diálogo com a população, os percentuais se tornam mais distribuídos, 11,1% discordam totalmente, 11,1% discordam parcialmente, 11,1% são neutros, enquanto 33,3% concordam parcialmente e 33,3% concordam totalmente. Essa dispersão aponta que, embora os gestores valorizem a rota em termos simbólicos, reconhecem que a participação social ainda ocorre de forma sistemática. Sobre a participação da comunidade em eventos turísticos ligados a rota, novamente observa-se diversidade, 22,2% são neutros, 33,3% concordam parcialmente e 22,2% concordam totalmente, mas há ainda 22,2% de discordância total ou parcial, indicando que o engajamento não é uniforme entre os municípios.

Já as Secretarias de Cultura e Turismo apresentam percepção mais crítica. Para 40% delas, a comunidade não participa ativamente das atividades de valorização do patrimônio cultural, enquanto 30% mantem posição neutra e apenas 40% expressam concordância total ou parcial. Quando questionadas sobre a atuação do Conselho Municipal de Turismo, 20% discordam totalmente ou parcialmente, 30% são neutras e 50% concordam parcialmente ou totalmente que o COMTUR apoia iniciativas de educação patrimonial. Essa dispersão revela fragilidades de governança, especialmente porque conselhos são espaços institucionalizados para participação social.

Entre os arquitetos, a percepção é bastante positiva, 66,7% concordam totalmente e 33,3% concordam parcialmente que a sua atuação pode contribuir para sensibilizar a comunidade sobre o patrimônio. Não há discordância, indicando que, para esse grupo, a mediação técnica é essencial para promover o engajamento comunitário. Por fim, entre turismólogos, observa-se polarização, 50% discordam totalmente e 50% concordam totalmente que a sua atuação tem potencial para sensibilizar a comunidade. Essa divisão sugere que experiências profissionais distintas influenciam diretamente a percepção sobre o papel do turismo como ferramenta de educação e mobilização social.

A análise qualitativa das respostas abertas aprofunda essas diferenças ao evidenciar como os distintos atores compreendem e operacionalizam a valorização cultural e o engajamento comunitário. Nesse sentido, a interpretação patrimonial pode ser compreendida como um processo educativo e reflexivo voltado à ampliação da

consciência social acerca do patrimônio cultural, buscando aproximar os indivíduos dos bens patrimoniais por meio de experiências significativas. Mais do que transmitir informações, essa prática estimula a apropriação social do patrimônio, favorecendo sua valorização e preservação. Ao articular-se com a educação patrimonial, a interpretação assume caráter formativo, entendendo o patrimônio como uma construção histórico-social que deve estar inserida no cotidiano da sociedade, sendo fortalecida por processos educativos formais e não formais, coletivos e dialógicos (Duarte; Andrade, 2024).

Entre os prefeitos, destaca-se a percepção de que a valorização da identidade municipal deve partir das bases culturais e históricas já reconhecidas pela população. Um deles destaca *“a valorização das pessoas fazem história no município”*, quanto outro menciona explicitamente elementos identitários como *“a forte herança germânica”*, que se expressa na arquitetura, na gastronomia e nos eventos locais. Também aparecem referências à imigração, religiosidade, tradições agrícolas e festas étnicas como elementos centrais da memória social. Além disso, um gestor reforça a importância do turismo de negócios, afirmando que integrar turismo cultural e vocação empresarial pode *“gerar oportunidades de negócios e promover a imagem do município como uma cidade que une tradição e inovação”*. Esses elementos revelam que os prefeitos compreendem a cultura como ativo simbólico e também econômico.

As secretarias explicitam de forma mais direta os desafios de mobilização comunitária. Em alguns municípios, a resposta é objetiva: *“Não vem trabalhando”*, indicando ausência de ações de engajamento. Em outros, aparecem iniciativas como *“eventos culturais e turísticos”*, *“parcerias em escolas e entidades”*, *“projetos educativos”*, *“cursos e feiras”*, além da criação de roteiros patrimoniais, como *“Caminhos do Patrimônio”*, que reúne 19 pontos históricos. Há também relatos de novas iniciativas em desenvolvimento, como *“o resgate cultural da Cuca, como festival municipal”*. A diversidade dessas falas revela que o engajamento ocorre de forma desigual, alguns municípios desenvolvem ações estruturadas, enquanto outros ainda estão nos primeiros passos da sensibilização comunitárias.

Os arquitetos reforçam o papel da mediação técnica como elemento fundamental para promover conscientização. Uma das falas destaca que *“arquitetos podem atuar como mediadores entre patrimônio e comunidade, promovendo processos participativos de educação patrimonial e intervenções colaborativas”*. Outra fala aborda a dimensão formativa *“nas universidades, deve-se ensinar de forma profunda a importância da preservação”*, enfatizando que a formação educacional é base para criar consciência

coletiva. Também a sugestão de “*cursos e capacitações*” como estratégias de aproximar a comunidade da preservação.

Os turismólogos, por sua vez, apresentam falar orientadas à profissionalização da gestão turística. Um deles destaca que a catalogação de atrativos, a estruturação de produtos e sua transformação em experiências tangíveis pode estimular o pertencimento. Outro menciona que “*fóruns de planejamento*” são essenciais para envolver a comunidade na gestão. Também surgem sugestões de estratégias educativas, como a implementação de projetos de Educação para o Turismo nas séries iniciais, reforçando que a sensibilização deve começar na escola.

A integração entre dados quantitativos e qualitativos evidencia convergências e divergências importantes. Em termos de convergência, todos os grupos reconhecem a importância da participação comunitária e da valorização cultural como pilares da rota. Contudo, há divergências claras sobre o nível atual dessa participação, especialmente entre prefeitos e secretárias, e polarização entre turismólogos. Enquanto alguns municípios apresentam iniciativas consolidadas, outros ainda não avançaram na estruturação de práticas de educação patrimonial ou engajamento social.

Essa interpretação aproxima-se da perspectiva de Oliveira, A. (2005), que enfatiza que a participação comunitária, a valorização identitária e os processos de sensibilização são elementos centrais para fortalecer vínculos sociais e consolidar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento territorial. Assim, os resultados desta pesquisa refletem o argumento do autor ao demonstrar que a Rota das Águas, Culturas e Sabores depende da mobilização social e da construção coletiva para alcançar maior efetividade.

Os resultados também dialogam diretamente com os objetivos da pesquisa. Os participantes reconhecem amplamente os bens culturais tangíveis e intangíveis da região, e suas falas revelam vínculos afetivos profundos, especialmente relacionados às tradições, às festas típicas, à gastronomia e aos processos migratórios. Contudo, as percepções indicam que os gestores públicos ainda não conseguem, de forma homogênea, promover as potencialidades turísticas da região com base na participação social. Embora haja iniciativas importantes, a articulação entre bens culturais e o desenvolvimento da rota ainda ocorre de forma fragmentada, prejudicando a consolidação de estratégias coletivas de fortalecimento identitário. Assim, a conscientização, a gestão e a comunicação turística percebidas pelos participantes favorecem parcialmente, mas ainda limitam significativamente, o desenvolvimento sustentável da Rota das Águas, Culturas e Sabores. Para avançar, torna-se necessário fortalecer práticas de educação patrimonial,

ampliar espaços de participação comunitária e consolidar mecanismos de governança regional que promovam pertencimento, coesão territorial e identidade compartilhada.

#### **4.2.5 Categoria emergente: Percepções sobre a Promoção do Bens Culturais Tangíveis e Intangíveis da Rota**

A categoria emergente identificada na análise qualitativa decorre de duas perguntas abertas direcionadas aos participantes, cujo objetivo foi ampliar a compreensão sobre as formas de valorização dos bens culturais tangíveis e intangíveis no contexto da Rota das Águas, Culturas e Sabores, bem como identificar os elementos simbólicos que representam cada município. As respostas fornecidas revelam sentidos compartilhados, interpretações singulares e padrões discursivos que ultrapassam as quatro categorias previamente definidas, justificando a consolidação de uma nova categoria interpretativa voltada à valorização dos bens culturais e identidade territorial.

A primeira pergunta, destinada às secretarias de turismo e cultura, turismólogos e arquitetos, abordou as estratégias de promoção dos bens culturais da região. As secretarias enfatizaram fortemente a necessidade de ampliar a divulgação regional e de integrar patrimônio material e imaterial. Uma gestora exemplifica essa perspectiva ao afirmar que é necessário “*trabalhar com divulgação regional dos eventos do município*”, citando jantares tradicionais, concursos de vinho e eventos religiosos. Outra secretaria reforça que “*os bens culturais podem ser promovidos de forma integrada, unindo patrimônio cultural e imaterial em experiências autênticas*”, destacando ainda a importância da criação de roteiros e da revitalização de monumentos. Essas falas se aproximam do entendimento de Arantes (2009), para quem a compreensão do patrimônio cultural exige reconhecer a pluralidade de práticas, valores e representações existentes nos territórios. Ao afirmar que, “as interconexões dos vários aspectos de uma cultura não resultam em uniformidade nem homogeneidade” (Arantes, 2009, p.181), o autor reforça a necessidade de abordagens integradas que articulem bens materiais e imateriais e valorizem a diversidade cultural. Tal perspectiva legitima estratégias cooperadas, como divulgação conjunta e a criação de roteiros integrados, capazes de ampliar a visibilidade da rota e fortalecer a identidade regional.

Os turismólogos, por sua vez, apresentam uma leitura orientada à experiência em total sintonia com o turismo criativo discutido por Richards (2011). Para um deles, a promoção da rota deve ocorrer por meio da criação de “*experiências únicas, que envolvam dança, música, resgate histórico e gastronomia*”. Outro destaca a necessidade

de *“eventos itinerantes dentre os municípios envolvidos, divulgação pelas redes sociais e venda dos roteiros por agências de turismo”*. Essas percepções dialogam diretamente com Marujo (2015), para quem os eventos culturais constituem instrumentos privilegiados de valorização do patrimônio tangível e intangível, uma vez que articulam práticas comunitárias, memória coletiva e manifestações identitárias capazes de fortalecer o sentimento de pertença e qualificar a experiência turística.

As respostas dos arquitetos acrescentam uma reflexão mais profunda sobre patrimônio, identidade e pertencimento, dialogando diretamente com Choay (2001). Um dos profissionais, enfatiza que os bens culturais podem ser promovidos por meio de *“experiências turísticas imersivas que articulem arquitetura, paisagem e identidade local”*, defendendo que a requalificação dos espaços fortalece o pertencimento e impulsiona o desenvolvimento sustentável. Outro arquiteto problematiza ações culturais esporádicas, afirmando que determinadas práticas *“se limitam a um período específico do ano”*, o que reduz a identificação da comunidade, e argumenta que é preciso *“pensamento interligado, para criar ações de fomento do turismo, como a Serra Gaúcha desenvolve”*. Essa interpretação converge com Batista (2005), para quem a memória e a identidade constituem elementos essenciais do turismo cultural. Conforme o autor explicita, a memória é dinâmica e constantemente rememorada no presente, funcionando como base da identidade coletiva e do enraizamento social, o que reforça a importância de estratégias permanentes de ativação simbólica e valorização cultural, para além de iniciativas pontuais.

A segunda pergunta, destinada aos prefeitos, buscou identificar quais bens culturais e históricos representam cada município. As respostas demonstraram forte valorização da herança imigratória, especialmente germânica, expressa na arquitetura, na culinária e nos costumes locais. Um prefeito afirma que sua cidade se caracteriza pela *“história e comida típica da culinária alemã”*, enquanto outro destaca que o seu município é marcado pela *“forte herança germânica, visível na arquitetura, na gastronomia e nas tradições locais”* e pelo festival do Käsekuchen, que integra dança, culinária e memória comunitária. Também aparecem elementos simbólicos como *“as pessoas que fizeram história no município”*, tradições agrícolas, religiosidade, agroindústrias, CTG's e marcos históricos como o *“Túmulo dos combatentes”*, apontado como patrimônio de *“potencial histórico se for divulgado de maneira correta”*.

Essa valorização dos símbolos identitários encontra fundamento direto no quadro teórico apresentado por Veiga (2022), para quem o patrimônio cultural constitui um

instrumento estratégico para o desenvolvimento territorial, pois cria condições de reforçar identidade cultural das populações, bem como a salvaguarda do saber-fazer tradicional. Ainda, para autora, frente as dinâmicas contemporâneas da globalização, se apresenta uma necessidade de redescobrir e fortalecer a identidade cultural, como também de proteger o patrimônio como fator de unidade (Veiga, 2022). Assim, os elementos destacados pelos prefeitos, como festividades, gastronomia, arquitetura, memória comunitária e marcos históricos, não apenas revelam aquilo que as comunidades reconhecem como expressões centrais da sua identidade, mas configuram, conforme destaca Veiga, ativos culturais essenciais para o fortalecimento cultural e para a consolidação da Rota das Águas, Culturas e Sabores enquanto projeto regional de desenvolvimento.

A análise integrada desses conteúdos demonstra que a categoria emergente evidencia a compreensão coletiva de que a Rota das Águas, Culturas e Sabores só se consolidará plenamente quando os bens culturais, materiais e imateriais, forem articulados em experiências significativas, estratégias de governança regional e ações contínuas de valorização e preservação. Esse processo exige superar práticas fragmentadas ou pontuais, promovendo uma abordagem integrada capaz de transformar o patrimônio cultural em ativo territorial estratégico.

#### 4.3 DESAFIOS E POTENCIALIDADES PARA A INTEGRAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO REGIONAL

A análise das entrevistas realizadas com secretarias de turismo e cultura, turismólogos, arquitetos e prefeitos permitiram identificar um conjunto de desafios e possibilidades relacionados à consolidação da Rota das Águas, Culturas e Sabores. A partir das categorias analíticas e da categoria emergente, torna-se possível compreender como os bens culturais tangíveis e intangíveis se articulam ao desenvolvimento territorial e ao fortalecimento do turismo cultural na região.

##### 4.3.1 Infraestrutura

A análise da categoria Infraestrutura, no contexto dos desafios para integrar o patrimônio cultural ao desenvolvimento turístico regional, evidencia que as limitações estruturais não apenas comprometem a experiência do visitante, mas dificultam a articulação territorial necessária para que a Rota das Águas, Culturas e Sabores se

consolide como circuito cultural integrado. Essa constatação dialoga diretamente com a concepção de Santos (1996) sobre o meio técnico-científico-informacional, segundo a qual a infraestrutura não é mero suporte físico, mas o conjunto de condições que permite a circulação, a comunicação e a realização das práticas sociais no território. Onde essas condições são frágeis, o território se torna fragmentado, e sua capacidade de produzir significados comuns, elemento essencial à valorização cultural é reduzida.

O primeiro aspecto crítico refere-se à fragmentação territorial decorrente dos acessos irregulares e da baixa continuidade viária. A precariedade das estradas, embora já diagnosticada na seção anterior, assume aqui outra dimensão, o impacto mais profundo recai sobre a impossibilidade de conectar, de forma contínua, bens culturais distribuídos pelos diferentes municípios. A dificuldade de circulação entre áreas rurais, comunidades de imigração, paisagens naturais e centros urbanos impede que o visitante perceba a rota como um conjunto articulado de referências culturais, produzindo uma experiência fragmentada e pouco fluida. Assim, a infraestrutura viária deficitária atua como barreira física e simbólica, limitando a construção de narrativas territoriais compartilhadas.

A ausência de sinalização integrada, por sua vez, compromete a visibilidade e a interpretação dos patrimônios locais. Se na seção anterior a sinalização aparece como insuficiência técnica, aqui ela se configura como elemento estratégico para a mediação cultural, uma vez que orientada, contextualiza e conecta diferentes marcos patrimoniais. Se um sistema padronizado, a rota perde legibilidade territorial, o visitante não identifica trajetos, não compreende a lógica cultural que organiza os atrativos e, em muitos casos, desconhece a existência de bens relevantes. A falta de sinalização interpretativa também dificulta a comunicação dos valores culturais associados a práticas rurais, memórias comunitárias, paisagens produtivas e edificações históricas, reduzindo a profundidade da experiência turística.

A carência de equipamentos de apoio, como espaços de acolhimento, banheiros, estacionamento e estruturas de acessibilidade, exerce influência direta sobre a permanência do visitante e, conseqüentemente, sobre a apropriação do patrimônio cultural. Patrimônios rurais, museus comunitários, igrejas históricas e sítios naturais tornam-se menos acessíveis quando não existem condições básicas para receber diferentes perfis de turista, especialmente aqueles que demandam infraestrutura universal. Esse aspecto dialoga com Gehl (2013), para quem “quanto melhor a qualidade do espaço público, mais atividades opcionais acontecem e maior é o tempo de permanência”. Assim, a ausência de infraestrutura adequada reduz o tempo de uso e a experiência do visitante

nos atrativos. Conforme Gehl (2013), a permanência dos usuários nos espaços públicos depende da criação de ambientes confortáveis, seguros e estimulantes, concebidos em escala humana, capazes de favorecer atividades opcionais, como sentar, conversar e observar o movimento. Quanto maior a qualidade do espaço, maior o tempo de permanência das pessoas, o que reforça a importância de equipamentos de apoio como elementos essenciais para qualificar a fruição do patrimônio cultural.

As contribuições de arquitetos e turismólogos reforçam a necessidade de tratar a infraestrutura não apenas como obra física, mas como componente estruturante do projeto territorial-cultural. As propostas relacionadas à criação de áreas de interesse cultural, à adoção de princípios de Destinos Turísticos Inteligentes (DTI) e à valorização do patrimônio construído apontam para caminhos capazes de integrar infraestrutura, identidade e sustentabilidade. Essas perspectivas sinalizam que investimentos em infraestrutura devem ser acompanhados de diretrizes culturais, de leitura do território e de políticas públicas continuadas.

De modo geral, os dados da análise da categoria Infraestrutura evidencia três eixos centrais:

- 1) **Precariedade dos acessos e descontinuidade viária:** A circulação entre os municípios e até os atrativos é comprometida por estradas rurais sem manutenção, trechos intransitáveis em períodos de chuva e a necessidade de melhorias nas rodovias BR-158 e BR-285. Essa condição impede a conexão territorial e dificulta a articulação da rota como percurso integrado, restringindo a experiência turística e dificultando o acesso ao patrimônio cultural.
- 2) **Ausência de sinalização turística integrada e padronizada:** A falta de placas indicativas e interpretativas, distribuídas de forma uniforme e articulada entre os municípios, reduz a legibilidade da rota. Sem orientação adequada, o visitante não identifica trajetos, perde referências patrimoniais e não compreende a lógica cultural que organiza o território, comprometendo a mediação e o reconhecimento dos bens culturais.
- 3) **Carência de equipamentos e fragilidade institucional para qualificação da infraestrutura:** A inexistência de banheiros, estacionamentos, espaços de acolhimento, acessibilidade e apoio ao visitante, somada à falta de equipes técnicas especializadas e de planejamento de longo prazo, limita a transformação dos atrativos em produtos turísticos estruturados e prejudica a experiência do

visitante. Essas fragilidades dificultam a qualificação dos espaços e reduzem o potencial de valorização do patrimônio cultural.

Dessa forma, a categoria infraestrutura, no âmbito de integração do patrimônio cultural, revela que as limitações existentes representam mais que dificuldades materiais: configuram obstáculos à conexão territorial, à medição cultural e à construção de uma rota coerente. A superação desses desafios exige planejamento regional articulado, investimentos contínuos e fortalecimento institucional, de modo que os bens culturais, hoje reconhecidos, mas pouco acessíveis possam integrar uma experiência turística plena, unitária e representativa da diversidade cultural no Noroeste Colonial.

#### **4.3.2 Economia Local**

A categoria economia local revela que o potencial turístico-cultural da região pode se converter em vetor de dinamização econômica, mas que sua efetivação ainda depende de condições estruturais e organizacionais que permitam integrar produtos culturais, patrimônio e atividades econômicas de forma articulada. Nas percepções dos participantes, o turismo associado à Rota das Águas, Culturas e Sabores é reconhecido como uma oportunidade significativa para gerar emprego, ampliar o consumo de produtos locais e fortalecer cadeias econômicas existentes. Contudo, a ausência de estrutura adequada, de apoio institucional e de estratégias coordenadas entre os municípios limita a transformação dessas potencialidades em resultados concretos.

De modo geral, prefeitos, Secretarias, arquitetos e turismólogos expressam concordância quanto à capacidade do turismo cultural de impulsionar a economia regional. Entre os gestores municipais, a expectativa é amplamente positiva: a maior parte concorda que a implementação da rota pode promover avanços no desenvolvimento regional, gerar empregos e promover setores como gastronomia, comércio local e serviços. Ainda assim, quando questionados sobre iniciativas efetivas para promover produtos vinculados à rota, as respostas revelam que muitos municípios possuem ações incipientes, concentradas em poucos segmentos. Em alguns casos, a ausência de programas estruturados se traduz em avaliações mais críticas, indicando que as iniciativas ainda não são suficientes para gerar impacto amplo.

Entre as Secretarias de Turismo e Cultura, prevalece a percepção de que o turismo cultural possui forte potencial para diversificar as economias municipais, especialmente ao valorizar produtos e identidades locais. As respostas abertas evidenciam uma compreensão sobre a necessidade de estruturar atrativos, criar roteiros, apoiar

empreendedores, promover eventos e qualificar serviços como caminhos para ampliar renda e circulação de visitantes. No entanto, também revelam que, sem divulgação integrada, investimentos contínuos e fortalecimento das capacidades municipais, essas ações tendem a permanecer pontuais e pouco articuladas.

A perspectiva dos arquitetos reforça a relação entre preservação cultural e economia local, destacando que projetos voltados à restauração, ao uso adaptativo de edificações históricas e à reabilitação urbana podem estimular novos usos, atrair visitantes e ativar o comércio. Para esse grupo, a economia local pode ser fortalecida quando o patrimônio passa a integrar estratégias de desenvolvimento, seja por meio de modelos como economia criativa, seja pela promoção de ambientes mais atrativos para negócios, circulação e eventos. As falas também destacam a necessidade de incentivos legais, mecanismos de participação comunitária e políticas urbanas que estimulem atividades produtivas em áreas históricas.

Os turismólogos, por sua vez, destacam que a valorização do patrimônio cultural pode gerar benefícios econômicos quando acompanhada pela estruturação de produtos turísticos, organização de eventos, integração regional e fortalecimento de empreendedores locais. As contribuições revelam que a região possui “*potenciais fabulosos*”, mas ainda pouco utilizados, principalmente pela falta de interligação entre iniciativas culturais e estratégias econômicas. Esse distanciamento reforça a necessidade de transformar atrativos dispersos em produtos turísticos articulados, capazes de gerar demanda e, conseqüentemente, dinamizar a economia local.

No conjunto, a análise evidencia três desafios principais:

- 1) **Baixa estruturação dos produtos culturais e turísticos como motores econômicos:** Embora reconheçam o potencial cultural da região, muitos municípios ainda não conseguem transformar seus atrativos, como gastronomia típica, festas étnicas, edificações históricas e roteiros rurais, em produtos turísticos estruturados. A falta de organização, de continuidade e de padronização dificulta a criação de experiências integradas capazes de gerar renda, ampliar o consumo local e fortalecer cadeias produtivas associadas ao turismo.
- 2) **Falta de integração regional e de estratégias coordenadas para fortalecer a economia:** As ações econômicas ligadas ao turismo ainda são fragmentadas e desenvolvidas isoladamente por cada município, sem articulação territorial ou políticas conjuntas. Essa ausência de integração reduz o impacto econômico agregado, dificulta a criação de rotas temáticas, limita a circulação do visitante e

enfraquece a promoção regional, comprometendo a competitividade da rota em perspectiva ampliada.

- 3) **Fragilidade institucional e insuficiência de políticas públicas de apoio aos empreendedores locais:** A escassez de recursos, de equipes técnicas e de instrumentos de gestão limita o apoio a empreendedores, artesãos, produtores rurais, agentes culturais e negócios turísticos. Sem incentivos estruturados, capacitação contínua e planejamento de longo prazo, as iniciativas econômicas permanecem pontuais, dificultando a consolidação de um ambiente favorável ao desenvolvimento econômico sustentável baseado no patrimônio cultural.

O debate apresentado por Araújo *et al.* (2017) reforça essa compreensão ao destacar que o turismo cultural, quando articulado ao desenvolvimento local, depende de processos participativos, valorização da identidade territorial e estratégias de gestão sustentável. Segundo os autores, os benefícios econômicos duradouros do turismo só se concretizam quando cultura, território e participação comunitária são integrados, o que converge com as percepções observadas na região do Noroeste Colonial, onde a ausência de planejamento coordenado e a fragilidade institucional limitam a conversão do potencial cultural em dinamização econômica efetiva.

Apesar dos desafios, o conjunto de falas demonstra um consenso significativo, o patrimônio cultural tangível e intangível, pode desempenhar papel central na dinamização da economia regional, desde que seja valorizado, interpretado, estruturado e promovido com intencionalidade. A região dispõe de um mosaico expressivo de recursos, que incluem gastronomia típica, museus, festas étnicas, edificações históricas, paisagens naturais e manifestações tradicionais. Todavia, para que esses elementos se convertam em oportunidades econômicas efetivas, é necessário avançar na criação de produtos qualificados, fortalecer o planejamento regional e estabelecer estratégias colaborativas entre os municípios.

Assim, a categoria economia local mostra que o desenvolvimento econômico decorrente do turismo cultural depende menos da existência de recursos e mais da capacidade de organizá-los estrategicamente. A integração entre patrimônio, empreendimentos, eventos, comunidades e governo municipal emerge como condição indispensável para transformar o potencial existente em crescimento econômico real, sustentável e articulado em escala regional.

### **4.3.3 Preservação Ambiental**

A categoria Preservação Cultural evidencia que a integração entre patrimônio material e imaterial é percebida pelos participantes como potencial estratégico para o desenvolvimento da Rota das Águas, Culturas e Sabores. Contudo, os dados também revelam fragilidades que limitam a consolidação de uma política regional de valorização cultural articulada, sobretudo pela ausência de ações estruturadas, da falta de recursos e da dificuldade de coordenação entre os municípios.

Nas percepções dos prefeitos, o turismo aparece como oportunidade concreta de fortalecimento dos bens culturais, tanto tangíveis quanto intangíveis. A maioria expressa otimismo quanto ao papel da rota na preservação de monumentos, edificações históricas, casas coloniais, moinhos, igrejas e sítios religiosos, sobretudo aqueles vinculados às tradições de imigração, ao patrimônio rural e à memória regional. Da mesma forma, mostram-se confiantes de que festas típicas, gastronomias tradicionais, danças, costumes e práticas comunitárias podem ganhar visibilidade e continuidade a partir da ampliação do fluxo turístico. As falas demonstram que muitos gestores reconhecem que a identidade cultural regional constitui um diferencial competitivo da rota, mas que precisa ser organizada e valorizada de forma integrada.

Os relatos qualitativos reforçam que há grande diversidade de bens culturais a serem preservados e incorporados ao turismo, como prédios históricos, espaços religiosos, casas enxaimel,<sup>3</sup> museus, marcos da Coluna Prestes, ruínas, paisagens simbólicas e festas tradicionais. Esse conjunto demonstra que a região possui um patrimônio disperso, porém expressivo, capaz de construir circuitos temáticos que articulem história, cultura e paisagem. No entanto, as falas também revelam que muitos desses bens apresentam fragilidades de conservação, dependem de recursos externos e carecem de manutenção, o que reforça a necessidade de políticas mais consistentes.

Entre os desafios apontados pelos prefeitos, destaca-se a preocupação com a possível descaracterização de manifestações culturais e lugares históricos diante do aumento do turismo. Alguns participantes alertam para o risco de que a busca por atratividade possa levar a comercialização excessiva ou a perda da autenticidade das tradições locais. Outros indicam riscos de dano físico ao patrimônio devido ao aumento de visitantes sem manejo adequado, à falta de controle de acesso ou à ausência de manutenção preventiva. Essas preocupações dialogam com a literatura, que destaca que

---

<sup>3</sup> As **casas enxaimel** são edificações construídas com uma **estrutura de madeira aparente**, na qual os vãos são preenchidos com materiais como taipa, tijolos ou pedra. Essa técnica construtiva foi trazida por imigrantes alemães a partir do século XIX e constitui um importante **bem cultural material**.

“os eventos culturais, ao mobilizarem comunidades e visitantes, podem assumir papel relevante na ativação e preservação do patrimônio, mas exigem gestão cuidadosa para evitar que a pressão turística comprometa os valores simbólicos associados aos bens culturais” (Marujo, 2015, p. 29). Há ainda quem destaque a falta de recursos públicos, a escassez de infraestrutura de apoio e a vulnerabilidade ambiental como fatores que podem comprometer os esforços de preservação.

A perspectiva das secretarias municipais reforça que, embora reconheçam a importância da preservação cultural, muitos municípios ainda não desenvolvem ações consolidadas. As respostas indicam desde a inexistência de iniciativas até a presença de ações pontuais, como eventos culturais, patrocínios isolados e práticas básicas de incentivo à cultura local. Por outro lado, algumas secretarias apresentam propostas mais estruturadas, como mapeamento dos bens culturais, criação de fundos de cultura, educação patrimonial, parcerias com universidades, roteirização turística e planejamento compartilhado entre setores públicos e privados. A diversidade das respostas revela um cenário heterogêneo, no qual alguns municípios já avançam em estratégias de preservação, enquanto outros procuram construir instrumentos de gestão cultural ainda inexistentes. Esse quadro é coerente com a literatura, que aponta que [...] a preservação cultural no Brasil ainda enfrenta limitações decorrentes da fragilidade institucional e da ausência de políticas contínuas” (Pires, 2015, p. 38), evidenciando que os desafios identificados na região reproduzem dificuldades estruturais presentes em outras escalas do território nacional.

Os arquitetos contribuem com uma leitura técnica que reforça a centralidade da preservação no desenvolvimento turístico. Destacam estratégias como reabilitação urbana integrada, uso adaptativo de edifícios históricos, distritos de inovação em áreas centrais e políticas de incentivo para preservação em propriedades privadas. Também enfatizam que a valorização da identidade e o fortalecimento do pertencimento são fundamentais para que a preservação cultural se traduza em regeneração urbana e dinamização econômica. Suas falas apontam que o patrimônio deve ser visto como ativo vivo, capaz de gerar oportunidades quando conectado a projetos de desenvolvimento territorial.

Os turismólogos, embora apresentem opiniões divididas, ressaltam que o patrimônio cultural, quando transformados em produto turístico estruturado, pode ativar a economia local, fortalecer eventos, ampliar o fluxo de visitantes e criar oportunidades para empreendedores. Eles reforçam que iniciativas como catálogos de produtos, eventos regionais e integração entre empreendimentos podem fortalecer a preservação ao garantir

uso, visibilidade e significado social ao patrimônio. Também alertam que, apesar dos potenciais existentes, a região ainda utiliza pouco seus recursos culturais de forma articulada.

De modo geral, a análise da categoria Preservação Cultural evidencia quatro eixos centrais:

- 1) **Potencial reconhecido:** há consenso de que o patrimônio cultural pode fortalecer o turismo, consolidar identidades e promover desenvolvimento regional.
- 2) **Patrimônio disperso e diversificado:** a região possui bens materiais e imateriais de grande valor, mas distribuídos de forma desigual e com distintos níveis de conservação.
- 3) **Fragilidades institucionais e operacionais:** muitos municípios carecem de políticas efetivas de preservação, recursos financeiros, planejamento e capacidade técnica.
- 4) **Riscos e tensões:** há preocupação com descaracterização cultural, impacto sobre bens físicos, uso inadequado e perda de autenticidade se o turismo não for planejado de modo responsável.

Em síntese, essa categoria demonstra que a integração do patrimônio cultural ao desenvolvimento turístico regional depende tanto da proteção e valorização dos bens existentes quanto da construção de mecanismos de gestão compartilhada. É necessário articular preservação, planejamento e participação comunitária, garantindo que o turismo seja um aliado e não uma ameaça à memória, às tradições e à identidade cultural do Noroeste Colonial.

#### **4.3.4 Conscientização e Socialização**

A categoria Conscientização e Socialização evidencia que a participação da comunidade, o diálogo entre gestão pública e população e a valorização das identidades locais são dimensões essenciais para que a Rota das Águas, Culturas e Sabores se consolide como projeto territorial compartilhado. Embora exista reconhecimento generalizado de que o turismo cultural pode fortalecer o sentimento de pertencimento e ampliar o reconhecimento do patrimônio, os dados revelam que a articulação entre sociedade e poder público ainda ocorre de forma desigual entre os municípios da região resultando em fragilidades institucionais e baixa participação social.

Os prefeitos demonstram, em sua maioria, expectativas positivas quanto à capacidade da Rota de promover reconhecimento e valorização do patrimônio histórico-

cultural, indicando que a iniciativa pode ampliar a visibilidade das tradições locais, enriquecer a identidade municipal e fortalecer a atratividade turística. No entanto, quando avaliam os canais de participação e diálogo com a população, as percepções são mais moderadas e heterogêneas. Embora parte dos gestores considere que há abertura para ouvir a comunidade, outra parcela indica que esses mecanismos não são suficientemente estruturados, o que sugere que a participação social ainda depende de práticas pontuais, e não de processos consolidados.

A análise sobre a participação da comunidade em eventos e ações culturais também revela ambivalências. Enquanto alguns gestores afirmam que a população participa ativamente, outros apontam que o engajamento ainda é limitado, variando conforme o perfil cultural de cada município, a continuidade das políticas culturais e a capacidade de mobilização local. As falas abertas reforçam essa percepção: há municípios que valorizam fortemente comidas típicas, festas religiosas, tradições de imigração e representações rurais, enquanto outros reconhecem dificuldades, especialmente onde os vínculos culturais foram fragilizados ou encontram pouca institucionalização. Essa discussão encontra respaldo na literatura, uma vez que a autora enfatiza que a participação da comunidade é fundamental para que os eventos reforcem pertencimento, identidade e preservação cultural, evitando tensões socioculturais (Marujo, 2015).

Entre as Secretarias de Turismo e Cultura, observa-se um entendimento de que o envolvimento comunitário é fundamental, mas os dados demonstram que essa participação ainda é fragmentada. Em muitas localidades, ações estruturadas de educação patrimonial são incipientes ou inexistentes, e algumas secretarias reconhecem claramente que *“não vem sendo trabalhado”* o engajamento da população. Por outro lado, há iniciativas que se destacam, como roteiros autoguiados focados na história local, eventos participativos, parcerias com escolas, resgate de tradições gastronômicas e reuniões promovidas por conselhos municipais. Apesar disso, esses avanços não constituem uma política regional consolidada, evidenciando que a capacidade de mobilização depende muito mais da iniciativa de cada município do que de uma estratégia compartilhada na rota.

Os arquitetos reforçam a importância da mediação entre conhecimento técnico e saber comunitário. Para esse grupo, a sensibilização da população passa por processos educativos, oficinas colaborativas, intervenções participativas e formação acadêmica que valorize o patrimônio como parte da vida cotidiana. As contribuições apontam que o sentimento de pertencimento pode ser fortalecido quando a comunidade é convidada a

participar da ressignificação e do uso social dos espaços históricos. Esse diálogo entre técnica e comunidade é percebido como elemento fundamental para que o patrimônio não seja apenas preservado, mas também apropriado pelos moradores como parte viva de sua identidade.

Os turismólogos apresentam perspectivas complementares. Para eles, o envolvimento comunitário depende da capacidade de transformar atrativos em produtos turísticos que façam sentido para os moradores, estimulando o orgulho local e a participação coletiva. Estratégias como fóruns de planejamento, projetos de educação para o turismo nas escolas e ações de comunicação que valorizem as potencialidades locais são mencionados como caminhos para ampliar a conscientização e o uso social dos bens culturais. Ainda assim, a divisão nas respostas, metade concorda totalmente com o papel dos profissionais nessa mobilização e metade discorda totalmente, revela a existência de diferentes realidades territoriais e percepções sobre a maturidade institucional do turismo na região.

Os dados permitem identificar três principais desafios da categoria:

- 1) **Participação comunitária desigual:** apesar do reconhecimento da importância da identidade local, o engajamento da população varia significativamente entre os municípios, dependendo da existência de conselhos ativos, de eventos consolidados e de políticas de valorização cultural.
- 2) **Fragilidade dos mecanismos de diálogo:** muitos municípios ainda não possuem canais claros para ouvir e incorporar sugestões da população, o que dificulta a construção de projetos turísticos legitimados socialmente.
- 3) **Ausência de programas contínuos de educação patrimonial:** a falta de ações permanentes nas escolas, nos conselhos, nas entidades culturais, limita a formação de consciência coletiva sobre o valor do patrimônio cultural.

Apesar desses desafios, as potencialidades são expressivas. As falas demonstram que a comunidade reconhece seus bens culturais, identifica tradições que precisam ser valorizadas e aponta caminhos para fortalecer identidades locais. Muitas iniciativas relatadas, como festivais gastronômicos, roteiros do patrimônio, projetos escolares, festas típicas e práticas colaborativas, revelam um território que possui base cultural rica e população sensível ao tema, ainda que faltem estrutura, planejamento e continuidade.

Assim, a categoria Conscientização e Socialização evidencia que o desenvolvimento turístico regional só se consolidará plenamente quando houver processos de participação comunitária mais amplos, mecanismos estáveis de diálogo e

estratégias permanentes de educação patrimonial. Promover a integração entre poder público, comunidade e profissionais das áreas de turismo, cultura e arquitetura é condição essencial para que a rota seja reconhecida não apenas como produto turístico, mas como expressão coletiva da identidade cultural do Noroeste Colonial.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A presente dissertação analisa o papel dos bens culturais tangíveis e intangíveis como indutores do desenvolvimento turístico na Rota das Águas, Culturas e Sabores, localizada na região do Corede Noroeste Colonial (RS). A investigação fundamenta-se na identificação e interpretação das percepções de gestores municipais, representantes das Secretarias de Turismo e Cultura, arquitetos e turismólogos, considerando os desafios, as potencialidades e as dinâmicas institucionais envolvidas no processo de implementação da Rota

A análise dos bens culturais tangíveis e intangíveis da região do Corede Noroeste Colonial evidencia que o território concentra uma expressiva diversidade histórica, cultural, natural e gastronômica, capaz de sustentar estratégias de desenvolvimento turístico de caráter integrado e sustentável. Os resultados apontam que a Rota das Águas,

Culturas e Sabores emerge em um contexto favorável, marcado pela existência de práticas culturais consolidadas, eventos tradicionais e iniciativas pontuais, de valorização do patrimônio cultural nos municípios. Quando articulados de forma sistêmica, esses elementos configuram um mosaico consistente de potencialidades para a estruturação e o fortalecimento do turismo cultural em escala regional.

O estudo evidenciou que os bens culturais tangíveis, como museus, edificações históricas, paisagens naturais, práticas religiosas e espaços de lazer coexistem com um conjunto igualmente expressivo de bens culturais imateriais, a exemplo de festas típicas, culinária tradicional, modos de fazer, narrativas comunitárias e memórias coletivas. Essa articulação revela um território culturalmente diversificado e simbolicamente rico, porém marcado por diferentes níveis de preservação, gestão e visibilidade institucional. Essa heterogeneidade aponta para a necessidade de políticas públicas contínuas e integradas, do fortalecimento da cooperação intermunicipal e da adoção de estratégias qualificadas de comunicação, mediação e interpretação do patrimônio, de modo a potencializar sua inserção em dinâmicas de turismo cultural sustentável.

Sob a perspectiva da gestão pública, constatou-se que os municípios reconhecem o turismo como um vetor estratégico de desenvolvimento econômico, social e cultural. Todavia, esse reconhecimento ainda não se traduz, de forma consistente, em estruturas institucionais consolidadas e em políticas públicas contínuas. Persistem fragilidades significativas, tais como a descontinuidade administrativa decorrente das alternâncias de governo, a atuação incipiente de Conselhos Municipais de Turismo e Cultura, a carência de equipes técnicas qualificadas e multidisciplinares, a limitação de recursos financeiros e a ausência de um planejamento territorial integrado em escala regional.

Não obstante essas restrições, observa-se um consenso entre os gestores entrevistados quanto ao potencial do turismo para promover a geração de renda, a diversificação das atividades produtivas, o fortalecimento das identidades locais e a valorização das tradições culturais. Essa convergência indica que a Rota das Águas, Culturas e Sabores pode constituir-se como um instrumento articulador de políticas públicas e ações intermunicipais, desde que acompanhada do fortalecimento institucional, da cooperação entre entes locais e da adoção de mecanismos de governança participativa.

Os resultados indicam, ainda, que a Rota das Águas, Culturas e Sabores, embora recente em sua concepção, apresenta condições concretas para sua consolidação como produto turístico regional estruturado. Todavia, sua efetivação depende de avanços simultâneos em eixos estratégicos e interdependentes. Destacam-se, nesse sentido,

iniciativas para estruturar uma governança intermunicipal, criação e institucionalização de Conselhos, em alguns municípios a elaboração de Planos Municipais de Turismo e Cultura; a ampliação de investimentos em infraestrutura básica, a integração entre políticas de preservação do patrimônio cultural. A convergência desses fatores revela-se fundamental para assegurar a sustentabilidade, a continuidade e a efetiva inserção da Rota no contexto das políticas públicas e das dinâmicas territoriais do Corede Noroeste Colonial.

Com base na literatura especializada e na análise empírica desenvolvida, confirma-se que a preservação do patrimônio cultural material e imaterial, porém, não deve ser concebida apenas como a conservação da memória ou como um fim em si mesma, mas como um instrumento estratégico de planejamento territorial, capaz de orientar processos de desenvolvimento local ancorados na identidade, na participação social e na sustentabilidade.

Nesse contexto, o turismo cultural, quando planejado de forma responsável, participativa e articulada, revela-se um vetor relevante para o fortalecimento da cidadania, para a construção do sentimento de pertencimento e para a dinamização econômica baseada na valorização das referências culturais locais. Essa abordagem reforça a necessidade de alinhar preservação, uso turístico e reconhecimento social do patrimônio, de modo a evitar tanto a mercantilização e a descaracterização cultural quanto a subutilização e o esvaziamento simbólico dos bens patrimoniais.

Este estudo contribui para ampliar a compreensão das relações entre cultura, patrimônio e turismo no contexto do Corede Noroeste Colonial, ao evidenciar o potencial dos bens culturais tangíveis e intangíveis como elementos estruturantes de estratégias de desenvolvimento territorial. Ao oferecer subsídios analíticos e reflexivos, a pesquisa pode apoiar a atuação de gestores públicos, pesquisadores e agentes culturais na formulação de políticas, programas e projetos voltados à valorização do patrimônio e à qualificação do turismo regional.

Como principal limitação, destaca-se o fato de a investigação ter se concentrado nas percepções de gestores municipais, representantes das Secretarias de Turismo e Cultura, arquitetos e turismólogos, não contemplando outros segmentos sociais cujas perspectivas poderiam aprofundar e diversificar a análise, como moradores locais, empreendedores do trade turístico e visitantes. Soma-se a esse aspecto o contexto de fragilidades estruturais e institucionais presentes na região, que dificultam a consolidação da Rota como produto turístico integrado e extrapolam o alcance imediato da pesquisa.

Além disso, reconhece-se a complexidade inerente ao fenômeno turístico regional, que envolve múltiplas escalas de análise, articulações intermunicipais e dinâmicas socioculturais nem sempre plenamente observáveis no recorte empírico adotado.

Nesse sentido, recomenda-se que pesquisas futuras incorporem a população local, o trade turístico e os visitantes, bem como desenvolvam estudos de caráter longitudinal capazes de acompanhar o processo de implementação da Rota das Águas, Culturas e Sabores e avaliar seus impactos socioculturais, econômicos e territoriais ao longo do tempo. Ademais, sugere-se o aprofundamento de investigações relacionadas à governança intermunicipal do turismo, com ênfase em arranjos institucionais e mecanismos de cooperação regional entre os municípios da rota; à integração entre políticas públicas de turismo e cultura, visando alinhar preservação patrimonial, planejamento territorial e desenvolvimento regional; à participação comunitária e à educação patrimonial como estratégias de fortalecimento do sentimento de pertencimento e da sustentabilidade das iniciativas turísticas; à qualificação de produtos turísticos culturais, especialmente no que se refere à interpretação do patrimônio e à estruturação de experiências integradas; e ao monitoramento e à avaliação dos impactos do turismo nas dimensões socioculturais, econômicas e ambientais do território.

Conclui-se que a integração entre bens culturais tangíveis e intangíveis, articulada à formulação de políticas públicas consistentes, à ampliação da participação social e ao fortalecimento das estruturas institucionais, configura-se como um caminho promissor para a consolidação da Rota das Águas, Culturas e Sabores enquanto projeto territorial de base cultural. Assim, essa iniciativa representa uma oportunidade estratégica para o fortalecimento da identidade regional, a qualificação do desenvolvimento turístico e a valorização do patrimônio cultural em suas dimensões simbólicas e materiais. Ao promover a articulação entre preservação, uso social e apropriação coletiva do patrimônio, a Rota pode contribuir para a construção de um modelo de desenvolvimento orientado pela sustentabilidade, assegurando que as referências culturais do território sejam não apenas preservadas, mas continuamente reinterpretadas e ressignificadas pelas gerações presentes e futuras.

## REFERÊNCIAS

ALVES, G.; OLIVEIRA, M. C.; ROCHA, E. A. G. da; OLIVA, R. Patrimônio cultural e turismo: compatibilidades e conflitos. **Akrópolis – Revista de Ciências Humanas da UNIPAR**, Umuarama, v. 30, n. 2, p. 229-243, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://unipar.openjournalsolutions.com.br/index.php/akropolis/article/view/8228>.

Acesso em: 20 fev. 2025

AMORIM, Emanuel Silva. O diagnóstico turístico no processo de elaboração de projetos de sinalização de orientação turística. **Revista Hum@ nae**, v. 17, n. 2, 2023.

ARANTES, Antônio. A. Sobre Inventários e outros Instrumentos de Salvaguarda do Patrimônio Cultural Intangível: Ensaio de Antropologia Pública. **Anuário Antropológico**, v. 33, n. 1, p. 173-222, Rio de Janeiro, 2009.

ARAÚJO, Wilson Alves de et al. Desenvolvimento local, turismo e populações tradicionais: elementos conceituais e apontamentos para reflexão. **Interações (Campo Grande)**, v. 18, n. 04, p. 05-18, 2017.

BARRANHA, Helena. Patrimônio cultural: conceitos e critérios fundamentais. **Revista de Comunicação e Cultura**, v. 19, n. 1, 2016.

BARRETO, Juliana Cunha; AGUIAR, José Manuel; PONTUAL, Virgínia Pitta. A valoração dos bens culturais sob o olhar da conservação. **Patrimônio e Memória**, v. 16, n. 2, p. 623-641, IDEM 2020.

BARRETO, Margarita. **Turismo e legado cultural**: as possibilidades do planejamento. Campinas: Papirus, 2000. 96 p.

BARRETTO, Margarita. **Turismo y cultura**: relaciones, contradicciones y expectativas. ACA (Asociación Canaria de Antropología) y PASOS (Revista de turismo y patrimonio cultural), 2007.

BARRETO, Margarita; BURGOS, Raul; FRENKEL, David. **Turismo, políticas e relações internacionais**. Campinas: Papirus, 2003. 128 p.

BATISTA, Claudio Magalhães. Memória e Identidade: Aspectos relevantes para o desenvolvimento do turismo cultural. **Caderno virtual de turismo**, v. 5, n. 3, p. 27-33, 2005.

BOSI, A.; CAPINHA, G. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das letras, 1992.

BOTREL, Manuela; DE ARAÚJO, Priscila Gomes; PEREIRA, José Roberto. Gestão social de bens culturais no Brasil: desafios e perspectivas. **PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 9, n. 4, p. 647-659, 2011.

BRASIL, Senado Federal. **Constituição da república federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Plano Nacional de Turismo 2024-2027**: Diretrizes, metas e programas. Ministério do Turismo, Brasília, DF, 2024.

BRANDÃO, Andressa Grazielle de Barcelos. **O Poder Judiciário e a defesa do patrimônio cultural**: a ação popular como instrumento de proteção. Lex Magister, Porto Alegre, v. 53, p. 99-130, 2014.

BRANDÃO, Carlos Antônio. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

BRITO, Brígida Rocha. **Turismo ecológico**: Uma via para o desenvolvimento sustentável em São Tomé e Príncipe. Universidade Autónoma de Lisboa (Portugal), 2004.

BRITO, Brígida Rocha. Turismo e Desenvolvimento Local: das Potencialidades às Realizações. **Abri do Trilhos Tecendo Redes**, 2010.

CAMPOS, Rui Ribeiro de. A natureza do espaço para Milton Santos. **Geografares**, n. 6, 2008.

CAPLE, Chris. **Objects**: reluctant witnesses to the past. Londres: Routledge Taylor; New York: Francis Group, 2006.

CARVALHO, Rui; FERREIRA, A. M.; FIGUEIRA, L. M. Turismo Cultural e Criativo em Portugal. **PASOS. Revista de Turismo y Patrimônio Cultural** , v. 5, pág. 1075-1082, 2016.

CARVALHO, Rui, et al (2012). the Contribution of Cultural and Creative Events to the Creation of a Distinctive Image of the Mature Touristic Destination. the case of the Festival med in Loulé, Algarve. **Tourism & Management Studies**, 457-466. Disponível em:<https://www.tnstudies.net/index.php/ectms/article/view/210>. Acesso em: 26 de nov. 2024

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro et al. **Patrimônio imaterial no Brasil: legislação e políticas estaduais**. 2008.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

COELHO, Olinio Gomes Paschoal. Novos atores na preservação do patrimônio: estados, municípios e sociedade civil. **Estado e sociedade na preservação do patrimônio**. Salvador: Edufba, p. 55-67, 2013. Disponível em: [https://www.academia.edu/40188262/Estado\\_sociedade\\_na\\_preservacao\\_patrimonio](https://www.academia.edu/40188262/Estado_sociedade_na_preservacao_patrimonio). Acesso em: 20 Fev. 2025

COOPER, C.; GILBERT, D.; FLETCHER, J.; WANHILL, S.: **Tourism: principles and practice**. 3.<sup>a</sup> Ed., Pearson Education Limited: England, 2003

CORÁ, Maria Amelia. **Do material ao imaterial: patrimônio culturais do Brasil**. 2011. Tese de Doutorado – Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, São Paulo, 2011.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001

CRAVIDAO, F. D. Turismo, Território e Cultura-uma trilogia (sempre) em construção. **Espaço e Cultura**, n. 29, p. 35-42, 2011.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. 1999, Lisboa.

CUNHA, L. **Economia e política do turismo**. Lidel, Lisboa, 2013

DA SILVA SOUZA, Clécio; DE OLIVEIRA, Roberta Duarte; DOS SANTOS, Marcelo Henrique Pereira. Políticas Públicas de Turismo: Uma Análise da Evolução do Planejamento da Regionalização nos Planos Nacionais de Turismo. **ID on line. Revista de psicologia**, v. 18, n. 71, p. 296-314, 2024.

DIAS, R.; AGUIAR, M. **Fundamentos do turismo**. Alínea: São Paulo, 2002

DUARTE, G. D.; ANDRADE, I. El-J.. Rotas Culturais e Territórios: A Criação de um Itinerário Turístico de Interesse Cultural das Ruínas da Vila de Santo Antônio de Sá em Itaboraí. **Cadernos CERU**, v. 35, n. 1, p. 74-91, 2024.

FIGUEIRA, Sahyra Soares; CRUZ, Silvia Helena Ribeiro; DE CAMPOS, Raul Ivan Raiol. Conservação do patrimônio cultural e turismo no vale do tapajós: perspectivas e possibilidades em Fordlândia/PA. **Conexões**, v. 8, n. 2, 2020.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa Científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila

FUNARI, P. P.; PELEGRINI, S. C. A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GERARDO, R.; PINHEIRO, E. A valorização turística do Mosteiro de Santa Maria da Vitória. In M. G. M. Santos (Ed.), **Turismo cultural, territórios e identidades** (1316, pp. 207-217). Instituto Politécnico de Leiria e Afrontamento, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

GODOY, Arlida Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de administração de empresas**, v. 35, p. 57-63, 1995.

IPHAN. **Página inicial. Patrimônio Cultural. Patrimônio Imaterial**. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/patrimonio-cultural/patrimonio-imaterial> . Acesso em: 03 de nov. 2024

IPHAN. **Página inicial. Patrimônio Cultural. Patrimônio Material**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/276>. Acesso em: 07 de nov. 2024

IPHAN. **Dicionário do Patrimônio Cultural. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) 1970- 1979 e 1994**. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/55/instituto-do-patrimonio-historico-e-artistico-nacional-iphan-1970-1979-e-1994#:~:text=Em%201979%2C%20em%20fun%C3%A7%C3%A3o%20da,\)%2C%20tornando%2Dse%20um%20C3%B3rg%C3%A3o](http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/55/instituto-do-patrimonio-historico-e-artistico-nacional-iphan-1970-1979-e-1994#:~:text=Em%201979%2C%20em%20fun%C3%A7%C3%A3o%20da,)%2C%20tornando%2Dse%20um%20C3%B3rg%C3%A3o) . Acesso em: 11 de nov. 2024

KASHIMOTO, E. M.; MARINHO, M.; RUSSEFF, I. Cultura, identidade e desenvolvimento local: conceitos e perspectivas para regiões em desenvolvimento. **Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Campo Grande, MS, v. 3, n. 4, p. 35-42, mar. 2002. Disponível em: <https://multitemasucdb.emnuvens.com.br/interacoes/article/view/575>. Acesso em: 20 fev. 2025

KORTEN, D. (1992). People-centered development: alternative for a world in crisis in BAUZON, K.(1992) **Development and democratization in the third world: myths, hopes and realities**. New York, Crane Russak

LEMONS, Carlos Alberto Cerqueira. **O que é patrimônio histórico?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

MACHADO, Gilmara de Cássia; DIAS, Reinaldo. Patrimônio cultural e turismo: educação, transformação e desenvolvimento local. **Patrimônio: Lazer & Turismo**, v. 6, n. 8, p. 1-11, 2009.

MANKIW, N. **Macroeconomics**. Worth, v. 1, n. 4, p. 92–102, 2013.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. Atlas, 2003.

MARUJO, Maria Noémi. O contributo do turismo de eventos para o desenvolvimento turístico de uma região. **Revista DELOS – Desarrollo Local Sostenible**, Málaga, v. 8, n. 23, p. 14-17, 2015.

MARUJO, Noémi. A Cultura, o Turismo e o Turista: que relação?. **TURYDES, Revista sobre Turismo y Desarrollo**, v. 16, n. 7, p. 1-12, 2014.

MARUJO, Maria Noémi. A pesquisa em turismo: reflexões sobre as abordagens qualitativa e quantitativa. **TURYDES: Revista sobre Turismo y Desarrollo local sostenible**, v. 6, n. 14, p. 5, 2013.

MARTINS, S. R. O. Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas. **Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Campo Grande, MS, v. 3, n. 5, p. 51-9, set. 2002.

MATHIESON, Alister; WALL, Geoffrey. **Tourism, economic, physical and social impacts**. 1982.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. Atuação do Ministério Público na defesa do patrimônio cultural. **Revista da Associação Mineira do Ministério Público**. Belo Horizonte, v. 43, n. 26, 2012.

MORAES, Érica. **O que fazer em Joia- RS**. Rota dos Destinos Blog de Viagens e Turismo, 2024. Disponível em <https://www.rotadosdestinos.com/glossario/o-que-fazer-em-joia-rs/>. Acesso em: 31 de out. 2024

MUNICÍPIO DE AJURICABA. **A cidade**. Ajuricaba: Prefeitura Municipal. Disponível em: <https://www.ajuricaba.rs.gov.br/cidade>. Acesso em: 17 nov. 2025.

MUNICÍPIO DE AUGUSTO PESTANA. **História do município**. Augusto Pestana: Prefeitura Municipal. Disponível em: <https://www.augustopestana.rs.gov.br/pagina/id/2/?historia-do-municipio.html>. Acesso em: 17 nov. 2025.

MUNICÍPIO DE BOZANO. **A cidade**. Bozano: Prefeitura Municipal. Disponível em: <https://www.bozano.rs.gov.br/cidade>. Acesso em: 17 nov. 2025.

MUNICÍPIO DE CATUÍPE. **A cidade**. Catuípe: Prefeitura Municipal. Disponível em: <https://www.catuipe.rs.gov.br/cidade>. Acesso em: 17 nov. 2025.

MUNICÍPIO DE CONDOR. **História do município.** Condor: Prefeitura Municipal. Disponível em: <https://www.condor.rs.gov.br/historico/> Acesso em: 21 nov. 2025.

MUNICÍPIO DE CORONEL BARROS. **A cidade.** Coronel Barros: Prefeitura Municipal. Disponível em: <https://www.coronelbarros.rs.gov.br/cidade>. Acesso em: 17 nov. 2025.

MUNICÍPIO DE IJUI. **História do município.** Ijuí: Prefeitura Municipal. Disponível em: <https://www.ijui.rs.gov.br/pagina/5/historico> Acesso em: 21 nov. 2025.

MUNICÍPIO DE JÓIA. **História do município.** Jóia: Prefeitura Municipal. Disponível em: <https://joia.rs.gov.br/pagina/id/2/?historia-do-municipio.html> Acesso em: 21 nov. 2025.

MUNICÍPIO DE NOVA RAMADA. **História do município.** Nova Ramada: Prefeitura Municipal. Disponível em: <https://www.novaramada.rs.gov.br/menu-municipio/menu-dados-historicos> Acesso em: 21 nov. 2025.

MUNICÍPIO DE PANAMBI. **História do município.** Panambi: Câmara Municipal. Disponível em: <https://www.camarapanambi.rs.gov.br/imprensa/institucional/o-Municipio-de-Panambi-Dados-Historicos/1/2025/37178> Acesso em: 21 nov. 2025.

MUNICÍPIO DE PEJUÇARA. **A cidade.** Pejuçara: Prefeitura Municipal. Disponível em: <https://www.pejucara.rs.gov.br/cidade> Acesso em: 21 nov. 2025.

NAVAL, V. P.; SERRA, J. P. **Cultura, patrimônio e turismo na sociedade digital: diálogos interdisciplinares.** Volume n 2, 2019. Editora LabCom.IFP.

OLIVEIRA, Antônio Pereira. **Turismo e Desenvolvimento: planejamento e organização.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

OLIVEIRA, Tarcísio Dorn; CALLAI, Helena Copetti. Compreender a cidade e a arquitetura através da educação patrimonial. **DI@ LOGUS**, v. 6, n. 3, p. 141-149, 2018.

OLIVEIRA, T. D.; CHAGAS, D. H. S. Desenvolvimento local e políticas públicas: Ações de manutenção e salvaguarda do patrimônio presente no plano diretor participativo do município de Ijuí/RS. **Desenvolvimento Em Questão**, 21(59), e14199. 2023

OMT. Organización Mundial del Turismo. **Lo que todo gestor turístico deve saber. Guia práctica para el desarrollo y uso de indicadores de turismo sostenible.** Madrid, 1997.

OMT. Organização Mundial do Turismo. **Introdução ao turismo.** São Paulo: Roca, 2001.

PEARCE, Susan (org.) **Interpreting objects and collections.** Londres: Routledge, 1994.

PEJUÇARA. Pontos turísticos. Prefeitura Municipal de Pejuçara, 2024. Disponível em: <https://www.pejucara.rs.gov.br/noticia/4763/pontos-turisticos/>. Acesso em: 31 out. 2024.

PIRES, Maria Coeli Simões. Proteção do patrimônio cultural: da monumentalidade aos bens imateriais. **De jure: revista jurídica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais**, 2010.

RIBEIRO, M.; SANTOS, E. O. Turismo cultural como forma de educação patrimonial para as comunidades locais. **Revista Itinerarium** – UNIRIO, Rio de Janeiro, v.1, p. 1-12, 2008.

RIO GRANDE DO SUL. **Município de Bozano** - Turismo no Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://www.turismo.rs.gov.br/turismo/municipio/visualizar/45> . Acesso em: 31 de out. 2024

RIO GRANDE DO SUL. **Município de Catuípe** - Turismo no Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://www.turismo.rs.gov.br/turismo/municipio/visitar/78> Acesso em: 31 de out. 2024

RIO GRANDE DO SUL. **Município de Ijuí** - Turismo no Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://www.turismo.rs.gov.br/turismo/municipio/visitar/157> Acesso em: 31 de out. 2024

RIO GRANDE DO SUL. **Município de Condor** - Turismo no Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://www.turismo.rs.gov.br/turismo/municipio/visitar/89> Acesso em: 31 de out. 2024

RICHARDS, Greg (Ed.). **Cultural attractions and European tourism**. CABI publishing, 2001.

RODRIGUES, Donizete. Patrimônio cultural, memória social e identidade: uma abordagem antropológica, 2012. **Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior. Covilhã–Portugal**.

ROSSINI, Cleusa et al. Revelando benefícios do turismo rural comunitário: roteiro turístico Sabores e Saberes, Ajuricaba, RS. **DRd-Desenvolvimento Regional em debate**, v. 12, p. 248-264, 2022.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; LYCARIÃO, Diógenes. **Análise de conteúdo categorial: manual de aplicação**. 2021.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Pilar Baptista. Metodología de la investigación. MacGraw-Hill. **Chile Smith, M**, 2006.

SANTOS, C. B.; COSTA, D. H. Turismo no Brasil: Estratégias e contribuições para economia brasileira. **E-Acadêmica**, v. 3, n. 3, p. e5433350-e5433350, 2022.

SANTOS, J. F., Carvalho, R. & Figueira, L. M. (2012). A importância do turismo cultural e criativo na uma imagem de um destino turístico. **Revista turismo & desenvolvimento**, (17/18), 1559-1572.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. Edusp, 2002.

SAYEGH, Liliane Márcia Lucas. A relação das ações preservacionistas na conduta do Ministério Público e da Municipalidade: a gestão do carnaval de Ouro Preto. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 30, p. e11, 2022. Disponível em: <https://revistas.usp.br/anaismp/article/view/185727> Acessado em 25 maio de 2025

SENNA, J. V. G. de. **Percursos turísticos em centros históricos: avaliação da qualidade do espaço destinado aos pedestres em duas cidades turísticas do estado de São Paulo**. 2022. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Bauru, 2022.

SILVA, André Filipe Ribeiro da. **A influência do turismo na reabilitação do património edificado em Tomar**. 2019. Tese de Doutorado – Instituto Politécnico de Tomar, Escola Superior de Gestão de Tomar, Portugal, 2019.

SILVA, M. D. G.; DE ARAÚJO MIRANDA, E. Planejamento do turismo para o desenvolvimento local. **Revista brasileira de planejamento e desenvolvimento**, v. 2, n. 2, p. 94-103, 2013.

SOUSA, Arturo. Papel das rotas culturais imateriais para a sustentabilidade turística– Uma proposta de rota imaterial para o Funchal. **RPER**, n. 66, p. 99-115, 2023.

SCHIRMER, Cláudia Junges. Diagnóstico turístico de Panambi/RS: contribuições do Conselho Municipal do Turismo para o planejamento estratégico. 2012.

STEGLICH, Tássia Tabille et al. **Etnias, cultura e turismo: estudo para o desenvolvimento turístico sustentável do município de Ijuí, RS**. 2022. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-graduação em Gestão de Organizações Públicas, Santa Maria (RS), 2022.

THESING, Nelson José. **Informação verbal**. Aula ministrada em Metodologia da Pesquisa, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul- UNIJUI, Ijuí, 2024.

UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). **Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial**. 2003. Disponível em: [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000132540\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000132540_por). Acesso em: 12 mar. 2025.

UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). **Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural**. 1972. Disponível em: <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2025.

VEIGA, Solângela Teresa Lopes. **Turismo Cultural e Criativo: O Caso de Santa Cruz em Cabo Verde**. 2022. Dissertação de Mestrado. Universidade de Evora (Portugal).

YÁZIGI, E. A. **Saudades do futuro: por uma teoria do planejamento territorial do turismo.** 2009.

ZARINATO, S. H.; RIBEIRO, W. C. 2006. Patrimônio Cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v.26, n51, p.251-262.

## **APÊNDICE**

Os instrumentos apresentados neste apêndice foram elaborados para atender aos objetivos específicos da pesquisa, especialmente no que se refere à identificação das potencialidades turísticas, dos desafios institucionais e das dinâmicas de articulação intermunicipal relacionadas à implementação da Rota das Águas, Culturas e Sabores. As questões foram estruturadas de modo a captar as percepções dos participantes acerca da gestão do turismo, da valorização do patrimônio cultural e das estratégias de desenvolvimento regional.

## **APÊNDICE A – TERMO DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE**

Pelo presente Termo, Carolina Casarin Gai, brasileira, CPF: 040.540.350-00 vinculada ao Curso de Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional da UNIJUI – Ijuí/RS, se obriga a manter o mais absoluto sigilo com relação a toda e qualquer informação a que tiver acesso na forma escrita, oral, ou visual sobre as atividades desenvolvidas no Âmbito da Pesquisa em nível de Mestrado. Para tanto, declara e se compromete:

- a) Manter sigilo, tanto escrito como verbal, ou, por qualquer outra forma, de todos os dados, informações científicas e ou/técnicas e, sobre todos os materiais obtidos ou que teve acesso, podendo incluir, mas não se limitando a: técnicas, projetos, dentre outros;
- b) A não receber, reproduzir, utilizar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, de dados, informações científicas, técnica e/ou materiais obtidos ou que teve acesso, sem a prévia análise dos entrevistados a possibilidade de proteção, nos órgãos especializados, dos resultados envolvendo aquela informação;
- c) A não tomar, sem autorização dos entrevistados qualquer medida com vistas a obter para si ou para terceiros, os direitos de propriedade intelectuais relativos às informações sigilosas a quem tenham acesso;
- d) Que todos os documentos e materiais gerados, ou que serão gerados no escopo desse Termo, são de propriedade da pesquisadora e precisam passar por sua análise para qualquer tipo de divulgação ou uso por terceiros;

O presente Termo tem natureza irrevogável e irretroatável, com duração indeterminada, e o seu não cumprimento acarretará todos os efeitos de ordem penal, civil e administrativa contra seus transgressores.

Mestranda  
CAROLINA CASARIN GAI

## APÊNDICE B – PREFEITOS

Este roteiro foi elaborado com o objetivo de compreender o papel do poder executivo municipal no desenvolvimento do turismo e na valorização do patrimônio local. As questões abordam a infraestrutura urbana e turística, as estratégias de fortalecimento da economia local, as políticas de preservação cultural e ambiental, as ações de conscientização da população e as iniciativas que promovem a socialização e o engajamento comunitário, permitindo analisar a atuação da gestão municipal na promoção do desenvolvimento territorial sustentável.

PERGUNTAS					
<b>INFRAESTRUTURA</b>	1) A sinalização turística é um elemento indispensável para orientar e informar os visitantes, contribuindo para uma experiência mais segura e agradável. Sendo assim, você acredita que a sinalização turística (indicativa e interpretativa) ao longo da Rota das Águas, Culturas e Sabores é importante?				
	<b>Assinale a Resposta:</b>				
	Discordo Totalmente ( )	Discordo Parcialmente ( )	Não sei responder ( )	Concordo Parcialmente ( )	Concordo Totalmente ( )
	2) Investimentos em infraestrutura são determinantes para garantir qualidade nos serviços turísticos e fomentar o desenvolvimento local. Nesse sentido, você acredita que há investimentos consistentes na ampliação e qualificação da infraestrutura turística local ?				
	<b>Assinale a Resposta:</b>				
	Discordo Totalmente ( )	Discordo Parcialmente ( )	Não sei responder ( )	Concordo Parcialmente ( )	Concordo Totalmente ( )
	3) O acesso facilitado aos atrativos turísticos é fundamental para promover a visitação e consolidar a imagem do destino. Com base nisso, você acredita que as condições de acesso aos principais atrativos turísticos (estradas, transporte) são boas e favorecem o turismo?				
	<b>Assinale a Resposta:</b>				
	Discordo Totalmente ( )	Discordo Parcialmente ( )	Não sei responder ( )	Concordo Parcialmente ( )	Concordo Totalmente ( )

**Comente:**

- 1) O que é mais urgente na área da infraestrutura para a nova Rota das Águas, Culturas e Sabores na região e qual o maior desafio ?

PERGUNTAS	
E U O	1) O desenvolvimento de rotas turísticas, como a Rota das Águas, Culturas e Sabores, pode representar uma oportunidade importante para alavancar a economia local, promovendo o turismo e gerando empregos, além de valorizar os recursos naturais e culturais da região. A implementação de uma rota bem estruturada pode atrair turistas, impulsionar pequenos negócios e fortalecer o setor de serviços. Sendo assim, você acredita que com a implementação da Rota das Águas, Culturas e Sabores, a região poderá conquistar significativos avanços no desenvolvimento da região?
<b>Assinale a Resposta:</b>	

Discordo Totalmente ( )	Discordo Parcialmente ( )	Não sei responder ( )	Concordo Parcialmente ( )	Concordo Totalmente ( )
2) O turismo, quando bem estruturado, pode gerar uma série de benefícios econômicos para a região, incluindo a criação de novas oportunidades de emprego, especialmente nos setores de serviços e comércio. Você acredita que o turismo associado à Rota das Águas, Culturas e Sabores pode gerar benefícios econômicos significativos para a comunidade local?				
<b>Assinale a Resposta:</b>				
Discordo Totalmente ( )	Discordo Parcialmente ( )	Não sei responder ( )	Concordo Parcialmente ( )	Concordo Totalmente ( )
3) A promoção de produtos locais agrega valor ao destino turístico e fortalece a identidade cultural da comunidade. Sendo assim, o município possui iniciativas para promover produtos locais (como serviços de gastronomia, hotelaria, artesanato, vinícolas, etc ) vinculados à Rota das Águas, Culturas e Sabores?				
<b>Assinale a Resposta:</b>				
Discordo Totalmente ( )	Discordo Parcialmente ( )	Não sei responder ( )	Concordo Parcialmente ( )	Concordo Totalmente ( )

**Comente:**

- 1) Quais são os produtos turísticos que você indica como sendo os mais importantes para divulgar a nova Rota Turística?

<b>PERGUNTAS</b>					
<b>PRESERVAÇÃO</b>	1) O desenvolvimento de rotas turísticas pode contribuir diretamente para a preservação de bens culturais tangíveis, como monumentos, edifícios históricos e sítios arqueológicos, ao mesmo tempo em que promove o turismo sustentável. Essas iniciativas podem gerar uma fonte de financiamento para a conservação e restaurar o valor cultural e histórico das áreas visitadas. Nesse contexto, você acredita que a implementação da Rota das Águas, Culturas e Sabores ajudará na preservação dos bens culturais tangíveis da região, como monumentos e sítios históricos?				
	<b>Assinale a Resposta:</b>				
	Discordo Totalmente ( )	Discordo Parcialmente ( )	Não sei responder ( )	Concordo Parcialmente ( )	Concordo Totalmente ( )
	2) A promoção do turismo cultural pode desempenhar um papel crucial na preservação de práticas e tradições culturais intangíveis, como festas, danças, músicas, culinária e saberes locais. Além de valorizar o patrimônio imaterial, o turismo pode criar oportunidades para a comunidade vivenciar e transmitir essas tradições para as futuras gerações. Nesse sentido, você acredita que a promoção do turismo na Rota das Águas, Culturas e Sabores contribuirá para a preservação das tradições culturais intangíveis da região, como festas, danças e saberes locais ?				
	<b>Assinale a Resposta:</b>				
Discordo Totalmente ( )	Discordo Parcialmente ( )	Não sei responder ( )	Concordo Parcialmente ( )	Concordo Totalmente ( )	

**Comente:**

- 1) Quais lugares antigos ou construções históricas da sua região você acha que deveriam ser valorizados ou cuidados pela Rota das Águas, Culturas e Sabores?
- 2) Você conhece alguma festa, dança, comida típica ou costume da sua comunidade que deveria ser mostrado aos visitantes da Rota? Qual?
- 3) Na sua opinião, o que pode dificultar a preservação das tradições e dos lugares históricos com a chegada de mais turistas na região?

PERGUNTAS					
<b>CONSCIENTIZAÇÃO E SOCIALIZAÇÃO</b>	1) As ações de promoção turística devem valorizar a identidade cultural local, garantindo autenticidade e reconhecimento do destino. Nesse sentido, você acredita que a implementação da Rota das Águas, Culturas e Sabores contribuirá para aumentar o reconhecimento e a valorização do patrimônio histórico e cultural do município, atraindo mais turistas e gerando novas oportunidades econômicas?				
	<b>Assinale a Resposta:</b>				
	Discordo Totalmente ( )	Discordo Parcialmente ( )	Não sei responder ( )	Concordo Parcialmente ( )	Concordo Totalmente ( )
	2) O diálogo entre o poder público e a comunidade é fundamental para o planejamento e a gestão eficaz do turismo. Nesse sentido, você acredita que o município mantém canais abertos para ouvir e incorporar as sugestões da população sobre turismo?				
	<b>Assinale a Resposta:</b>				
	Discordo Totalmente ( )	Discordo Parcialmente ( )	Não sei responder ( )	Concordo Parcialmente ( )	Concordo Totalmente ( )
	3) A participação da comunidade em eventos culturais e turísticos fortalece o sentimento de pertencimento e a identidade local. Sendo assim, você acredita que a comunidade participa ativamente na organização de eventos turísticos e culturais associados à Rota das Águas, Culturas e Sabores?				
	<b>Assinale a Resposta:</b>				
	Discordo Totalmente ( )	Discordo Parcialmente ( )	Não sei responder ( )	Concordo Parcialmente ( )	Concordo Totalmente ( )

**Comente:**

- 1) Na sua opinião, o que mais representa a cultura e a história do seu município e que deveria ser valorizado pela Rota das Águas, Culturas e Sabores?
- 2) Você poderia indicar alguém que tenha conhecimento sobre a criação da rota e sobre o turismo que possa contribuir com esta pesquisa?
- 3) Na sua opinião, quais as principais formas pelas quais os bens culturais tangíveis (como monumentos, museus e patrimônio arquitetônico) e intangíveis (como tradições, festas, danças e culinária) podem ser promovidos para atrair turistas e contribuir para o desenvolvimento sustentável da região do Corede Noroeste Colonial, especialmente dentro da proposta da Rota das Águas, Culturas e Sabores?"

## APÊNDICE C – SECRETÁRIAS E CONSELHOS DE TURISMO E CULTURA

Este roteiro tem como finalidade analisar as políticas, programas e ações desenvolvidas pelas secretarias de turismo e cultura e conselhos de turismo, considerando a infraestrutura de apoio ao turismo, a promoção da economia local por meio das atividades culturais e turísticas, as iniciativas de preservação do patrimônio, as estratégias de conscientização patrimonial e ambiental e as ações voltadas à socialização e ao fortalecimento da identidade cultural. As questões permitem compreender os desafios e as potencialidades da gestão integrada entre cultura, turismo e desenvolvimento local.

PERGUNTAS					
INFRAESTRUTURA	1) A infraestrutura adequada é essencial para o desenvolvimento do turismo, garantindo qualidade na recepção dos visitantes e segurança nas atividades turísticas. Sendo assim, você concorda que a infraestrutura turística (acessibilidade, transporte, sinalização, hospedagem e equipamentos de apoio) disponível no município é suficiente para atender a demanda turística atual e potencial ?				
	<b>Assinale a Resposta:</b>				
	Discordo Totalmente ( )	Discordo Parcialmente ( )	Não sei responder ( )	Concordo Parcialmente ( )	Concordo Totalmente ( )
	2) Além da estrutura física, é importante que o município tenha os recursos técnicos e a organização necessária para planejar e executar melhorias que favoreçam o turismo cultural. Você acredita que o município possui capacidade técnica e institucional para planejar e implementar melhorias de infraestrutura com foco no turismo cultural?				
	<b>Assinale a Resposta:</b>				
Discordo Totalmente ( )	Discordo Parcialmente ( )	Não sei responder ( )	Concordo Parcialmente ( )	Concordo Totalmente ( )	

### Comente:

- 1) Quais são, na sua avaliação, as principais carências ou desafios que o município enfrenta atualmente em relação à infraestrutura turística para o desenvolvimento do turismo cultural?

PERGUNTAS					
ECONOMIA	1) O turismo cultural pode atuar como um importante vetor de diversificação econômica, promovendo a geração de emprego, renda e desenvolvimento regional. Você acredita que o desenvolvimento do turismo cultural no município tem potencial efetivo para diversificar a economia local e gerar emprego e renda de forma sustentável ?				
	<b>Assinale a Resposta:</b>				
	Discordo Totalmente ( )	Discordo Parcialmente ( )	Não sei responder ( )	Concordo Parcialmente ( )	Concordo Totalmente ( )
	2) Investir em patrimônio histórico e cultural pode ser uma estratégia importante para o desenvolvimento sustentável. É relevante entender como isso é encarado pela gestão municipal. Dessa forma, você concorda que os investimentos em patrimônio histórico e cultural são percebidos pela gestão municipal como estratégias de desenvolvimento econômico sustentável?				
	<b>Assinale a Resposta:</b>				

	Discordo Totalmente ( )	Discordo Parcialmente ( )	Não sei responder ( )	Concordo Parcialmente ( )	Concordo Totalmente ( )
--	-------------------------	---------------------------	-----------------------	---------------------------	-------------------------

**Comente:**

- 1) De que maneira o turismo poderia ser melhor aproveitado como instrumento de fortalecimento da economia local e geração de renda no município?

PERGUNTAS					
PRESERVAÇÃO	1) A criação de rotas turísticas pode fortalecer as ações de valorização e preservação do patrimônio histórico-cultural local. Nesse sentido, você concorda que a implementação da Rota das Águas, Culturas e Sabores tem fortalecido as ações de preservação e valorização do patrimônio histórico-cultural municipal ?				
	<b>Assinale a Resposta:</b>				
	Discordo Totalmente ( )	Discordo Parcialmente ( )	Não sei responder ( )	Concordo Parcialmente ( )	Concordo Totalmente ( )

**Comente:**

- 1) Quais ações o município vem desenvolvendo, ou considera prioritárias, para ampliar a preservação dos bens culturais materiais e imateriais no contexto da Rota das Águas, Culturas e Sabores?

PERGUNTAS					
CONSCIENTIZAÇÃO E SOCIALIZAÇÃO	1) O envolvimento da comunidade local nas ações culturais e turísticas é essencial para o sucesso e a legitimidade dos projetos de valorização do patrimônio. Dessa forma, você concorda que a comunidade local participa ativamente de atividades de valorização do patrimônio cultural e integra-se aos projetos turísticos promovidos pela administração pública?				
	<b>Assinale a Resposta:</b>				
	Discordo Totalmente ( )	Discordo Parcialmente ( )	Não sei responder ( )	Concordo Parcialmente ( )	Concordo Totalmente ( )
	2) O Conselho Municipal de Turismo pode desempenhar um papel importante na educação patrimonial e na sensibilização da comunidade para o turismo cultural. Você concorda que o Conselho Municipal de Turismo realiza ou apoia iniciativas voltadas à educação patrimonial e à sensibilização da população sobre o turismo cultural?				
<b>Assinale a Resposta:</b>					
Discordo Totalmente ( )	Discordo Parcialmente ( )	Não sei responder ( )	Concordo Parcialmente ( )	Concordo Totalmente ( )	

**Comente:**

- 1) Como o município tem trabalhado para envolver a população na valorização do patrimônio cultural e no fortalecimento da identidade local por meio do turismo?
- 2) Quais estratégias têm sido mais eficazes para engajar a população local na valorização do patrimônio cultural e como elas contribuem para fortalecer a identidade coletiva da comunidade?
- 3) Na sua opinião, quais as principais formas pelas quais os bens culturais tangíveis (como monumentos, museus e patrimônio arquitetônico) e intangíveis (como tradições, festas, danças e culinária) podem ser promovidos para atrair turistas e contribuir para o desenvolvimento

sustentável da região do Corede Noroeste Colonial, especialmente dentro da proposta da Rota das Águas, Culturas e Sabores?"

## APÊNDICE D – ARQUITETOS

Este roteiro foi elaborado com o objetivo de analisar a contribuição da arquitetura e do planejamento urbano na valorização do patrimônio e no desenvolvimento do turismo. As perguntas abordam a infraestrutura urbana e turística, a relação entre o ambiente construído e a economia local, as práticas de preservação arquitetônica e paisagística, as ações de conscientização sobre o patrimônio edificado e as formas como os espaços públicos favorecem a socialização e o fortalecimento da identidade cultural.

PERGUNTAS					
<b>INFRAESTRUTURA</b>	1) A qualificação da infraestrutura urbana e turística é essencial para a valorização do território e para a recepção adequada dos visitantes em rotas culturais. A atuação dos(as) arquitetos(as) pode ser decisiva nesse processo, especialmente em regiões com patrimônio histórico e cultural relevante. Na sua visão, as intervenções arquitetônicas e urbanísticas podem contribuir significativamente para qualificar a infraestrutura turística dos municípios da Rota das Águas, Culturas e Sabores.				
	<b>Assinale a Resposta:</b>				
	Discordo Totalmente ( )	Discordo Parcialmente ( )	Não sei responder ( )	Concordo Parcialmente ( )	Concordo Totalmente ( )

**Comente:**

- 1) Na sua opinião, o que poderia ser feito para melhorar a infraestrutura turística dos municípios da Rota com apoio da arquitetura e do urbanismo?

PERGUNTAS					
<b>PRESERVAÇÃO E ECONOMIA</b>	1) A preservação de bens culturais tangíveis, como edifícios históricos e espaços públicos simbólicos, pode estar diretamente ligada ao fortalecimento da economia local, especialmente quando articulada ao turismo cultural e à geração de renda por meio do uso sustentável desses espaços. Você acredita que projetos arquitetônicos voltados à restauração ou reuso de bens culturais podem contribuir para o desenvolvimento econômico local, ao fortalecer o turismo e valorizar a identidade regional?				
	<b>Assinale a Resposta:</b>				
	Discordo Totalmente ( )	Discordo Parcialmente ( )	Não sei responder ( )	Concordo Parcialmente ( )	Concordo Totalmente ( )

**Comente:**

- 1) Quais estratégias arquitetônicas ou urbanísticas você considera mais eficazes para preservar o patrimônio histórico e cultural em regiões com potencial turístico?
- 2) Como você acredita que projetos arquitetônicos voltados à valorização do patrimônio cultural podem gerar impacto positivo na economia local?

PERGUNTAS					
<b>CONSCIENTIZAÇÃO E SOCIALIZAÇÃO</b>	1) A valorização do patrimônio depende também da conscientização da população sobre sua importância. A mediação entre a técnica e o saber popular é um papel fundamental que pode ser desempenhado pelos(as) arquitetos(as), promovendo o envolvimento da comunidade com o patrimônio cultural. Sendo assim, você acredita que a atuação dos(as) arquitetos(as) pode contribuir para sensibilizar a comunidade sobre a importância de preservar o patrimônio histórico e cultural da região?				
	<b>Assinale a Resposta:</b>				

	Discordo Totalmente ( )	Discordo Parcialmente ( )	Não sei responder ( )	Concordo Parcialmente ( )	Concordo Totalmente ( )
--	----------------------------	------------------------------	--------------------------	------------------------------	----------------------------

**Comente:**

- 1) De que forma os(as) arquitetos(as) podem atuar junto às comunidades para promover maior conscientização sobre a importância do patrimônio e incentivar o uso social desses espaços?
- 2) Na sua opinião, quais as principais formas pelas quais os bens culturais tangíveis (como monumentos, museus e patrimônio arquitetônico) e intangíveis (como tradições, festas, danças e culinária) podem ser promovidos para atrair turistas e contribuir para o desenvolvimento sustentável da região do Corede Noroeste Colonial, especialmente dentro da proposta da Rota das Águas, Culturas e Sabores?"

## APÊNDICE E – TURISMÓLOGOS

Este roteiro foi desenvolvido para compreender a perspectiva técnica dos profissionais de turismo sobre o planejamento e a gestão do setor. As questões abordam a qualificação da infraestrutura turística, o fortalecimento da economia local por meio do turismo, as práticas de preservação do patrimônio cultural e natural, as ações de conscientização de visitantes e residentes e as estratégias de socialização que promovem experiências turísticas integradas e participativas.

PERGUNTAS					
<b>INFRAESTRUTURA</b>	1) A qualificação da infraestrutura turística (acessos, sinalização, equipamentos, hospedagem, serviços, entre outros) é essencial para valorizar o território e recepcionar bem os visitantes. Na sua visão, os investimentos em infraestrutura nos municípios da Rota das Águas, Culturas e Sabores têm contribuído para fortalecer o turismo regional?				
	<b>Assinale a Resposta:</b>				
	Discordo Totalmente ( )	Discordo Parcialmente ( )	Não sei responder ( )	Concordo Parcialmente ( )	Concordo Totalmente ( )

**Comente:**

- 1) Quais melhorias você considera prioritárias para qualificar a infraestrutura turística da Rota?
- 2) De que forma o planejamento e a gestão do turismo podem contribuir para essas melhorias?

PERGUNTAS					
<b>PRESERVAÇÃO, CULTURA E ECONOMIA</b>	1) A preservação e valorização de bens culturais tangíveis (como edifícios históricos e monumentos) e intangíveis (como festas, saberes e tradições) podem gerar benefícios econômicos por meio do turismo. Você acredita que projetos e ações de turismo cultural podem contribuir para o desenvolvimento econômico e social dos municípios da Rota?				
	<b>Assinale a Resposta:</b>				
	Discordo Totalmente ( )	Discordo Parcialmente ( )	Não sei responder ( )	Concordo Parcialmente ( )	Concordo Totalmente ( )

**Comente:**

- 1) Que tipos de iniciativas turísticas poderiam fortalecer a economia local por meio da valorização do patrimônio cultural? De que forma o planejamento e a gestão do turismo podem contribuir para essas melhorias?
- 2) Você conhece exemplos de boas práticas nesse sentido na região ou em outras localidades?

PERGUNTAS					
<b>CONSCIENTIZAÇÃO E SOCIALIZAÇÃO</b>	1) O sucesso das rotas culturais depende também do envolvimento da comunidade local e da valorização de suas identidades. Você acredita que a atuação dos profissionais do turismo pode ajudar a sensibilizar e mobilizar a população sobre a importância de preservar e promover o patrimônio cultural da região?				
	<b>Assinale a Resposta:</b>				
	Discordo Totalmente ( )	Discordo Parcialmente ( )	Não sei responder ( )	Concordo Parcialmente ( )	Concordo Totalmente ( )

**Comente:**

- 1) De que forma os profissionais do turismo podem atuar junto às comunidades locais para estimular o sentimento de pertencimento e o uso social dos espaços culturais?
- 2) Quais estratégias de comunicação e educação patrimonial poderiam fortalecer essa conscientização?
- 3) Na sua opinião, quais são as principais formas pelas quais os bens culturais tangíveis (como monumentos, museus e patrimônios arquitetônicos) e intangíveis (como tradições, festas, danças e gastronomia) podem ser promovidos para atrair turistas e contribuir para o desenvolvimento sustentável da região do Corede Noroeste Colonial, especialmente dentro da proposta da Rota das Águas, Culturas e Sabores?